

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ NATAN GONÇALVES DA SILVA

RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE PORTO DA FOLHA/SE:
inovações socioprodutivas e ruralidades

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016

JOSÉ NATAN GONÇALVES DA SILVA

**RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE PORTO DA FOLHA/SE:
inovações socioprodutivas e ruralidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586r Silva, José Natan Gonçalves da
Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE :
inovações socioprodutivas e ruralidades / José Natan
Gonçalves da Silva ; orientadora Sônia de Souza Mendonça
Menezes. – São Cristóvão, 2016.
191 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Geografia agrícola. 2. Inovações agrícolas. 3. Agricultura
e Estado. 4. Agricultura familiar – Porto da Folha (SE). 5.
Espaço em economia. 6. Territorialidade humana. I. Menezes,
Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)



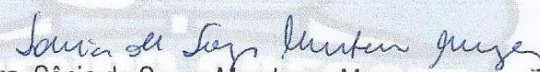
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



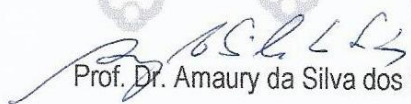
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação do Mestrado
em Geografia de **José Natan Gonçalves da Silva**.


Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, realizou-se no Programa de Pós-Graduação em Geografia, bloco de didática II, sala 15, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de José Natan Gonçalves da Silva, intitulada: "Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE: Inovações sócio-produtivas e ruralidades". Presidida pela Professora Doutora Sonia de Souza Mendonça Menezes, na qualidade de orientadora, passou a palavra para o primeiro examinador, Professor Doutor Amaury da Silva dos Santos, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a palavra foi passada para o segundo examinador, Professor Doutor José Eloízio da Costa que também discutiu questões relevantes para o trabalho. Na sequência a Professora Doutora Sonia de Souza Mendonça Menezes, presidente da Banca, teceu comentários sobre o trabalho apresentado e o desempenho de seu orientando. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **aprovar** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

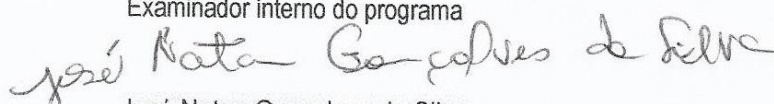
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de maio de 2016


Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Orientadora


Prof. Dr. Amaury da Silva dos Santos
Examinador externo ao programa


Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Examinador interno do programa


José Natan Gonçalves da Silva

-Mestrando-

*Aos meus pais, Gileno e Tereza, que
cresceram na condição de lavradores
nas terras áridas do Sertão sergipano.*

AGRADECIMENTOS

A construção do trabalho científico demanda comprometimento, organização e amadurecimento. Trata-se de um compromisso com o conhecimento e os sujeitos e objetos alvo do estudo com a finalidade de apontar mecanismos de reprodução qualitativa social, econômica, política e cultural dos grupos sociais.

Todavia, o ciclo da vida (trabalho, família, estudos) reserva novos desafios que, não raro nos fazem fraquejar e tornam incertos os prosseguimentos dos nossos projetos. Nessas ocasiões, busquei forças no meu lugar, na história do meu povo: bravios homens e mulheres do Sertão que nunca desanimam, mesmo diante da exaustiva e, por vezes desoladora labuta diária. Mantive ainda uma postura de humildade, dispondo-me a ouvir críticas, experiências e conselhos daqueles que compõem meu círculo familiar, acadêmico, de trabalho e de amizade. Essas contribuições foram fundamentais para a execução desse estudo e tornam esse momento oportuno para agradecer:

A DEUS pelo dom da vida, por me levantar quando fraquejei e por guiar meu caminho.

Aos meus pais, Gileno e Tereza, pelo amor transmitido, pela formação familiar e educativa, por abraçar meus projetos e por serem meus refúgios quando precisei. Na luta pela realização dos meus sonhos e anseios, espelho-me no modelo de vida dos senhores, pautado no compromisso, na honestidade e no respeito.

A minha esposa, Candida, pelo incentivo e pela companheira que fostes ao longo dos últimos sete anos. Foi ao seu lado que superei os momentos mais difíceis, como também, compartilhei minhas principais conquistas.

As minhas irmãs, Kele e Mara, pelos momentos felizes que compartilhamos, e aos sobrinhos, Géssica, Fabrício e Bianca, pelo carinho e pela paz que transmitistes.

Aos meus avós, Josina e Francisco (*sempre presente*) e Prazeres e José, por compartilharem suas histórias, saberes e experiências de vida no Sertão, fontes de inspiração para meus estudos.

A minha sogra Daci, pela torcida durante a concretização dos meus estudos acadêmicos, bem como pela pessoa atenciosa que sempre fostes.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, pela confiança, oportunidade, paciência, conhecimento partilhado e, inclusive, pelas relações de amizade e proximidade construída durante a graduação e a orientação de mestrado. Seus conselhos e ensinamentos foram imprescindíveis para meu crescimento profissional e acadêmico.

Ao Grupo de Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais – GRUPAM, pela possibilidade de ampliação do conhecimento, a partir das discussões teóricas, compartilhamento de experiências resultantes das pesquisas científicas, além da oportunidade de participação nos eventos acadêmicos promovidos pelo grupo.

A Robertta e Franciele, pelas sugestões durante a elaboração da dissertação, e a Rafaela e Anna Alice, pela produção e orientação do conteúdo cartográfico. A disposição que sempre mantiveram reflete a força e consolidação de nossas amizades.

A banca examinadora desta Dissertação de Mestrado, Dr. Amaury da Silva dos Santos e Prof. Dr. José Eloízio da Costa, pelo norteamento desse estudo e pela disponibilidade. Sou grato também, a Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessoa, pelas contribuições teóricas e pelas indicações na construção da pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo, especialmente ao conjunto técnico e administrativo, pela atenção que sempre mantiveram, e aos mestres, sempre comprometidos na construção e compartilhamento do conhecimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

Ao corpo docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – DGE/UFS, pelas contribuições na minha formação docente e pela amizade preservada desde a graduação.

As Marias e aos Josés do meu querido Porto da Folha: buraqueiros, beradeiros, agricultores, vaqueiros, pescadores, quilombolas, Xokós e trabalhadores liberais, pelas experiências e saberes partilhados e pela recepção sempre alicerçada na confiança, gentileza e humildade.

Muito obrigado!

RESUMO

A modernização das atividades agrícolas nas unidades de produção familiar consiste uma realidade recente na configuração territorial do rural brasileiro e, sobretudo, de setores produtivos do Sertão nordestino. Esse processo foi impulsionado nas últimas décadas devido à formulação e ampliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A reorganização dos setores produtivos no campo deve-se ainda à ampliação de atividades não agrícolas prestadoras de serviços desempenhadas por agricultores e/ou trabalhadores liberais. A complexidade do mundo rural torna-se mais significativa quando se observa a convivência num mesmo espaço de inovações socioprodutivas e práticas econômicas, sociais e culturais tradicionais que reforçam a identidade territorial dos grupos sociais do campo, apesar das transformações em curso. Tomando como base o recorte empírico do município de Porto da Folha/SE, este estudo tem como objetivo analisar a reconfiguração do espaço rural, a partir do avanço de novas ruralidades e da resistência de ruralidades tradicionais. A metodologia aplicada apresenta perfil qualitativo e está fundamentada em pesquisas bibliográficas, levantamento documental, sistematização de dados e informações e pesquisas de campo a partir do uso das técnicas de investigação exploratória, diário de campo, aplicação de entrevistas e registros iconográficos. Os resultados da pesquisa apontam para a reconfiguração dos territórios rurais com base na modernização de segmentos e setores produtivos mantidos por agricultores familiares, o avanço de atividades não agrícolas e serviços básicos (educação, saúde e lazer), até recentemente restritos aos centros urbanos, bem como o fortalecimento de identidades alicerçadas no território que contribuem para a legitimidade cultural dos grupos sociais. Logo, as análises acerca da dinâmica do espaço rural não devem se restringir às relações econômico-produtivistas, mas também a organização social e as representações culturais dos sujeitos que vivem no campo.

Palavras-chaves: Inovações produtivas. Atividades não agrícolas. Identidades territoriais. Ruralidades. Agricultura familiar. Porto da Folha/SE.

ABSTRACT

The modernization of rural activities in family farm units consists of a recent reality in territorial configuration of Brazilian countryside and, especially, of productive sectors in Northeast's Sertão. This process has been propelled along the last decades due to formulation and expansion of public policies oriented to the development of family farming. The reorganization of productive sectors in countryside areas is also due to the expansion of non-farming service provider activities discharged by family farmers and/or liberal workers. The complexity of the rural world is even more meaningful as we observe an interaction, in the same space, of social and productive innovations and economic, social and traditional cultural practices that reinforce the countryside social groups' territorial identity, despite the ongoing transformations. Assuming as a base the empirical configuration of Porto da Folha/SE municipality, this study aims to analyze the reconfiguration of the rural space from the advancement of new ruralities and the resistance of traditional ruralities. The methodology applied has a qualitative approach and is founded on bibliographic research, data collection, data systematization, information, and field research using exploratory research techniques, field diary, application of interviews and iconographic recordings. The results of this research point to a reconfiguration of rural territories based on modernization of productive sectors maintained by family farmers, the advancement of non-farming activities and basic services (education, health and leisure), until then restricted to urban centers, as well as the strengthening of identities founded in the territory that contributes to a cultural legitimacy of the social groups. Therefore, the analysis about rural space dynamics must not be restricted to economic and productive relations, but also to social organization and the cultural representations of the subjects who live in countryside.

Keywords: Productive innovation. Non-farming activities. Territorial identities. Ruralities. Family farm. Porto da Folha/SE.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Caatinga hipoxerófila (período chuvoso), povoado Lagoa do Rancho.....	52
Foto 2 – Caatinga hiperxerófila (período chuvoso), povoado Mocambo.....	52
Foto 3 – Cerca de pedra, povoado Ilha do Ouro.....	56
Foto 4 – Lagoa que referencia a toponímia da comunidade Lagoa Salgada.....	56
Foto 5 – Capim <i>buffel</i> , setor do Trevo de Porto da Folha.....	69
Foto 6 – Cultivo de palma, comunidade Chumbinho.....	69
Foto 7 – Silagem de milho, comunidade Campinas.....	69
Foto 8 – Ordenha mecânica, comunidade Lagoinha.....	72
Foto 9 – Alimentação confinada, comunidade Campinas.....	72
Foto 10 – Ordenha manual, setor do Riacho do Salitre.....	72
Foto 11 – Pecuária extensiva, comunidade Lagoinha.....	72
Foto 12 – Guia de bovinos com uso de motocicleta, povoado Lagoa do Rancho.....	73
Foto 13 – Transporte de leite com auxílio de motocicleta, setor do Riacho do Salitre.....	73
Foto 14 – Arado mecânico, comunidade Chumbinho.....	76
Foto 15 – Semeadura com máquina manual, setor do Riacho do Salitre.....	76
Foto 16 – Semeadura mecânica, comunidade Lagoinha.....	77
Foto 17 – Ceifadeira de forragem, comunidade Campinas.....	77
Foto 18 – Horta agroecológica, povoado Lagoa da Volta.....	85
Foto 19 – Mudanças de árvores para reflorestamento, povoado Lagoa da Volta.....	85
Foto 20 – Cisterna de calha, comunidade São Domingos.....	95
Foto 21 – Cisterna de enxurrada, comunidade Campinas.....	95
Foto 22 – Cisterna calçadão, comunidade Pedro Leão.....	95
Foto 23 – Estabelecimento com antena parabólica, setor do Umbuzeiro do Matuto.....	98
Foto 24 – Uso de telefone celular pelo agricultor, comunidade Chumbinho.....	98
Foto 25 – Serraria, povoado Lagoa do Rancho.....	111
Foto 26 – Carreiro, povoado Lagoa da Volta.....	111
Foto 27 – Bordadeira, povoado Lagoa do Rancho.....	111
Foto 28 – Minimercado, povoado Lagoa Redonda.....	113
Foto 29 – Mercadoria, povoado Lagoa do Rancho.....	113
Foto 30 – Mercadoria, povoado Lagoa da Volta.....	113
Foto 31 – Oficina de Motocicleta, povoado Linda França.....	114
Foto 32 – Oficina de Motocicleta, povoado Lagoa do Rancho.....	114
Foto 33 – Estabelecimento de Acessórios de Motocicleta, povoado Lagoa do Rancho.....	114
Foto 34 – Estabelecimento de insumos agropecuários, povoado Lagoa do Rancho.....	114
Foto 35 – Estabelecimento de insumos agropecuários, povoado Lagoa Redonda.....	114
Foto 36 – Loja de vestuário, povoado Lagoa Redonda.....	115
Foto 37 – Loja de brinquedos e decoração, povoado Lagoa Volta.....	115
Foto 38 – Academia, povoado Lagoa do Rancho.....	115
Fotos 39 – Balneário, povoado Lagoa do Rancho.....	116
Fotos 40 – Balneário, povoado Linda França.....	116
Foto 41 – Restaurante, povoado Ilha do Ouro.....	116
Foto 42 – Atividades de lazer no rio São Francisco, povoado Ilha do Ouro.....	116

Foto 43 – Produção do queijo coalho caseiro, comunidade Craibeiro.....	119
Foto 44 – Maturação do queijo coalho caseiro, setor do Riacho do Salitre.....	119
Foto 45 – Sede da Yomilk, comunidade Lagoa Salgada.....	122
Foto 46 – Sede da Coopeagri, comunidade Junco.....	122
Foto 47 – Produtos da Coopeagri, comunidade Junco.....	122
Foto 48 – Associação e Sede da Fábrica Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta.....	125
Foto 49 – Farinha de Milho Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta.....	125
Foto 50 – Natalzinho da Praça da Matriz, Porto da Folha.....	133
Foto 51 – Curri de Zé Malfeito, Natalzinho da Praça da Matriz, Porto da Folha.....	133
Foto 52 – Lavadeiras do rio São Francisco, povoado Niterói.....	134
Foto 53 – Embarcação com imagem de Bom Jesus dos Navegantes em procissão fluvial, povoado Ilha do Ouro.....	134
Foto 54 – Limpeza artesanal e coletiva da roça, comunidade Mocambo.....	136
Foto 55 – Elaboração artesanal de painéis de barro, comunidade Ilha de São Pedro.....	136
Foto 56 – Dança do Toré na Festa da Retomada, comunidade Ilha de São Pedro.....	137
Foto 57 – Celebração religiosa na Festa da Retomada, comunidade Ilha de São Pedro.....	137
Foto 58 – Indumentária do vaqueiro e principais acessórios do cavalo, Festa do Vaqueiro de Porto da Folha.....	140
Foto 59 – Pega de boi no mato, Festa do Vaqueiro de Porto da Folha.....	143
Fotos 60 – Pega de boi no mato, Festa do Vaqueiro do povoado Lagoa da Volta e dos Quilombolas.....	143
Foto 61 – Cavalgada, Porto da Folha.....	148
Foto 62 – Cavalgada, povoado Lagoa do Rancho.....	148
Foto 63 – Corrida de argola, povoado Craibeiro.....	149
Foto 64 – Participantes da cavalcada ornamentados, Poço Redondo/SE.....	149
Foto 65 – Vaquejada de mourão, Parque de Vaquejada Dona Neli, setor do Trevo de Porto da Folha.....	152
Foto 66 – Vaquejada de mourão, Parque de Vaquejada Alan Alves, povoado Linda França.....	152
Foto 67 – Homenagem ao agricultor na Festa de São José, povoado Lagoa do Rancho.....	159
Foto 68 – Procissão na Festa de São José (ao lado, estátua em homenagem ao santo), povoado Lagoa do Rancho.....	159
Foto 69 – São João em família, comunidade Estreito.....	163
Foto 70 – Batismo na fogueira, povoado Lagoa do Rancho.....	163
Foto 71 – Leilão na Festa de Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta.....	166
Foto 72 – Procissão na Festa de Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta.....	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Município de Porto da Folha/SE.....	49
Mapa 2 – Destino Comercial dos Derivados do Leite do Município de Porto da Folha/SE..	124
Mapa 3 – Circuito Natalino de Porto da Folha/SE.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porto da Folha/SE, População Residente, 1991-2010.....	57
Gráfico 2 – Porto da Folha/SE, Pirâmide Etária da População Urbana, 2010.....	58
Gráfico 3 – Porto da Folha/SE, Pirâmide Etária da População Rural, 2010.....	59
Gráfico 4 – Porto da Folha/SE, Pecuária Leiteira, 1974-2014.....	68
Gráfico 5 – Porto da Folha/SE, Produção de Milho (grãos), 1990-2014.....	82
Gráfico 6 – Porto da Folha/SE, Produção de Feijão (grãos), 1990-2014.....	82
Gráfico 7 – Porto da Folha/SE, Produção de Fava (grãos), 1990-2014.....	83
Gráfico 8 – Porto da Folha/SE, Produção de Mandioca, 1990-2014.....	83
Gráfico 9 – Porto da Folha/SE, Estrutura Domiciliar, 2015-2016.....	96
Gráfico 10 – Porto da Folha/SE, Relação dos Comerciantes com a Agricultura, 2015-2016.....	107
Gráfico 11 – Porto da Folha/SE, Comerciantes que Exercem Atividade Agrícola, 2015-2016.....	107
Gráfico 12 – Porto da Folha/SE, Perspectiva de Fortalecimento da Atividade não Agrícola, 2015-2016.....	108
Gráfico 13 – Porto da Folha/SE, Pretende Continuar Exercendo a Atividade não Agrícola, 2015-2016.....	108
Gráfico 14 – Porto da Folha/SE, Relação de Reciprocidade com os Consumidores, 2015-2016.....	118
Gráfico 15 – Porto da Folha/SE, Relação de Reciprocidade com os Representantes Comerciais e Atravessadores, 2015-2016.....	118
Gráfico 16 – Porto da Folha/SE, Derivados de Leite Elaborados nas Fabriquetas, 2015-2016.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Referenciais Teóricos do Estudo.....	20
Quadro 2 – Dados Secundários Pesquisados.....	21
Quadro 3 – Demonstrativo dos Principais Grupos Sociais Pesquisados.....	23
Quadro 4 – Porto da Folha/SE, Atividades da Pecuária Bovina, 2015-2016.....	71
Quadro 5 – Porto da Folha/SE, Principais Agrotóxicos Utilizados nas Culturas Agropecuárias, 2015-2016.....	80
Quadro 6 – Toada "O Acordar do Sertanejo".....	139
Quadro 7 – Porto da Folha/SE, Festividades Atreladas às Atividades Pastorais, 2015-2016.....	142
Quadro 8 – Porto da Folha/SE, Relação das Comemorações Religiosas com Manifestações e Costumes Rurais, 2015-2016.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porto da Folha/SE, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991-2010.....	60
Tabela 2 – Porto da Folha/SE, Produto Interno Bruto (PIB) (mil reais), 2001-2013.....	62
Tabela 3 – Porto da Folha/SE, Benefícios Sociais Originários do Governo Federal, 2004-2008.....	62
Tabela 4 – Porto da Folha/SE, Beneficiários e Valores Repassados pelo Programa Bolsa Família, 2004-2016.....	63
Tabela 5 – Porto da Folha/SE, Estrutura Fundiária, 1995-1996.....	65
Tabela 6 – Porto da Folha/SE, Estrutura Fundiária, 2006.....	65
Tabela 7 – Porto da Folha/SE, Projetos de Assentamento Rural do INCRA, 1995-2013.....	66
Tabela 8 – Porto da Folha/SE, Meios de Transportes no Estabelecimento, 2015-2016.....	73
Tabela 9 – Porto da Folha/SE, Uso de Insumos e Técnicas Agrícolas, 2015-2016.....	76
Tabela 10 – Porto da Folha/SE, Integração dos Agricultores Familiares a Instituições Coletivas, 2015-2016.....	84
Tabela 11 – Porto da Folha/SE, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 1999-2015.....	91
Tabela 12 – Porto da Folha/SE, Ações de Combate à Seca, 2014.....	93
Tabela 13 – Porto da Folha/SE, Infraestrutura Hídrica do Estabelecimento, 2015-2016.....	94
Tabela 14 – Porto da Folha/SE, Tecnologias Informativas e de Uso Doméstico, 2015-2016..	97
Tabela 15 – Porto da Folha/SE, População e Número de Domicílios dos Aglomerados Rurais, 2010.....	100
Tabela 16 – Porto da Folha/SE, Estrutura Socioeconômica das Comunidades Rurais, 2015-2016.....	101
Tabela 17 – Porto da Folha/SE, Rotas de Transporte Interestadual com Destino as Localidades Rurais, 2016.....	104
Tabela 18 – Porto da Folha/SE, Tipos e Número de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços por Comunidades Rurais, 2015-2016.....	112
Tabela 19 – Porto da Folha/SE, Fabriquetas de Derivados de Leite, 2015-2016.....	120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASA – Articulação do Semiárido

CAIs – Complexos Agroindustriais

CDJBC – Centro de Assessoria e Serviços aos Trabalhadores da Terra – Dom José Brandão de Castro

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coopeagriu – Cooperativa de Pecuáristas e Agricultores União

Coopertalse – Cooperativa de Transporte de Sergipe

Coopetaju – Cooperativa de Transporte Alternativo de Passageiros de Aracaju

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe

DGE – Departamento de Geografia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Fetase – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GRUPAM – Grupo de Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

MI – Ministério da Integração Nacional

MME – Ministério de Minas e Energia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações Não Governamentais

P1MC – Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDDE – Programa Dinheiro Direto para a Escola

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POSGRAP – Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

PPGEO – Programa de Pós-graduação em Geografia

Pronese – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF – Programa Saúde da Família

Sedes – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social de Sergipe

Seides – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SIAL – Sistema Agroalimentar Localizado

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 INTERFACES DO MUNDO RURAL	25
3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE	47
3.1 Dinâmica morfoclimática: a formação do espaço natural a partir domínio do semiárido	48
3.2 O desdobramento da pecuária no processo de povoamento	53
3.3 A relação dos setores produtivos e dos indicadores sociais na composição da dinâmica territorial	57
3.4 Reorganização da cadeia produtiva do leite: da modernização à resistência de práticas tradicionais	67
3.5 Mecanização e quimificação das atividades agrícolas: modernização a que custo?.....	74
4 VITALIDADE SOCIAL: o fortalecimento da agricultura familiar é indicativo de desenvolvimento rural?	89
4.1 Infraestrutura produtiva, domiciliar e informativa: a influência das políticas públicas no dinamismo socioeconômico	90
4.2 Dinamismo social e econômico do espaço rural: a composição de um novo Sertão	99
4.3 Atividades não agrícolas no campo: persistência e redefinição das práticas econômicas	105
4.4 Produção agroalimentar: derivados de leite e milho	118
5 RURALIDADES: passado e presente na reconfiguração das identidades territoriais	127
5.1 Costumes, valores e tradições: a relação de alteridade na definição das identidades ...	128
5.2 Festividades tradicionais: a cultura como elemento de territorialidade	140
<i>5.2.1 Entre vaqueiros e cavaleiros: a afirmação da identidade sertaneja pastoril</i>	141
<i>5.2.2 Homens e mulheres de fé: valores e devoção na redefinição das ruralidades</i>	154
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES	183

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A fragmentação do modo de produção feudal e a ascensão da burguesia marcaram a emergência do capitalismo enquanto sistema político, econômico, social e ideológico. Concomitante a esse processo, nota-se a transferência do poder central do campo para a cidade, esta concebida enquanto sinônimo de “progresso”, que fundamenta o pensamento contraditório e excludente que opunha o rural e o urbano enquanto realidades distantes, antagônicas. O primeiro apreendido como atrasado, e o segundo, a partir da perspectiva de moderno.

Subjugado aos ditames modernistas da sociedade, da política e da economia *urbanocêntrica*, perdurou em diferentes temporalidades a visão que a superação da condição de inferioridade do rural seria assegurada com a transformação das suas relações produtivas fundamentada na adesão à tecnologia.

É nesse contexto que é alicerçada a transformação das cadeias produtivas agrícolas do Brasil, cujo aporte financeiro fomentado por políticas públicas desenvolvimentistas viabiliza, em regiões específicas do país e frentes pioneiras, a modernização da agricultura. O discurso progressista, por sua vez, contradiz diante da manutenção dos velhos pactos com a aristocracia rural, assentada na concentração fundiária e na exclusão dos pequenos trabalhadores rurais, relegados à sujeição e à precarização do trabalho. Sendo assim, Graziano da Silva (1999a) assevera que o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira esteve vinculado à modernização conservadora.

A inserção no campo da tecnologia de ponta e a industrialização da agricultura, que desencadeou a formação dos CAIs, condicionou entre segmentos políticos, civis e acadêmicos o fortalecimento da perspectiva de subordinação do rural ao urbano, tornando-se convictos de um processo de homogeneização do espaço, que levaria o campo a uma dimensão espacial com o predomínio das características urbanas (GRAZIANO DA SILVA, 1981; 1998; 1999a; 1999b; IANNI, 1997).

Contudo, a relação urbano/rural, cidade/campo e local/global impulsionada pelos impactos da Revolução Verde e, mais recentemente, pelos movimentos globalizantes, a partir da expansão e da informatização das redes de comunicação, não condicionou a homogeneização do espaço, mas, em contrapartida reforçou a sua condição heterogênea ao possibilitar a coexistência num mesmo espaço de elementos distintos, que em determinadas ocasiões também se complementam: técnicas, atividades, valores, comportamentos, modos de

agir e pensar. Esse processo inserido nos múltiplos circuitos da globalização, conforme Haesbaert (2001) desencadeia na formação de territórios híbridos.

Por outro lado, nas últimas décadas observou-se uma reorganização e reconfiguração do espaço rural, que não dinamizaram apenas os grandes empreendimentos agroempresariais, mas também, unidades de produção familiar. É notável que as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento da agricultura familiar propiciaram a modernização das atividades de segmentos dessa categoria.

Além disso, verifica-se que as transformações do espaço rural são condizentes com o crescimento de atividades não agrícolas desempenhadas por trabalhadores liberais e agricultores, apreendidos enquanto pluriativos (SCHNEIDER, 2009). Tal configuração resulta de diversos fatores, destacando-se a redução do tempo de trabalho na agricultura ante a modernização de setores produtivos, o deslocamento de atividades comerciais e serviços para o campo devido à fluidez das fronteiras entre o urbano e o rural, bem como, a interligação do mundo em rede. Nota-se ainda a revalorização do campo, sobretudo, entre urbanitas que vislumbram como bens de consumo os aspectos bucólicos, naturais e culturais preservados em determinados estabelecimentos rurais.

Todavia, a emergência de novas ruralidades não condicionou a eliminação de valores, costumes e práticas socioeconômicas eminentemente intrínsecas à identidade rural e historicamente reafirmadas pelos grupos sociais. Carneiro (1998) reforça que a cultura no campo não pode ser compreendida como estática, nem tampouco passível de anulação decorrente das transformações no espaço rural. O aguçamento da relação campo/cidade, local/global impulsionou a ressignificação da cultura rural, mas também reforçou práticas e elementos identitários a partir da relação de alteridade.

No município de Porto da Folha/SE, recorte espacial deste estudo, constatou-se a coexistência nos territórios rurais e, inclusive, urbanos de inovações socioprodutivas e práticas econômicas, relações sociais e manifestações tradicionais arraigadas a identidades territoriais. Esses resultados são condizentes com a problemática levantada, a qual reporta que o espaço rural do município apresenta uma inter-relação entre elementos culturais tradicionais e novas práticas sociais e econômicas, até recentemente, estranhas ao território.

Assim, o objetivo geral foi analisar a reconfiguração do espaço rural do município, a partir do avanço de novas ruralidades e da resistência de ruralidades tradicionais. De forma específica: identificar as práticas e as atividades que estão associadas às novas ruralidades e a permanência das ruralidades tradicionais; constatar as interfaces da modernização tecnológica na agricultura familiar; avaliar a relação das políticas públicas na reorganização das relações

sociais e produtivas; averiguar a influência das atividades não agrícolas na dinâmica social e econômica do campo; desvelar a interferência das transformações em curso na resignificação das manifestações culturais e das identidades territoriais.

Quanto aos questionamentos norteadores que levaram à reflexão, destacam-se: a modernização das atividades agrícolas consiste processo de fortalecimento ou perda da autonomia da agricultura familiar? Em que medida as atividades não agrícolas são significantes para a permanência dos agricultores e trabalhadores no campo? Até que ponto as novas ruralidades conformam novas territorialidades criadas pelos agricultores familiares? A relação campo/cidade, local/global influencia na resignificação das ruralidades tradicionais? O que fundamenta a preservação das identidades territoriais diante as transformações em curso no campo?

No que se refere à metodologia, esta consistiu elemento fundamental no norteamento da pesquisa científica e apresentou um perfil eminentemente qualitativo, embasado em pesquisas teóricas, documentais e de campo.

Pesquisa teórica

Essa etapa foi desenvolvida no decorrer de toda pesquisa. Consiste em revisões da literatura acerca de teorias e conceitos pertinentes com as temáticas abordadas. Os estudos foram realizados individualmente e de modo coletivo através de encontros de diálogos realizados pelo GRUPAM.

Foram utilizados como recursos teóricos livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, periódicos e anais de eventos. Além da análise dos referenciais, foram produzidos fichamentos e resumos que auxiliaram na sistematização de ideias, pensamentos e conceitos empregados na construção teórica da dissertação e no confronto com a realidade empírica.

O quadro 1 apresenta a relação dos principais referenciais, que reportam para os conceitos e as categoriais empregadas na fundamentação teórica, bem como as discussões sobre a configuração territorial do recorte empírico.

Quadro 1 – Principais Referenciais Teóricos do Estudo

Categorias, Conceitos e Discussões	Autores
<i>Continuum rural/urbano</i> ; Concepção urbanocêntrica	Graziano da Silva (1981; 1998; 1999a; 1999b); Ianni (1997)
Ruralidades	Saraceno (1996); Carneiro (1998); Wanderley (2001; 2002); Moreira (2003); Cavalcanti (2004); Schneider (2009); Abramovay (2009)
Urbanidades no rural	João Rua (2005; 2006); Gláucio Marafon (2011a; 2011b),
Território	Haesbaert (2001; 2005); Saquet (2006; 2009; 2010; 2011; 2014); Saquet e Sposito (2008)
Espaço	Santos (1986; 2001; 2006)
Identidade e Cultura	Carneiro (1998); Haesbaert (1999); Claval (2001; 2008); Bossé (2004); Geertz (2008); Almeida (2008); Hobsbawm (2012)
Formação histórica e dinâmica cultural, social e econômica do Sertão Nordeste e de Sergipe	Abreu (1930); Woortmann (1995; 1997); Diniz (1996); Andrade (2005); Menezes (2009; 2015)
Estudos sobre Sergipe e o município de Porto da Folha	Diniz (1996); Menezes (2009; 2015); Silva (1981); Santos e Andrade (1992); França e Cruz (2007); Tanezini (2014)

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A escolha das categorias geográficas espaço e, sobretudo, território decorre da aproximação desses conceitos com a temática trabalhada. Nesse ínterim, vale ressaltar as contribuições de Saquet (2006; 2009; 2014), que apreende o território como composto por elementos e processos definidos em diferentes temporalidades. Por sua vez, Haesbaert (2001; 2005) compreende o território a partir de sua condição híbrida resultante de multiterritorialidades sociais, econômicas e culturais desempenhadas pelos sujeitos. Essa abordagem aproxima-se das reflexões de Santos (2006) sobre o espaço, considerado um conjunto indissociável de objetos e ações que formam um quadro único de conteúdos sociais e econômicos.

Pesquisa documental

As análises sobre as características fundiárias e da agropecuária, bem como o perfil econômico e social de Porto da Folha foram realizadas a partir de levantamentos de dados secundários obtidos no IBGE e no INCRA.

No tocante às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o município foram efetivadas pesquisas em relatórios e documentos legais disponíveis nos sites do MDA, MI, MDS, MME e Ministério das Cidades (Quadro 2).

Quadro 2 – Dados Secundários Pesquisados

Dimensão	Dados Coletados	Órgãos e Instituições
Socioeconômica	População residente (rural e urbana); Domicílios; PIB; Agropecuária	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
	Estrutura Fundiária; Projetos de Assentamento Rural	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Políticas Públicas	Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos	Ministério de Minas e Energia – MME
	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Programa Garantia Safra	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
	Programa Nacional de Universalização de Acesso – Água para Todos; Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC; Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2	Ministério da Integração Nacional – MI
	Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR	Ministério das Cidades
	Programa Bolsa Família; Programa Bolsa Escola; Programa Bolsa Alimentação; Auxílio Gás	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – MDS

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Pesquisa de Campo

As pesquisas de campo possibilitaram o confronto entre a teoria e a empiria. Gil (1999) assevera a importância dos estudos de campo pelas condições de aprofundamento sobre o fenômeno investigado. Quatro técnicas foram utilizadas: pesquisa exploratória; diário de campo; entrevistas semiestruturadas; e levantamento fotográfico e sistematização de dados e informações.

✓ Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória antecedeu a aplicação das outras técnicas intrínsecas à pesquisa de campo. Essa etapa consistiu numa sondagem das atividades, das formas de

organização e apropriação dos territórios e das estratégias de reprodução social desempenhadas pelos sujeitos alvos do estudo.

Tomando como base as perspectivas de Gil (1999), durante os procedimentos exploratórios não foram utilizadas técnicas de amostragem sistematizadas. Notou-se que a pesquisa proporcionou uma visão geral, de modo aproximado, acerca dos fatos investigados.

✓ *Diário de campo*

Conforme mencionado por Lopes et al. (2002), o diário de campo tem como objetivo uma descrição densa do objeto estudado. Durante a pesquisa empírica, o diário foi utilizado para o registro de informações, dados e observações que, posteriormente, foram alvo de investigação mais detalhada a partir do confronto com as informações objetivas coletadas nas entrevistas e no levantamento documental.

Lima (2002, p.143) reporta que o diário de campo “pode ser compreendido, em primeira instância, como um instrumento pessoal de coleta de dados da pesquisa”. Tal afirmativa deve-se ao fato do conteúdo dessa ferramenta remeter à percepção do autor acerca do objeto. Desse modo, a interpretação dos signos, abreviações, desenhos, frases ou fragmentos de uma conversa faz sentido apenas ao pesquisador.

✓ *Entrevistas semiestruturadas*

Foram aplicados roteiros de entrevistas com base em quesitos semiestruturados durante as pesquisas de campo, junto aos diferentes grupos sociais. Por apresentar perguntas abertas que, não raro, viabilizaram o prolongamento do diálogo, foram utilizados em algumas entrevistas gravadores de voz, cujas escutas possibilitaram a transcrição das falas dos sujeitos. As pesquisas tiveram como principais pontos de irradiação os aglomerados rurais definidos pelo IBGE (2010): Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Rancho, Linda França, Ilha do Ouro, Niterói, Mocambo, Ilha de São Pedro e Umbuzeiro do Matuto. A partir dessas localidades, as entrevistas foram estendidas para as demais comunidades circunvizinhas. Levando-se em consideração os aglomerados e as comunidades rurais de perfil domiciliar disperso, participaram das pesquisas 58 localidades. No tocante aos sujeitos, o quadro 3 apresenta o demonstrativo dos principais grupos sociais investigados.

Quadro 3 – Demonstrativo dos Principais Grupos Sociais Pesquisados

Grupos sociais	Número
Agricultores	70
Comerciantes	147
Proprietários e representantes de associações, cooperativas, laticínios e fabriquetas de queijo	25
Organizadores, participantes e brincantes de festas tradicionais	28

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Para Gil (1999), a entrevista é uma forma de interação social centrada na formulação e direcionamento de perguntas ao entrevistado com o objetivo de coletar informações de interesse da investigação. Com base nas considerações do autor, durante as pesquisas de campo foram efetivadas, sobretudo, as entrevistas por pautas, direcionadas aos agricultores, comerciantes, proprietários e representantes de associações, cooperativas, laticínios e fabriquetas de queijo. Elas caracterizam-se por apresentar certa estruturação de pontos de interesse do investigador. Apesar de possuir perguntas diretas, Gil (1999) ressalta que o entrevistado pode falar livremente enquanto se refere às pautas da pesquisa. A espontaneidade do processo permite ao sujeito sentir-se à vontade para responder às indagações levantadas.

Junto aos organizadores, participantes e brincantes de festas tradicionais, foram realizadas entrevistas do tipo focalizadas, cujo entrevistado é deixado livre para falar do tema específico (GIL, 1999). O perfil da entrevista, semelhante a uma conversa informal, viabilizou a obtenção de respostas eminentemente subjetivas que foram registradas em gravador de voz.

✓ *Levantamento fotográfico e sistematização de dados e informações*

Durante as pesquisas de campo também foram realizados registros iconográficos de objetos, ações, comportamentos e costumes intrínsecos na paisagem que traduzem mensagens visuais acerca das temáticas. Para Lopes (2012), a fotografia é uma fonte importante na apreensão da realidade, constituindo fonte indispensável na exploração do conteúdo.

Concomitante ao procedimento de escolhas das fotografias utilizadas na dissertação, ocorreu a tabulação e conversão dos dados secundários e das informações obtidas nas pesquisas de campo em tabelas, quadros e gráficos, que auxiliaram na ilustração e interpretação do conteúdo. Além disso, foram elaborados mapas temáticos a partir da base cartográfica do Atlas Digital da SRH 2013 e 2014.

Além da introdução, a dissertação está estruturada em mais quatro seções e considerações finais. A seção dois apresenta discussões teóricas no tocante às principais

vertentes de análise sobre o mundo rural, os conceitos de ruralidades e urbanidades, modernização do espaço rural brasileiro, reconfiguração das relações socioprodutivas na agricultura familiar, ressignificação e manutenção da cultura e da identidade dos grupos sociais do campo.

A seção três apresenta a configuração territorial do recorte empírico, *a priori* centralizada nos aspectos naturais, históricos e sociais. As discussões são sequenciadas com a abordagem econômica do município e as transformações socioprodutivas atreladas à agropecuária, cujos resultados derivam de informações coletadas nas pesquisas de campo e dados secundários obtidos em instituições públicas.

Na seção quatro é efetivada a discussão em torno da vitalidade socioeconômica do espaço rural atrelada ao crescimento de atividades comerciais, agroalimentares e prestadoras de serviço que fomentaram à circulação de renda e à manutenção do tecido social no campo.

Já na seção cinco, é retomado o debate sobre cultura e identidade na reconfiguração territorial do rural, bem como, a persistência das ruralidades tradicionais no campo, mesmo diante da emergência de novas relações sociais, econômicas e culturais. Os conteúdos retratados remetem à importância das tradições, valores e manifestações culturais na composição da identidade dos grupos sociais.

Por fim, são tecidas as considerações finais, fundamentadas em proposições teóricas e empíricas, apreendidas enquanto alternativas para o desenvolvimento social, econômico e cultural do território.

2 INTERFACES DO MUNDO RURAL

2 INTERFACES DO MUNDO RURAL

Compreender a dinâmica do espaço rural na contemporaneidade requer uma reflexão acerca das transformações que alteraram suas estruturas sociais e econômicas, contexto que remonta ao desencadeamento histórico do surgimento da Era Moderna. Rua (2005; 2006) ressalta que esse processo é marcado pela fragmentação e derrocada dos antigos regimes feudais na Europa, que permitiram a ascensão e a hegemonia da “recém-nascida” burguesia e, concomitantemente o deslocamento central do poder do campo para a cidade, e da agricultura para a indústria. Desse modo, as representações sobre o espaço rural passam a ser projetadas pela burguesia urbano-industrial.

Esse contexto confunde-se com a emergência do capitalismo como sistema dominante, cuja consumação está pautada no avanço da tecnologia, inicialmente mecânica, e posteriormente, químico-biológica e informativa. Graziano da Silva (1999a, p.16) menciona que a tecnologia consiste em um conjunto de conhecimento aplicado num processo produtivo. Nesse ínterim, se no sistema capitalista o objetivo da produção é o lucro, “a tecnologia que lhe é adequada é aquela que permite gerar mais lucros”. A busca por inovações tecnológicas com o propósito de elevação da produtividade é inerente ao processo de acumulação do capital que, por sua vez, configura-se enquanto mecanismo de sustentação do capitalismo.

A partir de então, as relações produtivas do rural são submetidas aos ditames modernistas da política e da economia capitalista centralizada na cidade. Saraceno (1996) reporta que esse pensamento alicerça o conceito do *continuum rural-urbano* entendido enquanto vasos comunicantes, em cuja relação o urbano se “enchia”, e o rural “esvaziava”. Baseando-se na realidade europeia, a autora faz críticas a essa concepção diante da limitação de sua definição. Na sua perspectiva, o rural era compreendido em oposição ao urbano, tornando a concepção de ruralidade uma categoria residual. Se não havia concentração populacional relevante e certa dimensão escalar, tais características eram suficientes para determinar a área como rural.

Tal contexto propiciou a formulação de um pensamento dualista, que opunha o urbano e o rural como duas realidades distintas, este definido a partir da negação do outro. Compreende-se o rural como “agrícola/atrasado”, e o urbano como “industrial/moderno” (CARNEIRO, 1998). A superação da condição de “atraso” do rural – conforme a visão dos atores hegemônicos, detentores do controle sobre capital – seria assegurada pelo processo de inserção da tecnologia e modernização das práticas produtivas do campo.

Esse pensamento se alinha com a lógica capitalista, em que “ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador” (MATOS; PESSÔA, 2011, p.292). Desse modo, a ideia de desenvolvimento rural restringia a produção, e o crescimento da agropecuária era o principal indicador de desenvolvimento econômico. Esse processo também impulsionou entre vários países a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, um dos sustentáculos da modernização das cadeias produtivas de alimentos no campo.

Conforme Altieri (2004), na segunda metade do século XX vários países latino-americanos engajaram-se nas modificações das cadeias produtivas no campo, a partir do paradigma da Revolução Verde, a princípio proposto e implementado nos países desenvolvidos. O autor enfatiza que a adesão a esse modelo teve como meta o aumento da produtividade das atividades agropecuárias, assentadas no uso intensivo de insumos químicos, no melhoramento genético dos animais e de variedades de sementes de alto rendimento, na irrigação e na mecanização. Alinhado a esse contexto, nota-se a criação de políticas públicas nacionais embasadas no crédito agrícola subsidiado, na pesquisa e na extensão rural.

Para Moreira (2003, p.113) “na modernidade, o rural foi apreendido na cultura e na política pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado”. O autor destaca que, subjugado ao domínio das atividades agrícolas, da tradição e da natureza, o rural sempre configurou um espaço a ser explorado e transformado por mecanismos civilizatórios de modernização pautada no emprego da alta tecnologia e na inserção da lógica e da racionalidade dos mercados.

O princípio defendido por Graziano da Silva (1998) remonta às transformações decorrentes da emergência do capitalismo enquanto sistema dominante. A separação do campo/cidade é uma forma assumida pelo próprio modelo capitalista da agricultura em seu sentido amplo. *A priori* o artesanato doméstico era inerente às atividades das famílias camponesas. Todavia, o desenvolvimento interno do capitalismo destrói essa harmonia e, posteriormente, a recria, não mais nas suas condições naturais, mas, sob condições fabricadas, produzidas pelo homem. Em outra ocasião, Graziano da Silva (1999a) retrata que a consolidação do capitalismo moderno ocorre a partir da superação das formas primitivas de produção artesanal e manufatureira.

Trata-se, portanto, de dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários camponeses que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de outra “harmonia” – também permeada por novas contradições –, baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução

artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina *industrialização da agricultura* (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A industrialização da agricultura tem sua origem vinculada à cidade, ou seja, o crescimento dos centros urbanos, cuja produção e trabalho concentrados na indústria e, posteriormente, nos serviços, pressiona a transformação das cadeias agrícolas a partir da adesão à moderna tecnologia com vistas à elevação da produtividade. Na perspectiva de Ianni (1997), o aumento prodigioso da população concentrada nos centros urbanos configura elemento imprescindível na reorganização social do trabalho e da produção no espaço rural, alicerçada na mecanização e quimificação das atividades agrícolas.

Se a separação entre cidade/campo culmina com a mudança da indústria para a cidade, a sua reunificação, de acordo com Graziano da Silva (1981), ocorre quando o campo é convertido em uma fábrica. Nesse processo, a agricultura deixa de ser um “setor autônomo” e transforma-se em um ramo da própria indústria subordinada ao capital.

No Brasil a industrialização da agricultura tem como principal contexto a transformação do Complexo Rural em CAIs. Graziano da Silva (1998) retrata que a dinâmica do Complexo Rural era determinada pelas flutuações do mercado externo. Parte dos gêneros agrícolas destinava-se à fabricação e a obtenção de bens de consumo e produção. Nos estabelecimentos rurais, além das mercadorias agrícolas para a exportação, produziam-se cultivos de subsistência, manufaturas, transportes de tração animal, habitações e instrumentos de trabalho. Enquanto parte desses elementos era utilizado nas atividades agropecuárias, outros eram empregados na manutenção da propriedade e do tecido social de escravos e, posteriormente, de trabalhadores livres. Tratava-se de uma divisão social do trabalho incipiente, cujas atividades agrícolas estavam interligadas com as atividades manufatureiras. Muitos dos bens produzidos apresentavam apenas valor de uso, e não eram difundidos no mercado consumidor interno, nem tampouco destinados à exportação.

A formação dos CAIs tem como contexto a superação do Complexo Rural, que a partir da década de 1970 é impulsionada com a integração intersetorial entre a agricultura e a indústria. Resulta desse processo a constituição das indústrias processadoras de alimentos e produtoras de insumos agrícolas, agora internalizadas na economia nacional. Por sua vez, a consolidação dos CAIs é fomentada pelo capital financeiro, basicamente por meio da institucionalização do SNCR e das políticas de agroindustrialização derivadas dos fundos de financiamentos governamentais.

A reorganização das cadeias agropecuárias do Brasil sempre esteve voltada para o mercado externo. Para Matos e Pessôa (2011), esse processo ocorre a partir da adoção de

inovações tecnológicas viabilizada pela integração do capital industrial, dos grandes e médios proprietários de terra e, principalmente, por intermédio do Estado.

Convergindo com a abordagem anterior, Marafon (2011a) ressalta que os CAIs são caracterizados pela utilização da tecnologia, da mecanização da produção e incorporação de vastas extensões de terra para o desenvolvimento das grandes cadeias produtivas como a soja, o café, o algodão e a pecuária bovina, destinadas primordialmente à exportação. Tais complexos produtivos são formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, que tem a capacidade de transformar a produção agrícola em agronegócio.

O estabelecimento das grandes cadeias de produção agropecuária foi estimulado após o golpe de 1964, por meio de incentivos do Estado com base na concessão de recursos e créditos via políticas subsidiárias. Para Mendonça e Stedile (2006) os resultados dessa política agrícola apresenta rebatimento na concentração fundiária do país. Nota-se a ampliação da colonização da fronteira agrícola em favor do capital estrangeiro e nacional, que contribuiu para a expansão do latifúndio, ampliação da desigualdade no campo e acirramento das lutas de classes. O direcionamento de créditos e subsídios estatais à agricultura patronal tinha a finalidade de disseminar a tecnologia e elevar a produtividade dos bens de exportação e aqueles atrelados aos programas energéticos. Com isso, ocorre a cristalização de dois padrões de produção polares e reciprocamente excludentes: a agropecuária modernizada, altamente capitalizada, com vistas favoráveis ao desenvolvimento, representada pelos CAIs, e a produção familiar, fragmentada e tida como inviável.

Nesse sentido, Moreira (2003) destaca que perdurou na segunda metade do século XX a não democratização do território brasileiro, caracterizado pela concentração fundiária e pelo poder da grande propriedade no campo. Na política oficial, predominou o discurso do rural enquanto agrícola e associado apenas à produção. A agropecuária de exportação, tecnologicamente avançada, encontra-se privilegiada com relação à agricultura destinada ao mercado interno, cujos mantenedores são os agricultores familiares considerados, até recentemente, incapazes de acompanhar o avanço técnico, econômico e social. O Estado, ao viabilizar o fortalecimento dos CAIs e favorecer o empresariado rural, manteve os velhos pactos com os setores do bloco hegemônico.

O avanço da moderna tecnologia no campo encontra-se dominada pelo agronegócio, que visa exclusivamente ao aumento da produtividade e à elevação do lucro. Diante disso, grandes corporações transnacionais ligadas ao *agrobusiness* e apoiadas em laboratórios de pesquisa criam novos insumos (químicos, biológicos, mecânicos e informatizados) capazes de reduzir o ciclo natural dos cultivos agrícolas e da produção animal.

Conforme Graziano da Silva (1999a), a introdução das inovações tecnológicas reduz substancialmente o *tempo de trabalho* e de *não trabalho* na agropecuária. A diminuição do tempo de trabalho pode ocorrer com a mecanização e quimificação do processo produtivo, como a utilização dos tratores e herbicidas, que anulam, respectivamente, a necessidade do preparo do solo e da capina de forma manual, procedimento que demandava mais tempo. Por sua vez, o tempo de não trabalho, considerado por Graziano da Silva (1999a) um prolongamento não rentável da produção (período de crescimento da plantação, por exemplo), pode ser reduzido a partir de alterações genéticas das sementes ou mesmo através do uso de adubos químicos, capazes de diminuir o ciclo vegetativo natural dos cultivos.

No atual processo de globalização, Cavalcanti (2004) enfatiza que o uso da moderna tecnologia compreende elemento imprescindível nos sistemas de produção agroalimentar, implicando mudanças nos processos produtivos, nos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, nos territórios.

O espaço rural encontra-se transformado pela lógica da produção capitalista, “emaranhado pela atuação de empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e *marketings*, modalidades de produtos e ondas de consumismo” (IANNI, 1997, p.40), cuja organização da produção e do trabalho é regulada, principalmente, pelo capital estrangeiro e por interesses de multinacionais, que transcendem os limites territoriais do Estado.

Cavalcanti (2004) adverte que a tendência à especialização tecnológica insere-se em um contexto da globalização, que articula o campo à dinâmica mundial em esferas transescalares. Essa relação modifica as estruturas socioeconômicas pré-existentes, reconfigurando os sistemas produtivos e, inclusive, os hábitos alimentares.

Ianni (1997) menciona que as grandes corporações da agropecuária e do *agrobusiness* induzem, organizam e determinam os sistemas de produção, comercialização e consumo. Tais transnacionais articuladas com os processos de *marketing* influenciam ainda os padrões de alimentação, que atendem às necessidades reais e imaginárias dos indivíduos. As dinâmicas de mercado intrínsecas ao território, por vezes, são modificadas ou substituídas. Os agricultores familiares são sujeitados por essas corporações a processos produtivos específicos, algo que compromete a legitimidade do grupo que, não raro, perde a autonomia de produzir seus próprios alimentos, necessários à reprodução socioeconômica e cultural da família.

As vantagens comparativas do empresariado rural frente à unidade de produção familiar condicionou a formulação de reflexões entre diferentes autores, que propagam a inviabilidade da unidade de produção familiar e sua consequente eliminação. Graziano da Silva (1999a, p.39, grifos do autor) destaca-se como um dos principais precursores desse pensamento.

As “empresas capitalistas” eliminam as unidades de “produção camponesa” de determinado mercado via aumento do volume de produto ofertado. O fundamental do mecanismo aí, todavia, parece ser o “poder de mercado” das empresas capitalistas decorrentes de maior escala de produção, independente da redução dos custos de produção via inovações tecnológicas ou intensificação da produção.

No entendimento do autor, é o domínio ante o mercado por meio da elevação da produtividade que amplia as vantagens do empresariado rural capitalista, quando comparada à pequena produção da unidade familiar. Diante disso, a agricultura de base familiar foi encarada por setores da política nacional e da sociedade civil como inviável diante do modelo de produção hegemônico, predominantemente impulsionado pela elevação da produtividade e dos lucros. Em contrapartida, segmentos atrelados aos movimentos sociais do campo e as unidades de produção familiar reportam para a insustentabilidade desse modelo, afetado constantemente pelas crises do mercado, altamente criticado por seus efeitos degradantes aos recursos naturais e pelas acusações de violação dos direitos trabalhistas e humanos.

A crise ecológica em decorrência da má gestão dos recursos naturais e a crise social engessada pela modernização conservadora da agricultura brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1999a) condicionaram a instabilidade social e política no campo, marcada por conflitos de luta pela terra encabeçada, principalmente, pelo MST. Conforme Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), esse contexto pressionou na década de 1990 a criação do Ministério do Desenvolvimento Rural, posteriormente modificado para MDA. Dentre as políticas do ministério, destacam-se a promoção da reforma agrária, a seguridade produtiva e econômica para as unidades de produção familiar e, mais recentemente, ações vinculadas a políticas e programas sociais destinadas à manutenção e melhoria da infraestrutura domiciliar e do estabelecimento rural.

A medida foi importante para a formulação de políticas direcionadas especificamente aos agricultores familiares. Todavia, reforçou a dualidade do discurso político acerca do rural brasileiro, colocando em posições antagônicas o consolidado MAPA e o recém-criado MDA. Enquanto o primeiro é uma das sustentações políticas e econômicas do país, o segundo se

mantém relevante, politicamente, graças aos movimentos sociais, e economicamente, pela promoção de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005; RUA, 2006; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Apesar das dificuldades de fortalecimento e consolidação da agricultura de base familiar, percebe-se que esta não se encontra passiva diante dos movimentos desterritorializantes orquestrados pelo capitalismo. São inúmeras as estratégias individuais ou coletivas de resistência firmadas pelos agricultores familiares com a finalidade de permanecerem em seu território, configurando desde aquelas desencadeadas por conflitos socioterritoriais, até a modificação da base tecnológica produtiva, obtenção de crédito fundiário e agrícola, integração à agroindústria, práticas associativas e cooperativas, utilização de processos produtivos alternativos (agroecológico, artesanal), turismo rural, adesão às atividades não agrícolas e especialização em nichos de mercado específicos.

Menezes e Malagodi (2011, p.51), ao concordarem com a importância das práticas rotineiramente construídas pelos sujeitos do campo para a efetivação do desenvolvimento rural, afirmam que “os indivíduos e os grupos sociais devem ser apreendidos como ‘sujeitos ativos’ na construção dos processos sociais em que estão envolvidos”. Eles possuem a capacidade de influir nas decisões que venham a interferir no seu modo de agir e de se reproduzir socialmente. Para tanto, os autores negam a dissolução da unidade de produção familiar, apesar da expansão das empresas agrícolas capitalistas no campo.

As estratégias de reprodução social e econômica desempenhadas pela agricultura familiar, na perspectiva de Sabourin (2000), devem estar ancoradas em critérios de viabilidade social e econômica que garantam a organização autônoma dos produtores rurais. Por sua vez, o autor ressalta que essa organização requer uma série de adaptações que se refletem, sobretudo, na atualização das relações socioeconômicas de solidariedade e reciprocidade a um novo contexto institucional e no aperfeiçoamento do saber-fazer dos agricultores com vistas às novas exigências de produção do mercado. Tais adaptações se traduzem em inovações institucionais (constituição de redes entre associações, assentamentos, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais e ONGs), econômicas e técnicas.

Dentre as alternativas utilizadas pelos agricultores familiares enquanto mecanismos de territorialidades, Ianni (1997) menciona a modificação da base tecnológica agropecuária, processo intrínseco às transformações recentes no espaço rural brasileiro. Conforme o autor, os agricultores familiares não se encontram inertes ao avanço de tecnologias modernas no campo. Nas últimas décadas, essas foram incessantemente acessíveis a partir do incentivo de empreendimentos privados e das políticas de crédito – e mesmo as assistenciais – elaboradas

pelo Estado. A modernização das unidades de produção familiar via proteção e incentivo assistencial e crediário a preços mínimos tem sido um comportamento firmado pelas agências governamentais privadas, que interagem com os programas de reforma agrária e as redes de agricultores familiares, empreendedores rurais e produtores de gêneros alimentícios e/ou matéria-prima.

Tal contexto esteve a princípio fundamentado em estudos desenvolvidos pela FAO/INCRA, cuja primeira versão do documento: “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável” de 1994, ressalva para a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, diante da importância dessa categoria na geração de trabalho e manutenção do tecido social rural. Esse conteúdo fundamentou legalmente no Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que cria o Pronaf e, posteriormente, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Na concepção de Grisa e Schneider (2015), a criação do Pronaf é fruto das mobilizações realizadas por movimentos sociais e da mudança de paradigma de estudos sobre o mundo rural, fundamentados na importância da agricultura familiar para o dinamismo socioeconômico nos países em desenvolvimento. Os autores ressaltam ainda que o programa decorre dos interesses do governo federal em garantir a ordem social no campo e influenciar nas decisões dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores rurais.

O Pronaf abriu possibilidades para a institucionalização de novas políticas para a agricultura familiar. Mesmo que apresente uma conjuntura desigual na distribuição dos recursos, como já assinalou Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) e Grisa e Schneider (2015), o programa possibilitou a capitalização de segmentos da agricultura familiar e o acesso aos mercados, inclusive, para agricultores situados na região Nordeste, que ainda são encarados como atrasados no discurso dominante da política, da mídia e da academia.

Contudo, Alentejano (2000) ressalta que a política agrícola e de extensão rural voltada para os agricultores familiares está embasada, principalmente, na adoção dos padrões tecnológicos tradicionais. O autor demonstra preocupação ante o avanço dessa modernização pautada nos moldes da Revolução Verde, ao destacar que a dependência e a utilização intensiva de insumos agrícolas (mecânicos e químicos), tem sido alvo de críticas devido ao alto custo econômico e aos danos sociais e ambientais causados.

Diante desse contexto, diferentes autores, setores políticos, movimentos sociais e ONGs passam a difundir entre segmentos da agricultura familiar a importância da adoção de

processos produtivos alternativos voltados a nichos de mercado específicos. O objetivo é que esses processos contribuam para a autonomia da unidade de produção familiar, garanta a segurança alimentar, fomente a geração e circulação de renda e possibilite a manutenção dos recursos naturais a partir da reprodução harmônica com o meio ambiente.

Ao analisar a conjuntura da agricultura familiar, Malagodi (1998) elenca três principais vertentes de análise para sua viabilidade: fortalecimento da estrutura econômica, capacidade de reprodução agroecológica dos ecossistemas cultiváveis e continuidade social, que se traduz na possibilidade de manutenção do tecido social de produtores que, no futuro, venham a assumir a unidade de produção. Na percepção do autor, as ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar devem prezar pela reprodução do patrimônio das famílias, pela manutenção da força de trabalho no campo e pela promoção de atividades ecologicamente e socialmente sustentáveis.

Alentejano (2000) reporta que a noção de sustentabilidade ambiental no processo produtivo de alimentos está mais apta a ser perseguido pela agricultura familiar, já que o sistema adotado pela agricultura empresarial é de exploração intensiva dos recursos naturais. O autor também afirma a necessidade de integração dessa concepção a outras estratégias que fomentem o desenvolvimento local, sobressaindo-se a promoção de políticas públicas descentralizadas, a exploração dos recursos naturais e culturais locais com vistas à fixação do trabalhador, e o estímulo à formação de organizações coletivas a partir da constituição de redes de parcerias que envolvam os agricultores, as instituições públicas, as ONGs e as associações de produtores.

A agricultura ancorada na autonomia produtiva e na exploração consciente dos bens ecológicos possui respaldo nos paradigmas da agroecologia. Na concepção de Carneiro (1998), a produção de alimentos agrícolas e semielaborados tidos como naturais está sustentado, em certa medida, na recuperação de saberes tradicionais, negados e esquecidos no processo de modernização da agropecuária.

Para Altieri (2004), a agroecologia apresenta os princípios básicos no estudo e tratamento dos ecossistemas, sejam eles produtivos ou preservadores de recursos naturais. Fundamentada na inter-relação entre a ecologia humana e os sistemas agrícolas, o paradigma agroecológico sobressai por sua condição de agricultura sustentável, socialmente justa, economicamente viável e pela valorização e recuperação dos saberes e das práticas alicerçadas na cultura agrícola do território.

A agroecologia, na perspectiva de Saquet (2014), configura-se como uma territorialidade fundamentada no uso de componentes e recursos biológicos,

predominantemente inerentes à unidade de produção. Conforme reportado pelo autor, esse modelo produtivo está alicerçado na eficiência biológica a partir de técnicas de manejo que não degradam o ambiente. Além disso, está centrado num padrão de produção e de vida que garante a preservação da natureza, contribui para a seguridade econômica dos produtores e está culturalmente adaptado aos saberes dos agricultores.

A produção agroecológica também é impulsionada pelo crescimento de nichos de mercado e consumidores atentos à procedência, à história e ao processo de produção dos alimentos, haja vista que tais elementos agregam referências de qualidade aos bens agrícolas, o que, para Cavalcanti (2004), reflete a tendência à valorização da origem dos alimentos, elemento que atualmente ganha importância nas redes de produção e consumo.

Qualidade e segurança alimentar interessam hoje às regiões produtoras e trabalhadores rurais, aos especialistas das centrais de distribuição de alimentos, aos grandes distribuidores e aos movimentos dos consumidores ou movimentos verdes que lidam com a sustentabilidade do planeta. (CAVALCANTI, 2004, p.25).

A emergência desses nichos de mercado decorre do receio em torno da qualidade dos produtos ante os riscos alimentares, uma vez que a artificialidade dos procedimentos agrícolas, marcados pelo uso intensivo de insumos químicos, constitui concretas ameaças à saúde e à integridade física do consumidor. Também são preponderantes os movimentos preocupados com os desequilíbrios ambientais e sociais decorrentes da modernização intensiva no campo.

A manutenção de bens ecológicos, históricos e culturais são elementos valorativos, que conferem à agricultura familiar vantagens comparativas quando relacionada à agricultura patronal e ao agronegócio, haja vista que esses setores produtivos buscam incessantemente o aumento da produtividade com perspectiva de elevação dos lucros, condições corrosivas aos modelos de produção alicerçados na seguridade social e na sustentabilidade ambiental. Na concepção de Wilkinson (2008), mesmo que a agricultura familiar se torne *pequena produção* frente à hegemonia das grandes cadeias produtivas, essa *pequenez* é visualizada pelo atual mercado como fator qualitativo, uma vez que agrega ao alimento valores como identidade, preservação da natureza, tradição e saber-fazer artesanal.

A reconfiguração do espaço rural implica no surgimento de diversas concepções acerca das transformações e revalorização do campo e, conseqüentemente, das unidades de produção familiar. Autores de diferentes áreas do conhecimento, como Graziano da Silva (1981; 1998; 1999a; 1999b), Ianni (1997), Saraceno (1996), Carneiro (1998; 2006),

Wanderley (2001; 2002), Moreira (2003), Cavalcanti (2004), Rua (2005; 2006), Abramovay (2009), Schneider (2009), Marafon (2011a; 2011b; 2014) e Saquet (2006; 2014), apesar da diversidade de concepções sobre as transformações no espaço rural brasileiro, asseveram a tendência à reestruturação das relações produtivas e à ressignificação de elementos culturais do campo, atreladas à emergência de novas atividades econômicas, práticas, costumes e valores até recentemente inexistentes no rural, muitos destes outrora limitados ao espaço urbano.

Em uma “vertente analítica” atrelada a uma abordagem clássica, baseada na concepção *urbanocêntrica*, destacam-se Graziano da Silva e Octavio Ianni. Nessa perspectiva é enfatizada a centralidade do espaço urbano em relação ao espaço rural. Para os autores, as transformações no campo são inerentes ao processo de urbanização da realidade social, cultural e econômica do rural.

Graziano da Silva (1981; 1999a; 1999b) toma como base os conceitos *rurbano* e *continuum rural-urbano*, demonstrando uma visão unificada do espaço, em que a cidade e o campo viriam a se fundir, compondo uma espacialidade “urbanizada”. Ianni (1997, p.54), por sua vez, assevera que “a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural”. Para o autor, aos poucos, ou de forma acelerada, independente do setor produtivo, da nação ou da região, o mundo agrário está sujeito à industrialização e à urbanização, num contexto concomitante à dissolução das fronteiras entre o campo e a cidade.

Wanderley (2001; 2002) analisa a relação urbano-rural a partir de outra perspectiva. A autora defende a hipótese da existência de semelhanças entre os extremos do *continuum rural-urbano*, o que não significa a eliminação de particularidades específicas dos dois polos. Apesar da integração e comunicação entre os espaços, esse processo não condiciona o fim da condição cultural, social e econômica do espaço rural.

A vertente da *urbanização do rural* utilizada por Graziano da Silva e Octavio Ianni é criticada por estudiosos pelo fato dos autores não levarem em consideração a diversidade do espaço rural brasileiro, nem tampouco os diferentes processos e temporalidades de modernização do campo e da cidade, não dando ênfase às especificidades e às contradições então embutidas. Nessa perspectiva, Rua (2005, p.49, grifos do autor) frisa que “há um certo exagero na generalização homogeneizadora do ‘novo rural’”. Não se trata da sobreposição do rural pelo urbano, mas, de uma relação marcada pela fluidez mútua de elementos sociais, econômicos e culturais que influenciam a composição das ruralidades e das urbanidades.

A utilização dos conceitos *rurbano* e *continuum rural-urbano* são baseados numa concepção tradicional europeia. Saraceno (1996) elenca dois problemas atrelados à

classificação do rural a partir da vertente da *urbanização do rural*. O primeiro refere-se à pré-determinação do rural a partir da dinâmica demográfica, mais especificamente, associado à condição de vazio demográfico ou reduzido contingente populacional. O segundo concerne à vocação agrícola, indicador ultrapassado ante o processo de modernização da agricultura, que pressionou a população rural a desempenhar atividades não agrícolas (industriais e de serviço) até então incipientes no campo. Contraditoriamente, o rural e o urbano, que consistem em categorias territoriais, são classificados a partir de categorias setoriais: o campo com base na agricultura, e a cidade, a partir da indústria e dos serviços.

Na perspectiva de Moreira (2003), o emprego dessa concepção no rural periférico, como é o caso do Brasil, requer algumas ponderações, uma vez que se trata de mundos bem distintos, ou seja, a modernidade europeia e as modernizações incompletas da periferia. O autor ressalta que o rural europeu é urbanizado, industrializado e completamente inserido em uma lógica global. Em contrapartida, o rural periférico possui baixos índices de escolaridade e saúde e elevados indicadores de desigualdade, algo que atesta a incompletude da modernização.

Segundo Candioto e Corrêa (2008), é contraditório importar esse modelo da Europa, considerando os problemas socioeconômicos que afligem o rural brasileiro, sem refletir sobre os entraves na implementação da reforma agrária e de políticas estruturais no tocante a promoção de condições qualitativas de vida à população rural.

As discussões sobre as transformações do espaço rural realizadas por Rua (2005; 2006) reportam para as contradições em torno da política fundiária e agropecuária do Brasil. Influenciado pela dinâmica espacial a qual analisa – o interior fluminense, marcado intensamente pela urbanização –, o autor defende a concepção de *urbanidades no rural*. Na sua concepção, o espaço urbano “comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo” (RUA, 2005, p.57). Entretanto, adverte que não se trata da dissolução do campo pela cidade, mas da coexistência de elementos do campo e da cidade num mesmo espaço. São práticas, atividades, valores, ideias, predominantemente encontradas no espaço urbano que atualmente se deslocam e são protagonizadas no rural (*urbanidades no rural*), processo impulsionado pela fluidez das fronteiras entre campo-cidade e a interação transescalar entre os territórios no espaço globalizado.

O pensamento de Marafon (2011a; 2011b; 2014) se aproxima da abordagem defendida por Rua (2005; 2006). O autor remete a existência de uma relação dialética entre campo-cidade, rural-urbano e ruralidade-urbanidade. Imbuídas nas relações entre esses pares, encontram-se as trocas e fluxos materiais, imateriais e culturais que requalificam os

territórios. Desse modo, “as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais” (MARAFON, 2014, p.06). As emergências de novas práticas, atividades e técnicas aludem para a conformação de espaços marcados pela diversidade de objetos e relações, alguns inerentes ao território, e outros até recentemente estranhos.

A proposta de urbanidades, na concepção de Candiottto e Corrêa (2008), abarca o pluralismo de ações e objetos urbanos que alteram as representações, a percepção e a identidade da população rural. Desse modo, o uso do rural a partir da lógica do turismo e do veraneio, ou ainda, a pluriatividade, os meios de comunicação informativos e a adesão a novos hábitos confirmam a expansão das urbanidades no campo.

Ao discutir a concepção de ruralidade e urbanidade, Saquet (2006; 2014) emprega a noção de territorialidade. Essas dimensões são “compostas por elementos e processos sociais e territoriais historicamente definidos” (SAQUET, 2014, p.02). A ruralidade resulta de ações econômicas, sociais e culturais, que se distingue da vida urbana e, portanto, não pode ser entendida enquanto um deslocamento do urbano, apesar de se admitir que sua composição é influenciada pelas interações entre o rural e o urbano, o local e o global. Para Saquet (2010), essa complementaridade por mais que exija a requalificação e reconfiguração do território, não o anula.

Por sua vez, Saraceno (1996), Carneiro (1998), Wanderley (2001; 2002), Moreira (2003) e Cavalcanti (2004), a partir de uma abordagem sociológica e antropológica, defendem o conceito de *ruralidades e novas ruralidades*. Trata-se da emergência e reestruturação de práticas, atividades econômicas, relações produtivas, sociais e culturais em decorrência do aguçamento das relações campo-cidade, rural-urbano e local-global, que não exprimem, necessariamente, a sobreposição do urbano em relação ao rural.

As discussões desta dissertação estão ancoradas nos conceitos de *ruralidades e novas ruralidades* abordadas pelos referidos autores. Defende-se neste trabalho que a emergência de novas práticas no campo não é determinada pela dinâmica eminentemente urbana. Apesar de influenciada pelas urbanidades, a composição das *novas ruralidades* e das *ruralidades tradicionais* (arraigada à essência cultural do território) preserva elementos atrelados à dinâmica social, econômica e cultural do campo. Para além da relação urbano-rural, as transformações no campo reforçam as condições de dinamicidade e ressignificação da cultura e práticas socioeconômicas desse espaço.

Aderir a essas concepções na construção da pesquisa, não exclui a utilização de referenciais que discutem a temática a partir de outras perspectivas. Assim sendo,

consideram-se fundamentais as discussões de Rua (2005; 2006) e Marafon (2011a; 2011b; 2014), apesar de priorizarem o conceito de *urbanidades no rural*.

Para Saraceno (1996), os critérios de definição do conceito de *ruralidade* não são consolidados. A autora sustenta a hipótese de que as diferenciações espaciais a partir do binômio rural-urbano foram relevantes enquanto os processos de urbanização e industrialização estiveram baseados no modelo “clássico”, cujos recursos foram alocados, predominantemente, nos centros urbanos, enquanto o campo perdia sua centralidade. Atualmente, o conceito de *ruralidade* e, inclusive, as políticas voltadas para o rural devem levar em consideração a especificidade dos lugares e dos territórios. A vocação agrícola e o vazio demográfico não revelam a diversidade de ações e objetos que se dão no campo. É preciso agregar a *ruralidade* às novas atividades econômicas e sociais que emergem no campo, além de sua dimensão cultural dinamizada diante do aguçamento das relações com a cidade e com o mundo em diferentes escalas.

Segundo Carneiro (1998), as *novas ruralidades* constituem processos sociais que se traduzem em *novas manifestações do rural*. Essa concepção contraria o pensamento de alguns pesquisadores, que visualizam a cultura rural como intacta aos movimentos exógenos. As *novas ruralidades* consistem em ressignificações das identidades e tradições do homem do campo – processo inerente a qualquer cultura –, e não necessariamente na substituição da cultura rural pela urbana.

O mundo rural, na compreensão de Wanderley (2001; 2002), configura um espaço específico nas sociedades modernas. Para a autora, esse espaço apresenta duas faces que, em parte, se complementam. A primeira constitui seu espaço físico diferenciado, que faz referência à construção social do rural resultante da ocupação do território, às formas de organização e acesso à terra, ao uso e conservação dos recursos naturais e artificiais construídos a partir da relação campo-cidade. A segunda face do espaço rural compreende a percepção sobre esse lugar, especialmente entre os indivíduos que vivem no campo. O rural, lugar onde estão enraizadas a história e cultura de seus habitantes, compreende um modo de vida, uma referência de identidade, a forma como se vê e se apercebe o mundo. Soma-se a esses elementos a concepção dos citadinos e turistas, que vislumbram esse espaço a partir dos seus aspectos bucólicos e naturais propícios ao lazer e, conseqüentemente, passíveis ao consumo.

Moreira (2003) visualiza as *novas ruralidades* enquanto a constituição de *novas identidades sociais*, não raro, atribuídas pela sociedade urbano-industrial. Diante disso, o autor ressalta que na pós-modernidade as identidades reescritas ressignificam o agricultor

como um zelador do patrimônio natural e das tradições culturais a serem preservadas e, por conseguinte, transformadas em mercadorias a serem usufruídas pelos cidadãos.

Ao empregar o conceito de *ruralidade*, Cavalcanti (2004) reporta para sua relação com a globalização. Para a autora, as diferentes representações acerca do rural resultam da diversificada difusão de imagens e produtos originários do campo, seja por meio do *marketing*, dos meios de comunicação informativos e, inclusive, a partir da relação entre produtores, consumidores e distribuidores intermediários dos bens de consumo procedentes do rural.

Cavalcanti (2004) reforça que a constituição das ruralidades resulta de processos diversos decorrentes do usufruto dos bens e serviços consumidos dentro e/ou fora das fronteiras particulares do mundo rural. Num processo intrínseco ao território, pode-se destacar a paisagem, a comodidade, o ar puro e a tranquilidade, que atraem visitantes com a finalidade de consumir os modos de vida saudáveis do campo. Enquanto isso, num contexto exterior ao rural, nota-se a circulação de produtos agrícolas, semielaborados e artesanais que também dinamizam a composição de *novas ruralidades* entre os indivíduos residentes na cidade. Nesse contexto, verifica-se que consumidores, distribuidores e produtores estão atentos aos novos padrões e requisitos de qualidade dos produtos. Desse modo, é preciso enfatizar a relevância que os territórios rurais assumem sobre a vida urbana, sobretudo entre aqueles que buscam afastar-se das patologias dos centros urbanos.

Para Abramovay (2009), na composição das *novas ruralidades* existe um processo de revalorização do rural. Suas análises afirmam que o campo tem sido marcado pelo avanço e protagonização de atividades não agrícolas exercidas por moradores rurais, que não necessariamente são agricultores. Pelo contrário, tratam-se cada vez mais de funcionários públicos, profissionais liberais, aposentados, artesãos, guias de turismo e operários. Sendo assim, na medida em que nas “cidades não existem apenas indústrias, no meio rural, tampouco, há só agricultura e agricultores” (ABRAMOVAY, 2009, p.13). Diante do exposto, o autor reporta que as novas atividades não agrícolas difundidas no campo dinamizam a conjuntura social e econômica das famílias rurais, configurando elementos inerentes às transformações do território.

Schneider (2009), ao discutir sobre a expansão de atividades não agrícolas no rural como uma das principais manifestações do campo brasileiro na contemporaneidade, atém-se ao conceito de pluriatividade e, para tanto, retoma as discussões e análises defendidas por Graziano da Silva (1999b). Primeiramente esse processo seria decorrente do transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano sobre as áreas rurais limítrofes à malha urbana.

Graziano da Silva (1999b) afirma que as atividades em expansão pouco ou nada estão vinculadas à produção agropecuária. São crescentes novos tipos de ocupações, ligadas ao lazer, às moradias de segunda residência da classe média provinda do urbano, áreas de preservação destinadas ao ecoturismo e novas formas de emprego, como de pedreiros, motoristas e jardineiros.

Schneider (2009) ressalta ainda duas razões para essa nova configuração do rural, uma decorrente da crise do setor agropecuário exportador no início da década de 1990, que resultou na diminuição dos valores dos principais ativos agrícolas, e a outra causada pelo crescente desemprego agrícola, motivado pela mecanização, quimificação e informatização produtiva. Nesse ínterim, Rua (2006) indica que concomitante ao crescimento de desempregados rurais, observa-se também o aumento de trabalhadores em tempo parcial, decorrente da redução do *tempo de trabalho* nas atividades agrícolas.

Apesar de reconhecerem a importância das atividades não agrícolas no desenvolvimento das atividades produtivas do campo, Candiotto e Corrêa (2008) advertem que a pluriatividade pode fragilizar a agricultura familiar, tendo em vista, que por vezes propicia o desligamento dos agricultores em relação à terra. Em decorrência desse fator, verifica-se no rural “uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas” (SCHNEIDER, 2009, p.144).

Todavia, mesmo considerando as contradições intrínsecas à expansão das atividades não agrícolas no campo, é relevante a afirmação de Schneider (2009), quando este reporta que a pluriatividade tem contribuído na geração e circulação de renda no campo, não raro, aplicada na manutenção do estabelecimento rural e das atividades agrícolas. Trata-se de estratégias de reprodução social e econômica das famílias rurais, que estimulam a fixação do tecido social no território. Perondi e Schneider (2011) acrescentam que a diversidade em processos sociais e econômicos desempenhados pelas famílias pluriativas oportunizam os agricultores a adaptação e diversificação das práticas produtivas.

As estratégias de permanência no campo configuram territorialidades com o propósito de controle e domínio do território (SAQUET; SPOSITO, 2008). Tais estratégias adquirem tessituras particulares, que podem refletir mudanças de ações sobre os planos econômicos, sociais e as formas de uso e organização da terra.

Apesar das diferenças analíticas entre os autores, deve-se considerar que não ocorrem limites rígidos entre eles. Trata-se mais de ênfases do que de antagonismos teóricos. Não existe um único modo de ler as transformações do espaço geográfico, pelo contrário, as

vertentes conceituais estão mutuamente interligadas, e a prevalência de uma em detrimento das outras decorre dos objetivos do estudo ou do fenômeno analisado (SARACENO, 1996).

Nesse ínterim, coincide entre os autores, até então discutidos, o pensamento de que as transformações no espaço rural resultam de mudanças nos modelos produtivos e organizacionais do campo ocorridas nas últimas décadas. Define-se, então, uma nova lógica capitalista evidenciada pela exaltação de novas representações sobre o rural.

Na verdade são, novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. (RUA, 2005, p.48).

Essas relações remetem para a necessidade de uma revisão dos conceitos de urbano e de rural, este não podendo ser mais apreendido como inerte às modificações em transcurso no mundo. A técnica, na perspectiva de Santos (1986, p.11), consiste no principal componente difusor das mudanças nas relações produtivas, sociais e interpessoais do espaço: “dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de *período tecnológico*”. Para o autor, a brutalidade como ocorrem as transformações no mundo permite afirmar que os objetos e as ações que formam o espaço/tempo recente, embora próximo, adiante serão modificados, substituídos e, portanto, não consistirão elementos dominantes.

Em outra leitura sobre a mutabilidade do espaço decorrente dos efeitos da globalização, Santos (2001, p.25) assevera que, na história da humanidade, é a primeira vez que um “conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas”.

A despeito de Santos (2001) não se debruçar sobre as transformações eminentes do espaço rural, notam-se semelhanças entre o processo então reportado e a atual configuração territorial do campo. Determinadas ferramentas e procedimentos de trabalho dominantes há três décadas no rural compõem um quadro de rugosidades intrínsecas na paisagem.

Por sua vez, deve-se salientar que famílias de técnicas enraizadas no território e fundamentadas nos saberes dos agricultores não raro resistem como forma de garantia da autonomia no processo produtivo. Dematteis (2008) afirma que a reprodução dos saberes na escala local reflete que tais formas produtivas permanecem úteis ao território.

A ideia que emerge na contemporaneidade sobre o rural remonta para um espaço híbrido, assemelhando-se ao conceito de espaço elaborado por Santos (2006, p.39), o qual é

“formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único”. Todavia, ao concordar com o pensamento de Rua (2005), é preciso destacar a necessidade de não confundirmos o rural e o urbano como espaços análogos, tendo em vista que, mesmo integrados, preservam suas especificidades.

Essas discussões aproximam-se dos conceitos de território híbrido e multiterritorialidade utilizados por Haesbaert (2001; 2005). Para o autor, a coexistência em um mesmo território de diversos elementos culturais, identitários, bem como práticas sociais e econômicas resultantes da dinâmica transescalar entre o local e o global, implicam numa hibridização territorial que condiciona a formação de territórios múltiplos, territórios híbridos. O rompimento da rigidez das fronteiras – as quais marcavam a territorialidade no passado – atualmente possibilita aos grupos sociais desenvolverem vínculos identitários e vivenciar múltiplos territórios. O que a princípio era configurado como uma desterritorialidade, na verdade faz referência à multiterritorialidade.

O aguçamento da comunicação entre os diversos territórios foi impulsionado pela expansão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1986). Na concepção de Santos (2001), as técnicas da informação estão presentes na totalidade dos espaços, possibilitando que cada lugar tenha acesso ao acontecer dos outros. Esse processo permite a fluidez de práticas, conhecimentos e valores que irão configurar os territórios a partir de uma multiplicidade de elementos sociais, econômicos e culturais.

Saquet e Sposito (2008) retratam que a construção do território é pautada em relações coletivas e multidimensionais, ou seja, territorialidades interagidas que potencializam as estruturas sociais, econômicas e culturais, eminentemente, múltiplas e diversificadas. As diferentes relações socioeconômicas que marcam a territorialidade não tornam irrelevantes os conteúdos culturais arraigados ao território, pelo contrário, eles mantêm-se legítimos a partir das práticas cotidianas e das tradições protagonizadas pelos grupos sociais.

A reconfiguração do campo a partir da expansão de novas técnicas informativas, relações produtivas e, inclusive, a ressignificação de valores e costumes reforça a noção de hibridez do rural (MARAFON, 2011b; 2014). Marafon (2011b, p.158), ao concordar com essa abordagem, enfatiza que o campo “apresenta um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo”. Esse processo foi impulsionado pela informatização e fluidez das vias de comunicação, que está manifestada na melhoria, expansão e integração das estradas, redes de transporte e meios de comunicação informativos, como a telefonia e a *internet*.

A expansão da técnica possibilitou para Santos (2006) a dinamização dos fluxos e fixos. Os elementos fixados em cada lugar permitem ações que modificam o próprio lugar. Os fluxos novos ou renovados, por sua vez ao atravessarem e se instalarem nos fixos, modifica o seu valor, à medida que também são ressignificados. Essa dinâmica pode ser observada em todos os tempos, mas, “hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2006, p.38).

Tais condições anulam a visão deturpada do rural como um espaço isolado, uma vez que, os elementos que marcam um determinado local interagem com outros originários de diferentes territórios conectados a partir de redes no mundo globalizado. Tal abordagem torna relevante a afirmativa de Alentejano (2000, p.103) ao mencionar que

No terreno da desmistificação, cabe ainda dizer que características como isolamento, visão de mundo provinciana e relações interpessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis. A difusão dos meios de comunicação integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades.

Sobre as transformações do espaço rural, Alentejano (2000) observa que os estereótipos que situavam campo/cidade e rural/urbano como realidades antagônicas não apresenta fundamento na configuração espacial dominante atualmente. Além disso, o autor é enfático ao mencionar que não se trata da unificação da realidade rural a partir de uma moldura semelhante às características atribuídas às cidades, ou seja, não consiste na transmutação do rural a condição de urbano, mas, de um fenômeno mais complexo, refletido na emergência de um novo rural, bem como, de um novo urbano a partir do choque entre ambos. A diversidade de formas de organizações sociais e os objetos técnicos, produtivos e culturais que se proliferam no campo e sustentam as territorialidades levam à conclusão de que não existe um urbano e um rural, mas, vários urbanos e vários rurais.

A partir dessa conjuntura, o sistema de objetos e ações que compõem o espaço torna-se gradativamente mais estranho ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2006). Por mais que exista uma nítida oposição entre elementos que conformam a localidade e a globalidade, é preciso admitir que essas duas dimensões escalares confundem-se espacialmente. Para Santos (2006), o mundo em sua essência nos é estranho, entretanto, a sua existência dá-se nos lugares, onde as noções e as realidades de tempo e de espaço entrelaçam-se e se fundem.

Todavia, Saquet (2010, p.114) retrata que “há uma relação de complementaridade entre o local e o global, sem anular o território”. Os elementos econômicos, sociais e culturais

inerentes aos territórios não são necessariamente eliminados, a despeito da sua relação com o espaço globalizado.

Esse contexto, na concepção de Carneiro (1998), não implica na descaracterização das culturas tradicionais, mas, na redefinição de práticas e códigos identitários. Para a autora, a relação de alteridade abre, inclusive, a possibilidade para a consolidação das identidades sociais, o que implica na manutenção das ruralidades.

Os novos elementos técnicos e econômicos não podem ser apreendidos como exclusivos definidores das ruralidades. Para Saquet (2009, p.86) “há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade de relação espaço-tempo e da relação idéia-matéria”. Baseando-se no pensamento do autor, verifica-se que as ruralidades – compreendidas enquanto territorialidades múltiplas – também resultam de processos históricos e relacionais que se dão no território a partir da convergência e divergência de espaços-tempos distintos, próximos e longínquos.

Para Haesbaert (2001), a redefinição das identidades está associada ao processo de comunicação entre os diferentes territórios, que condiciona o surgimento de um novo território no interior dos processos desterritorializantes. Verifica-se um contexto de hibridização com o avanço dos movimentos globalizantes, que não resultam numa homogeneização dos territórios, mas, na adesão de elementos distintos, que reforçam a sua condição de heterogeneidade.

Na perspectiva de Dematteis (2008), o território é composto por componentes sociais e econômicos, mas também, por elementos materiais e imateriais, que são originários do próprio território, onde se habita, se vive e se produz. Diante do exposto, nota-se que as identidades territoriais (HAESBAERT, 1999) dos atores sociais procedentes do campo não estão sujeitas à homogeneização, mesmo com a emergência de novas ruralidades.

Além disso, é preciso enfatizar que esses novos elementos não são concebidos igualmente entre os urbanitas e os indivíduos originários do campo. Para a população residente nos centros urbanos, o meio rural é apreendido enquanto um espaço bucólico, ecológico e natural destinado ao consumo, processo inserido em uma lógica de revalorização, não raro, idealizada pela mídia e pela economia mercantilizada.

Na percepção dos indivíduos procedentes do campo, o rural é concebido, antes de tudo, como um modo de vida, cujas ruralidades estão exaltadas no apego à terra, na relação com a natureza, nas práticas festivas e nas relações de confiança, solidariedade, cooperação e coletividade.

Para tanto, La Blache (2005 [1911]) retrata que a constituição do gênero de vida e a ação do homem sobre a terra se faz sentir a partir de sua vinculação com o meio. Esses elementos fundamentam as territorialidades, eminentemente alicerçadas na cultura e na identidade do campo.

Nas análises realizadas por Candiotto e Corrêa (2008), a relação entre rural-urbano, campo-cidade insere-se nos diferentes circuitos da globalização, contexto que condiciona a reelaboração e não a anulação da cultura e da realidade rural e urbana. Apesar das transformações em curso no campo, deparamo-nos constantemente com práticas identitárias que aludem para a manutenção de ruralidades inerentes ao território e à cultura historicamente protagonizada pelos atores sociais do campo.

A fim de compreender a dinâmica territorial do município de Porto da Folha, a seção subsequente reporta para sua configuração físico-natural, histórica e social. Tomando como base a economia fundamentada na agropecuária, será discutido também o processo de especialização tecnológica e produtiva da pecuária e da agricultura.

3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE

3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE

3.1 Dinâmica morfoclimática: a formação do espaço natural a partir domínio do semiárido

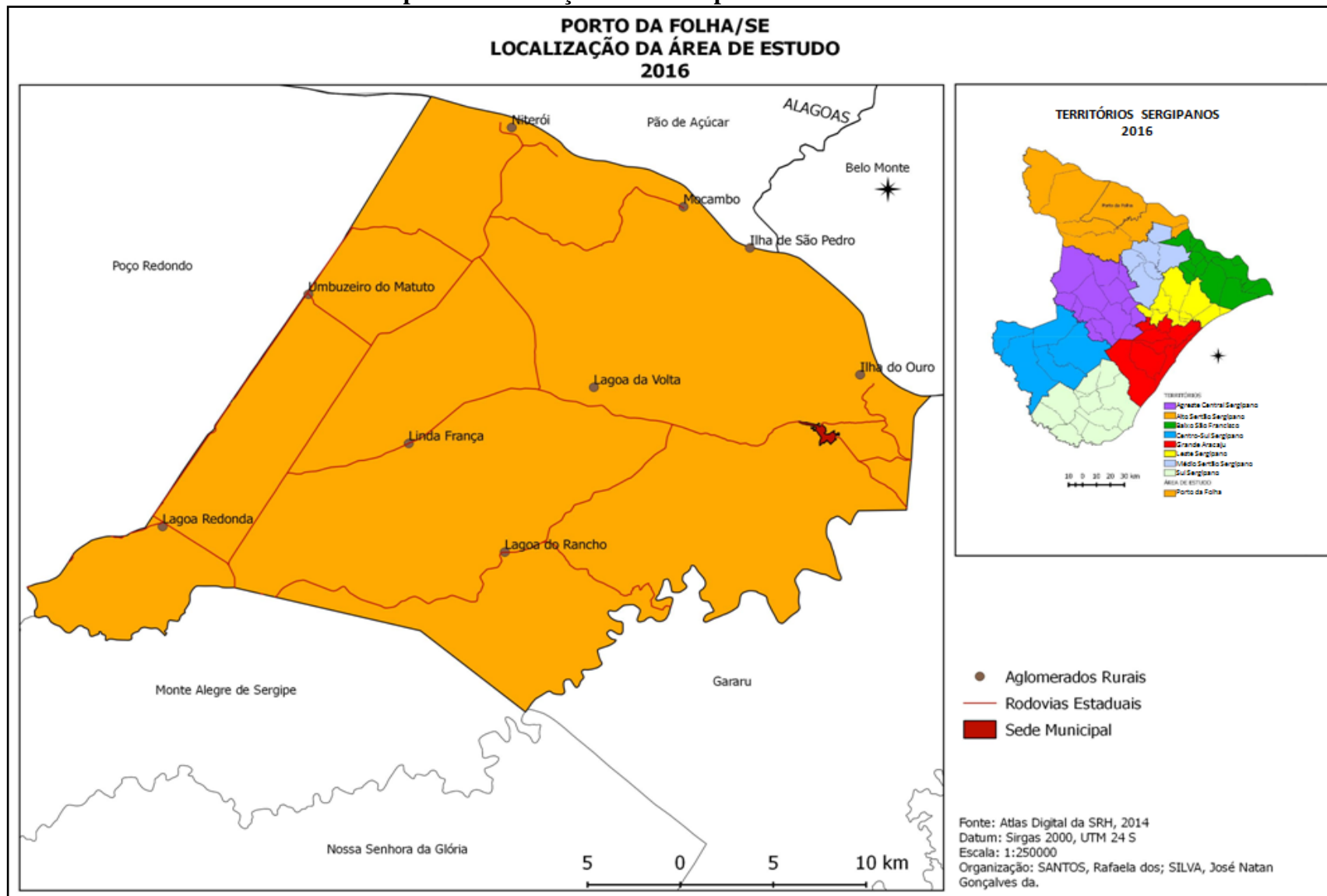
A transformação do espaço natural de Sergipe é impulsionada a partir do estabelecimento das economias fundadoras no processo de colonização do Brasil, que desarticula a organização sociocultural dos indígenas que detinham o poder sobre o território. Foi a pecuária, inicialmente desenvolvida nas terras próximas ao litoral e que se expandiu para o interior, dominando no século XVII os Sertões do São Francisco, que modificou significativamente a formação dos recursos naturais disponíveis nessas terras (SANTOS; ANDRADE, 1992; FRANÇA; CRUZ, 2007).

No período pré-colonial o espaço natural dessa região manteve-se, praticamente intacto, excetuando o usufruto pelos povos nativos através da pesca, da coleta, da caça e pequenos cultivos. Foi na caatinga que a pecuária avançou, a princípio de forma ultraextensiva, e posteriormente transformada com o estabelecimento de pastagens. A escassez de chuvas – característica do clima semiárido – e o domínio de cursos fluviais intermitentes condicionou a valorização das terras situadas às margens do rio São Francisco, possibilitando o prodigioso desenvolvimento das fazendas de gado.

Para La Blache (2008[1943]) o homem e a Terra são termos indissociáveis, “uma região influi nos seus habitantes; e o homem por sua vez, com suas obras, com um poder cada vez maior sobre a natureza, modifica a fisionomia da Terra” (LA BLACHE, 2008[1943], p.20). Apesar de considerar a superação pelo homem de limites impostos pela natureza, o gênero de vida dos grupos sociais que habitam o Sertão reporta, em determinadas ocasiões, à interdependência entre homem e meio na configuração do espaço geográfico.

Desse modo, os aspectos de localização do município também consistem elementos fundamentais na interpretação de sua configuração territorial. Situado no noroeste de Sergipe e com uma área de 877,297 km², Porto da Folha está inserido no Território do Alto Sertão Sergipano, limitando-se ao sudeste com o município de Gararu, ao sudoeste com Monte Alegre de Sergipe, ao oeste com Poço Redondo, ao extremo sul com Nossa Senhora da Glória, e ao norte com os municípios de Pão de Açúcar e Belo Monte, ambos situados no estado das Alagoas (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do Município de Porto da Folha/SE



A composição do relevo assemelha-se ao identificado por Andrade (2005) ao retratar sobre as características geológicas, litológicas e geomorfológicas do Sertão nordestino e, mais especificamente, do Sertão de Sergipe. Conforme o autor, predomina o pediplano sertanejo modelado no escudo cristalino e interrompido pelas chapadas de calcário e pelas serras cristalinas. Assim como em Pernambuco, Alagoas e Bahia, Andrade (2005) evidencia, que em Sergipe, devido ao nível do rio São Francisco, o pediplano é erodido, apresentando certa uniformidade em toda sua extensão.

Santos e Andrade (1992, p.66) mencionam que o Pediplano Sertanejo é a unidade de relevo que se estende por quase toda porção ocidental de Sergipe, apresentando “superfície pediplana, de erosão elaborada por processos de pediplanação, em clima árido truncando estruturas pré-cambrianas e paleozóicas, localmente dissecadas em colinas e relevos tabulares”. Os autores ressaltam que a altimetria dos relevos dissecados assemelham-se à do pediplano, enquanto feições topográficas com altitudes mais elevadas destacam-se na planura generalizada de forma dispersa ou em agrupamentos.

Com base em uma leitura referenciada em Ab’Sáber (2003, p.90, grifos do autor), verificou-se ainda a formação no interior do município de “áreas de granitos recortados por diáclases múltiplas [onde] criam-se conjuntos locais de ‘campos de matacões’ ou ‘mares de pedras’”. Nesses ambientes, os solos são muitos raros em decorrência dos afloramentos rochosos, denominados pelos habitantes locais de lajes ou lajedos. Morrotes do tipo *inselbergs*, formados por quartzito e massas homogêneas de granitos, são encontrados isoladamente na imensidão do pediplano sertanejo. Trata-se de formas de relevo residuais que resistiram aos processos de desnudação mecânica do solo, responsáveis pela formação das superfícies aplanadas dos Sertões.

No município de Porto da Folha predomina o clima semiárido com temperaturas elevadas no decorrer do ano, cujas médias térmicas intercalam-se entre 25° e 29° C, com amplitude térmica anual inferior a 5° C. A média pluviométrica anual situa-se entre 268 e 800 mm e possui distribuição irregular com ocorrência de chuvas principalmente no outono-inverno. O período seco, aspecto marcante do clima semiárido, perdura por entre seis e sete meses.

Conforme Pinto e Aguiar Netto (2008, p.129), a reduzida ou não ocorrência de precipitações no pequeno intervalo chuvoso resulta na seca, fenômeno que pode prolongar-se por dois ou três anos, caracterizado pela “insuficiência do suprimento de umidade das precipitações ou de umidade armazenada no solo para atender às necessidades hídricas ótimas das plantas, ocasionando graves problemas sociais e econômicos”. Os autores ressaltam para

diferentes classificações das estiagens: seca permanente (identificadas em áreas desérticas e semidesérticas), seca sazonal (frequentes em áreas tropicais com certa regularidade de ocorrência interanual), seca contingente (ocorre em um período curto de tempo na estação chuvosa) e seca invisível, também conhecida popularmente de seca verde (chuvas abaixo das necessidades de desenvolvimento ótimo dos cultivos).

França e Cruz (2007) e Pinto e Aguiar Netto (2008) ressaltam que em Sergipe a ocorrência das secas sazonais e contingentes apresenta danos para a agricultura convencional, sobretudo, as lavouras anuais: milho e feijão. Há registros ainda da seca invisível, cujas chuvas, apesar de permitirem o crescimento das pastagens, não são suficientes para o desenvolvimento dos cultivos (seca verde). Ocorrem também períodos de seca cujas precipitações, mesmo abaixo da média anual, são bem distribuídas ao longo do tempo, garantindo a pastagem e a colheita de uma safra.

De acordo com Castro (1984, p.177) “são as chuvas incertas, com um regime pluviométrico de uma irregularidade espetacular, que tornaram o clima nordestino um fator de degradação da vida do homem nesta região”, especialmente quando é associado a esse fator o descaso social ao qual está relegada a população sertaneja. Desse modo, a seca também se constitui um dos sustentáculos da política eleitoral, a partir da sujeição e da dependência do homem do campo as práticas assistenciais (fornecimento de água e bens de consumo) na medida em que se prolongam as crises climáticas.

Como consequência dos fatores climáticos, observa-se no interior do município a formação de rios intermitentes com leitos largos e pequena profundidade, onde a água corrente é detectada durante poucos dias do ano, quando ocorrem chuvas torrenciais no verão. Esses cursos fluviais, denominados pela população local de riachos, são afluentes do rio São Francisco, que banha as terras localizadas ao norte do município e consiste no único rio perene que corta o Sertão nordestino.

Adequando-se à dinâmica de ambientes semiáridos, a drenagem dos canais fluviais apresenta uma tipologia, predominantemente retilinizada, em virtude do embasamento geológico, seguindo a zona de fraturamento da rocha. As margens de alguns riachos e trechos do rio São Francisco apresentam processos erosivos em decorrência da retirada da mata ciliar para o estabelecimento das pastagens e de lavouras. Esses impactos, somados à diminuição da vazão dos cursos fluviais, são os principais responsáveis pelo assoreamento do rio.

Conforme Ab'Sáber (2003), as águas dos cursos fluviais que nascem no semiárido nordestino possuem uma trajetória comum, ou seja, em algum tempo do ano chegam ao oceano Atlântico. Esse fato contribui para a inexistência excessiva de salinização no Sertão,

apesar da presença de manchas de solos ligeiramente salinizados e riachos designados “salgados”. Os cursos fluviais existentes no interior do município apresentam considerável teor de sais, principalmente no período do seco, em que ocorre a concentração do pequeno volume hídrico em poços rochosos naturais.

O clima também é o principal influente do perfil fitogeográfico das paisagens vegetais, cujo bioma da caatinga aparece como dominante: “não existe melhor termômetro para delimitar o Nordeste seco do que os extremos da própria vegetação da caatinga” (AB’SÁBER, 2003, p.83). As irregulares e escassas precipitações anuais e o baixo volume de umidade, conforme Conti e Furlan (2008), condicionaram a formação no semiárido nordestino de matas secas, abertas e decíduais, com plantas arbóreas, arbustivas e cactáceas, adaptadas às características fisiológicas do clima semiárido.

Para Santos e Andrade (1992) a formação vegetal da caatinga apresenta-se como hipoxerófila e hiperxerófila junto a associações rupestres. Nesses ambientes, a evaporação é maior do que a precipitação. No município, as faixas de terras ao leste e centro-sul, em que a presença de chuvas é menos escassa, a vegetação aparece como uma mata hipoxerófila (Foto 1), onde dominam as plantas arbóreas, herbáceas e arbustivas. Ao norte, cujo déficit pluviométrico é maior, a caatinga configura-se como uma mata hiperxerófila (Foto 2), predominando a vegetação do tipo cactácea.

Foto 1 – Caatinga hipoxerófila (período chuvoso), povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 2 – Caatinga hiperxerófila (período chuvoso), povoado Mocambo



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

A ocorrência de grandes aguaceiros no verão condicionam a formação de uma vegetação densa (Foto 1), cujo porte varia de acordo com as condições climáticas e edáficas locais (ANDRADE, 2005). Por sua vez, a chegada da estação seca é ligeiramente identificada a partir das modificações naturais da caatinga: o solo ressecado logo é coberto por uma camada de folhas que caem das árvores, adaptação ao clima que condiciona a redução da

evapotranspiração da vegetação. A redução da biomassa vegetal com a perda da folhagem deixam as árvores mais esparsas e facilita a entrada da luminosidade emitida pelo sol. A clarificação do ambiente torna-se mais nítida com o aspecto acinzentado dos caules e dos galhos das plantas a partir do prolongamento da estiagem. Tais características justificam a denominação do bioma caatinga, que em tupi significa “mata branca”.

Para Andrade (2005), a interação mútua desses fatores com a ocupação e apropriação humana do espaço, contribuiu para a constituição das atuais paisagens naturais e socioculturais do semiárido. É visível o desordenado processo de antropização do ambiente físico-natural, refletido especialmente na devastação da caatinga, fenômeno resultante do processo histórico de estabelecimento da pecuária extensiva, desenvolvimento de culturas como a do milho, do feijão e da mandioca e a extração de madeira para a produção de lenha e carvão vegetal. Esses fatores foram apontados por Andrade (2005), Conti e Furlan (2008), como as principais causas de desmatamento desse bioma em escala regional.

Apesar do elevado processo de degradação da caatinga, algumas áreas de vegetação permanecem preservadas ou pouco alteradas. Um dos fatores que contribuem para sua conservação é a resistência das vaquejadas de pega de boi no mato. Menezes e Almeida (2008) reportam que a caatinga é para o sertanejo um espaço “mítico” carregado de significados. É na mata que ele brinca nas pegadas de boi no mato, assim como retira a lenha utilizada no dia-a-dia e encontra as sementes, as cascas e as raízes utilizadas na elaboração dos chás e lambedores. A manutenção da vegetação consiste uma forma de preservar elementos identitários atrelados à cultura sertaneja.

Logo, os recursos naturais do Sertão, sobretudo, a caatinga e os cursos fluviais foram fundamentais no povoamento do território e no desenvolvimento da pecuária extensiva, que estava vinculada ao projeto de colonização determinado pela coroa portuguesa no povoamento dos Sertões do Nordeste.

3.2 O desdobramento da pecuária no processo de povoamento

O território do atual município de Porto da Folha foi habitado no período pré-colonial por tribos indígenas Kiriri (FRANÇA; CRUZ, 2007). A principal referência desse grupo étnico são os Kiriri-Xokós, índios que, conforme documentos do INCRA, eram chamados de Ceocese. A origem desse povo remete às terras onde hoje está situado o município de Pão de Açúcar/AL, e relatos mais antigos reportam também sua presença no Sertão do Ceará. Para França e Cruz (2007), esses indígenas foram identificados às margens do rio São Francisco

nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Em Porto da Folha, sua catequização e aculturação ocorrem no século XIX a partir da realização da Missão de São Pedro de Porto da Folha, fundada por frades Capuchinhos.

A expansão do povoamento do município resultou do estabelecimento da pecuária extensiva em mata nativa, inicialmente com a penetração de colonos portugueses no século XVII. O processo intensivo de exploração das terras do Sertão nordestino origina-se na segunda metade do século XVI, quando inicia sua ocupação promovida pelos colonizadores através do sistema de doações de sesmarias. Segundo Andrade (1988, p.62), essa região “era considerada de boa qualidade para a pecuária ultra-extensiva em campo aberto”, colonizada com o propósito de fornecimento de animais (bovinos e equinos), além de mantimentos alimentares para a promissora zona da mata canavieira, e constituiu em uma das áreas de maiores latifúndios do Brasil, tornando-se os sesmeiros detentores de vastas extensões territoriais (ANDRADE, 2005).

A formação econômica, social e política de Sergipe, assim como outras regiões do Brasil, foi marcada pela concentração fundiária, resultante do processo de colonização portuguesa implantado pelo sistema de sesmaria.

As capitanias situadas no território da Bahia e de Pernambuco possuíam como principal base econômica a cultura canavieira. Em contrapartida a formação econômica da Capitania de Sergipe Del Rei esteve associada à pecuária, fomentada pela “demanda de gado pelos engenhos das capitanias vizinhas e a boa qualidade das pastagens naturais sergipanas” (FRANÇA; CRUZ, 2007, p.23). A partir do século XVIII, a base econômica e social de Sergipe é impulsionada pela cultura açucareira, com o estabelecimento de engenhos nos vales dos rios Real, Piauí, Vaza-barris, Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba. Conforme França e Cruz (2007), enquanto a cana-de-açúcar fazia progredir as localidades do litoral e da Zona da Mata, a pecuária e a cultura do algodão consolidavam-se como as atividades do interior da capitania, fazendo prosperar as terras situadas no Agreste e Sertão.

Tanezini (2014, p.358, grifos da autora) é enfática ao afirmar que “no século XVIII o gado embrenhava-se pelos sertões, enquanto os canaviais iam ocupando os vales férteis dos ‘rios de açúcar’”. O desenvolvimento da pecuária teve a contribuição fundamental do trabalho de brancos e mestiços livres, de negros fugidos do domínio escravocrata na Zona da Mata canavieira e de indígenas, que no começo do século XIX viviam em povoações, aldeamentos e missões, como a de São Pedro de Porto da Folha.

Segundo o IBGE (2016), coube ao sesmeiro Tomáz Bermudes efetivamente a colonização do território do município, que fixou a fazenda Curral do Buraco às margens do

riacho Capivara, afluente do rio São Francisco. Com a morte do colonizador, o povoamento continuou com Gerônimo Fernandes, seu sucessor, e a povoação floresceu a ponto de em 1821 ser desmembrada da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo (Propriá), já denominado São Pedro do Porto da Folha, com sede na Ilha de São Pedro. Sua elevação à categoria de vila ocorre em 19 de fevereiro de 1835, cuja sede foi transferida para as imediações do Curral do Buraco. A denominação da fazenda é atribuída à morfologia do relevo local marcado pela presença de serras e vales, aparentando a localidade estar situada em um buraco. Esse contexto condicionou a afirmação entre os portofolhenses da antonomásia de buraqueiros.

A toponímia de diversas localidades e feições naturais aponta para importância da pecuária no povoamento do município: comunidades Vaca Serrada, Alto das Vacas, Campinas e Porteiras, riachos Ponta da Vaca, Cabeça da Vaca e Campos Novos, além da própria denominação da fazenda Curral do Buraco, que deu origem à atual sede municipal. Ao se referir à produção agropecuária de Porto da Folha em 1858, Silva (1981) ressalta que:

Um documento de 1859 nos dá minuciosas informações sobre o volume e valor da produção do município no ano anterior. Infelizmente grande parte do documento é ilegível. Assim mesmo sabemos que Porto da Folha produzia, em 1858, mil litros de milho, possuindo aproximadamente seis mil cabeças de gado vacum e cavalar tendo produzido dois mil couros.

Dominado pela pecuária extensiva, o município consistiu o principal foco de ocupação do Sertão do São Francisco em Sergipe. Sua principal frente de irradiação, a partir de meados do século XVII, foi o rio São Francisco, cujas fazendas de gado dispostas de suas margens em direção ao interior, seguiam seu curso fluvial.

Esse contexto sustenta a afirmação de historiadores que referenciam o São Francisco como rio dos currais. A despeito das leituras sobre gêneros de vida realizados por La Blache (2005[1911]) em regiões áridas, o autor reforça que a presença de um rio nessas áreas exerce função marcante na constituição das formas de vida.

A condição histórica da pecuária na ocupação do município está inscrita na paisagem e na cultura. Encontra-se no seu interior, resquícios de cercas de pedra (Foto 3) utilizadas outrora na apartação e aprisionamento do gado. Várias festas tradicionais¹ possuem relação com as práticas pecuaristas do homem do campo: vaquejadas ou pega de boi no mato, corridas de mourão, cavalgadas e corridas de argola.

¹ Ver seção 5.

Chama ainda a atenção a quantidade de comunidades e povoados denominados de lagoa (Foto 4): Lagoa do Rancho, Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Mato, Lagoa Salgada, Lagoa da Panela, Lagoa Grande, Lagoa das Queimadas, Lagoa do Barro, Lagoa do Boi, Lagoa do Jacu, Lagoinha, dentre outras.

Foto 3 – Cerca de pedra, povoado Ilha do Ouro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 4 – Lagoa que referencia a toponímia da comunidade Lagoa Salgada



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A formação dessas feições hidrológicas ocorre no período chuvoso em terrenos levemente rebaixados ou nas imediações de cursos d'água em decorrência da saturação e redução da impermeabilidade do solo composto, predominantemente por material argiloso.

Em um espaço de domínio do clima semiárido, marcado pela escassez de água, esses ambientes foram importantes para o estabelecimento de contingentes populacionais, de atividades pastoris e em alguns casos para o cultivo de lavouras como a de arroz, atualmente extintas devido à redução das cheias e vazões do rio São Francisco a partir da construção das hidrelétricas ao longo do seu curso. Relatos de antigos moradores reportam que esses locais serviram de parada para comboieiros², viajantes, feirantes, retirantes e vaqueiros, que descansavam e saciavam sua sede e a dos animais.

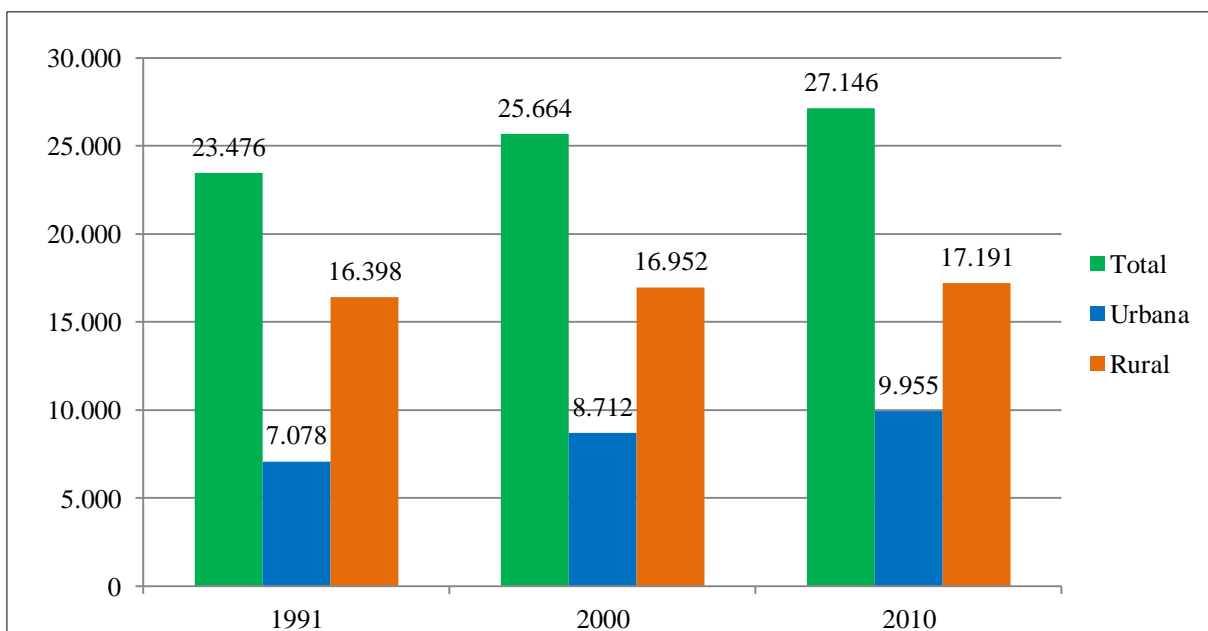
A formação social, econômica e cultural do município está traduzida na sua vocação relacionada à agropecuária, como está escrito na sua história. Todavia, é preciso atenuar que transformações recentes na política econômica e social do Brasil também são imprescindíveis na composição de sua dinâmica social e econômica.

² Viajantes que desbravavam as terras do Sertão nordestino montados a cavalos, mulas e jumentos. Percorrendo os varedos (estradas estreitas de “chão batido”), esses grupos foram fundamentais na comunicação de comunidades isoladas do Sertão com outras localidades.

3.3 A relação dos setores produtivos e dos indicadores sociais na composição da dinâmica territorial

O contingente populacional de Porto da Folha apresenta pequenas oscilações de crescimento entre os anos de 1991 e 2010. Constata-se que, em 2010, referente à situação domiciliar, os habitantes do município residiam, predominantemente, no campo: 63,33% viviam no espaço rural, ao passo que 36,67% no espaço urbano. Considera-se, por sua vez, que o crescimento da população urbana foi mais elevado no período analisado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Porto da Folha/SE, População Residente, 1991-2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A predominância da população residente no campo, deve-se às políticas de reforma agrária, desenvolvidas a partir da década de 1980 e materializadas na implementação de projetos de assentamentos rurais e na demarcação territorial de comunidades tradicionais, indígena (Kiriri-Xokó) e quilombola (Mocambo), bem como, a presença de aglomerados rurais, formados historicamente com o estabelecimento de atividades agrícolas tradicionais para o autoconsumo e o domínio da pecuária extensiva. A relevância da população residente no campo ante a população urbana contribui para sustentar a tese levantada por Wanderley (2001; 2002) de que no Nordeste brasileiro os pequenos municípios abrigam um significativo

contingente populacional rural, constituído, por agricultores familiares e, mais recentemente, por trabalhadores liberais.

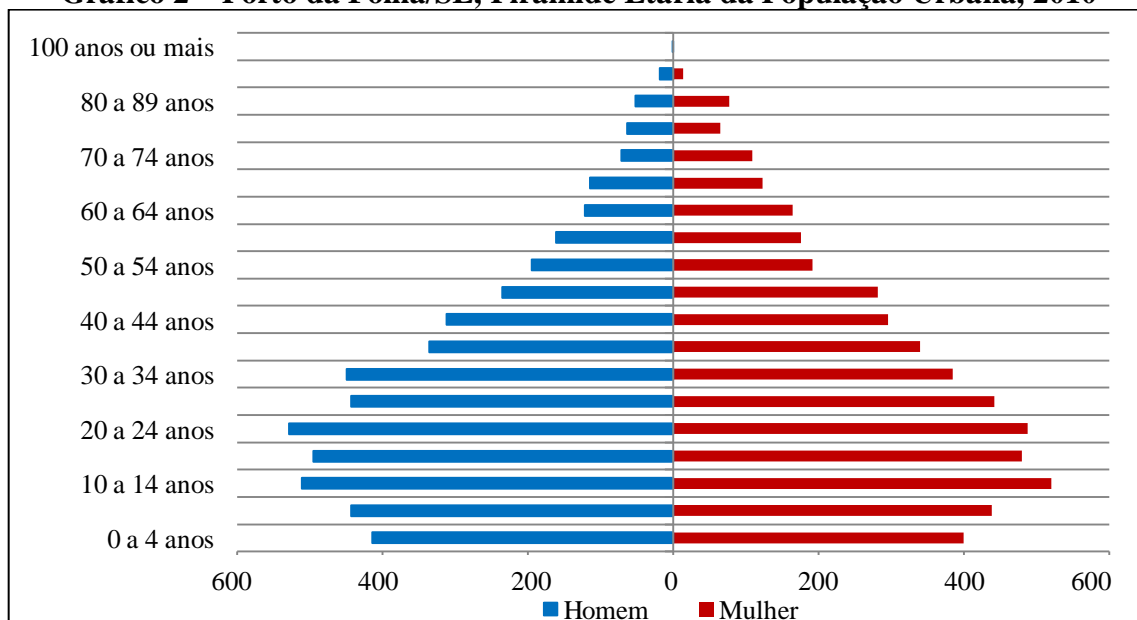
Com base nos estudos realizados por França e Cruz (2007), o estado de Sergipe, seguindo uma tendência nacional, passa nos anos de 1980 por uma transição demográfica, cuja população urbana supera o número de habitantes residentes no campo, até então, predominantes. Nesse contexto, a dinâmica populacional de Porto da Folha contrapõe a essa lógica e reforça a importância do espaço rural na composição social, econômica e cultural do município.

Nota-se ainda que a permanência de aglomerados no campo enquanto áreas rurais resulta da política mantida pelo poder político local, que diferentemente de outros municípios de Sergipe e do Brasil, não adotou o processo de “urbanização” oficial do espaço rural.

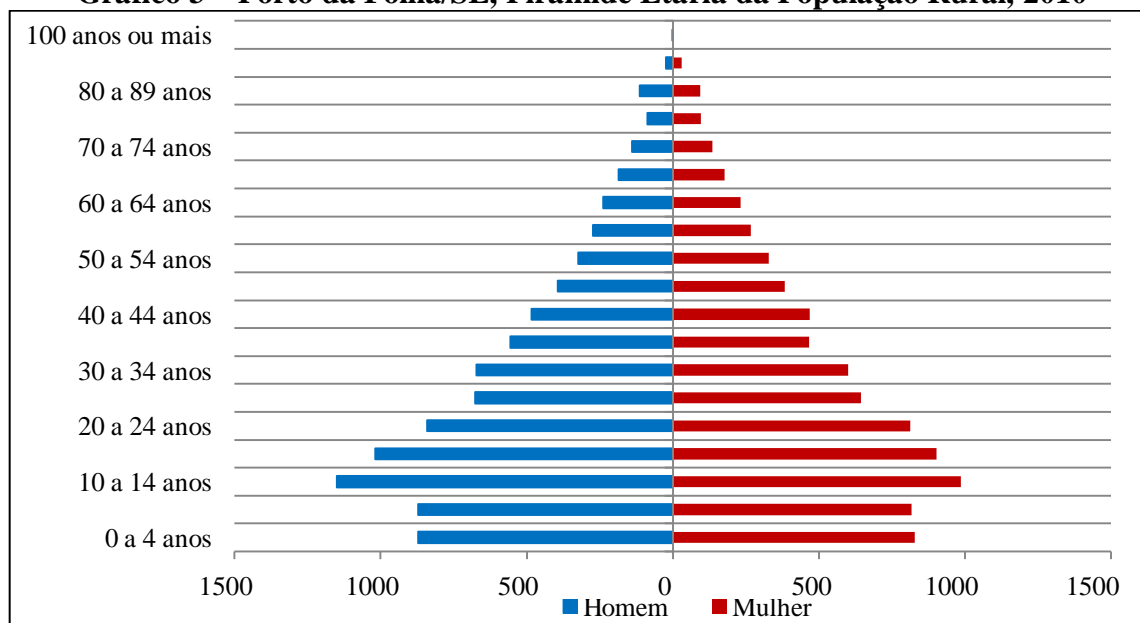
Rua (2005) ressalta que não raro a “urbanização” do campo é utilizada pelas prefeituras como pretensão de arrecadação do IPTU, desconsiderando, muitas vezes, os aspectos sociais, econômicos e culturais intimamente vinculados à dinâmica do rural.

As pirâmides etárias da população urbana e rural (Gráficos 2 e 3) apresentam uma estrutura com rápida redução da base em decorrência da diminuição das taxas de fecundidade e natalidade.

Gráfico 2 – Porto da Folha/SE, Pirâmide Etária da População Urbana, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Gráfico 3 – Porto da Folha/SE, Pirâmide Etária da População Rural, 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Contribuiu para o controle reprodutivo das famílias o crescimento da adoção de práticas anticoncepcionais entre homens e, mais significativamente, entre as mulheres (FRANÇA; CRUZ, 2007). Para além da revolução dos métodos contraceptivos convencionais, é notório o aumento de mulheres em idade de procriar que se submeteram à esterilização. Essa prática também foi identificada, mais recentemente, entre os homens.

A redução das taxas de fecundidade da população decorre ainda da escolha entre os indivíduos por famílias menores diante do aumento dos custos na criação dos filhos, principalmente, com educação e saúde. Por muito tempo, a presença de famílias numerosas nas pequenas cidades e no campo consistia importantes reservas de mão de obra fundamentais para a reprodução dos membros familiares.

O crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, sua independência financeira, a elevação do índice de alfabetização da população e a ampliação das oportunidades na formação educacional e profissional estimularam entre as famílias a escolha pelo adiamento da idade reprodutiva, apresentando significativos respaldos na redução das taxas de fecundidade e natalidade.

Paiva e Wajnman (2005), ao discutirem o processo de transição demográfica no Brasil, destacam ainda que a redução das taxas de fecundidade no país decorre da diminuição das taxas de mortalidade infantil, haja vista que a reprodução materna também era condicionada pelos elevados índices de mortalidade de crianças, sobretudo no primeiro ano de vida.

Apesar da tendência à redução das faixas-etárias nos primeiros anos de vida, os gráficos 2 e 3 demonstram a predominância da população jovem e adulta, entre 10 e 34 anos para os indivíduos residentes na cidade, e 10 e 24 anos para o contingente populacional do campo. Durante as pesquisas foi identificada a presença de significativo contingente de jovens residentes no espaço rural que desempenhavam atividades agrícolas e/ou postos de trabalho liberais. Todavia, é notória, também, a migração de jovens para a sede do município, cidades circunvizinhas e outros centros urbanos do estado e do país em busca de melhores oportunidades de educação formal, bem como de trabalho diante da liberação de mão de obra agrícola como consequência da mecanização das atividades agropecuárias.

Quanto à faixa-etária que compreende os idosos (60 anos ou mais), nota-se que o aumento do número dos indivíduos inseridos nesse grupo resulta da melhoria das condições de vida: saúde, educação, lazer e, inclusive, financeira, com a ampliação da política de seguridade social. Esses fatores também foram considerados por França e Cruz (2007) imprescindíveis no processo de envelhecimento da população sergipana.

O IDHM em 2010 foi de 0,568 (Tabela 1). A dimensão que mais contribui na composição do IDHM foi longevidade, com índice de 0,739, seguida de renda, com índice de 0,537, e de Educação, com índice de 0,462. O IDHM passou de 0,256, em 1991, para 0,568, em 2010, enquanto o IDH de Sergipe passou de 0,493 para 0,727. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (crescimento de 0,375), seguida por longevidade (crescimento de 0,258) e por renda (crescimento de 0,134).

Tabela 1 – Porto da Folha/SE, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991-2010

IDHM e Componentes	Ano		
	1991	2000	2010
IDHM	0,256	0,387	0,568
IDHM Educação	0,087	0,219	0,462
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,26	13,29	31,57
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	28,31	72,08	95,90
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	4,46	27,41	74,62
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	0,39	10,49	33,01
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	2,39	2,55	20,11
IDHM Longevidade	0,481	0,609	0,739
Esperança de vida ao nascer (em anos)	53,87	61,55	69,36
IDHM Renda	0,403	0,435	0,537
Renda per capita (em R\$)	98,45	119,70	226,66

Fonte: PNUD, 1991-2010.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

O aumento do IDHM Educação decorre das políticas de alfabetização, ensino e financiamento da educação pública. Foram importantes para o avanço do sistema educacional do município os programas Brasil Alfabetizado, Mais Educação, além de políticas como o FNDE, PNAE, PDDE, EJA, Enem, dentre outros. Deve-se ressaltar ainda as ações de combate ao trabalho infantil que estimulou a entrada e permanência de crianças e adolescentes na escola. Todavia, persistem problemáticas que dificultam a melhoria do sistema educacional: desvalorização da profissão docente, fechamento de escolas rurais, limitação de espaços pedagógicos, estrutura escolar danificada e má gestão dos recursos financeiros.

No tocante ao IDHM longevidade, contribuiu para seu crescimento uma rápida facilitação de acesso ao sistema de saúde pela população, especialmente através do PSF, ampliação da indústria farmacêutica, melhoria da qualidade de vida, adesão a hábitos mais saudáveis e prática de atividades físicas. O principal entrave que dificulta o aumento da expectativa de vida ao nascer é a permanência de condições de insalubridade e a precarização do sistema de saúde.

A elevação do IDHM Renda deve-se, sobretudo, às políticas de transferência de renda do governo federal através do Programa Bolsa Família (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Os benefícios sociais foram fundamentais na redução dos índices de pobreza. Entretanto, é preciso ressaltar para a permanência de focos de insegurança social. Apesar do IDHM Renda apresentar o menor crescimento dentre os demais componentes, compreende-se que a mesma também contribuiu na melhoria dos indicadores da saúde infantil, haja vista a obrigatoriedade dos beneficiários no acompanhamento médico e vacinação das crianças.

O IDHM reflete a melhoria dos indicadores sociais da população. Contudo, uma vez que o município está situado na 4884^a posição entre 5.565 municípios brasileiros, observa-se a continuidade de problemáticas, que dificultam o crescimento mais satisfatório do índice.

Referente ao PIB do município (Tabela 2), verifica-se crescimento relevante entre os intervalos pesquisados. Contribuem mais significativamente no total do PIB de 2010 e 2013 os setores de serviços atrelados à administração, saúde e educação públicas, além da seguridade social. Esse fato demonstra o impacto dos postos de trabalho ofertados pela prefeitura e instituições estaduais na geração de renda do município. Somado a isso, observa-se a importância das aposentadorias rurais e dos benefícios sociais originários de programas e políticas públicas do governo federal.

Tabela 2 – Porto da Folha/SE, Produto Interno Bruto (PIB) (mil reais), 2001-2013

Variável	Ano				
	2001	2004	2007	2010	2013
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social*	-	-	-	85.359	106.416
Serviços	32.987	49.659	76.747	28.980	44.017
Agropecuária	7.951	11.536	24.270	26.311	28.141
Indústria	4.451	8.843	11.042	12.578	11.589
Impostos	2.346	3.897	4.368	6.438	8.798
PIB total	47.735	73.935	116.427	159.666	198.961

*Nos PIB's de 2001, 2004 e 2007 os valores da administração, saúde e educação públicas e seguridade social eram incluídos na variável de serviços.

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto (PIB), 2001-2013.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A ampliação da política de redistribuição de renda contribuiu para o crescimento de serviços. O aumento dos valores entre 2010 e 2013 deve-se à expansão do comércio no espaço urbano e em povoados situados no espaço rural. Esse processo é fomentado pela elevação de renda e aumento do poder de compra da população.

A partir da década de 2000, a criação e a ampliação de políticas sociais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás (Tabela 3) contribuíram significativamente para a redistribuição de renda e para o aumento do poder aquisitivo das famílias. O maior repasse de recursos financeiros provenientes dos programas ocorreu no ano de 2004. A redução dos valores até o ano de 2008 decorre da incorporação desses benefícios ao Programa Bolsa Família.

Tabela 3 – Porto da Folha/SE, Benefícios Sociais Originários do Governo Federal, 2004-2008

Ano	Bolsa Escola		Bolsa Alimentação		Auxílio Gás	
	Famílias	Valor Total (R\$)	Famílias	Valor Total (R\$)	Famílias	Valor Total (R\$)
2004	1.095	361.275,00	54	70.815,00	1.841	211.380,00
2005	362	226.095,00	34	9.810,00	1.177	150.465,00
2006	13	29.430,00	2	2.595,00	348	54.780,00
2007	2	1.140,00	-	180	175	20.910,00
2008	-	120	-	-	94	9.510,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (MDS), 2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Conforme a tabela 4 nota-se o crescimento constante, entre os anos de 2004 e 2015, do valor total de recursos repassados para o município através do Programa Bolsa Família, passando de R\$ 2.140.298 em 2004 para R\$ 12.782.683 em 2015. Nesse ínterim, a redistribuição de renda foi fundamental na redução da pobreza.

Tabela 4 – Porto da Folha/SE, Beneficiários e Valores Repassados pelo Programa Bolsa Família, 2004-2016

Ano*	Famílias Beneficiárias	Valor Total Repassado (R\$)
2004	2.959	2.140.298,00
2005	3.564	2.536.920,00
2006	3.831	3.112.092,00
2007	3.631	3.448.022,00
2008	3.278	3.650.830,00
2009	4.095	4.198.354,00
2010	4.208	5.236.424,00
2012	4.957	8.078.740,00
2013	5.496	11.196.936,00
2014	5.736	12.376.834,00
2015	5.475	12.782.683,00

*Não estão disponíveis dados relativos ao ano de 2011.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (MDS), 2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

No que diz respeito à indústria, o PIB oscilou negativamente entre 2010 e 2013. Notam-se poucos incentivos do poder público na atração de empresas do setor industrial, que poderiam fomentar a geração de emprego e reduzir a dependência dos postos de trabalho provenientes da administração pública. Apesar disso, evidenciou-se que contribuiu na composição do PIB industrial a presença de laticínios responsáveis pelo processamento e produção de derivados de leite e, mais recentemente, a produção industrial de farelo e flocos de milho no povoado Lagoa da Volta. Os impostos arrecadados foram responsáveis em 2013 por R\$ 8.798 mil reais do PIB total.

A agropecuária que consiste a principal atividade de ocupação da população apresentou crescimento nos valores do PIB no período pesquisado, passando de R\$ 7.951 mil reais em 2001 para R\$ 28.141 mil reais em 2013.

Dentre as principais atividades econômicas do setor agropecuário sobressai a bovinocultura leiteira desempenhada, majoritariamente, por agricultores familiares nos pequenos e médios estabelecimentos rurais. De modo secundário, desenvolve-se a suinocultura nas cercanias dos estabelecimentos agropecuários, constituindo uma poupança para as mulheres que cuidam desses animais (MENEZES, 2015). Além disso, foram encontradas pocilgas mantidas pelos proprietários de fabriquetas de queijo. Nesses estabelecimentos, a dieta nutricional dos suínos é mantida à base de soja, farelo de milho, rações de crescimento e, principalmente, o soro, resíduo proveniente da elaboração dos derivados de leite.

Destaca-se também a criação de ovinos e caprinos, animais demandados no mercado de carne local e regional. Quanto à avicultura, sobressai a criação de galinhas de capoeira (crioula ou caipira) nos arredores das residências dos agricultores familiares.

Vale ressaltar também a existência da reprodução de aves em estruturas confinadas (granjas) mantidas por pequenos empreendedores rurais e destinadas, predominantemente, ao mercado local. Essa dinâmica contribuiu na mudança de hábitos alimentares da população, refletida no frequente consumo dessas aves em detrimento da galinha de capoeira, culturalmente enraizada na culinária sertaneja.

Alguns estabelecimentos rurais realizam a criação extensiva de equinos, muares e asininos, utilizados nas atividades cotidianas e em práticas festivas (pega de boi no mato, cavalgadas e corridas de argola). Em algumas fazendas são instalados os haras, espaços destinados à procriação de cavalos a partir de cruzamentos de raças puras. Os animais possuem acompanhamento veterinário, e a alimentação é realizada parcialmente em pastagens, predominando a reprodução confinada com dieta nutricional balanceada com ração. Além das práticas de lazer, os cavalos são destinados às corridas de mourão, que, diferentemente das vaquejadas no mato, demandam animais com seleção genética e tratamento especializado.

Na última década foi fomentado em associações rurais o desenvolvimento da apicultura, que tem por finalidade a complementação da renda familiar dos agricultores e a preservação da vegetação da caatinga, haja vista que a criação das abelhas depende diretamente da preservação desse bioma. O prolongamento das estiagens, o insucesso de ações cooperadas e associativas e as deficiências de apoio institucional na abertura de mercados seguros para o produto dificultam o desenvolvimento da atividade.

Na agricultura sobressai o cultivo de milho, cuja matéria-prima é destinada, sobretudo, ao beneficiamento de ração (silo e rolão) demandada na alimentação dos bovinos e de animais de pequeno porte. Sua expansão deve-se à utilização de agroquímicos e de sementes transgênicas e convencionais, recentemente, fomentada por incentivos bancários para a especialização produtiva (MENEZES, 2015). Tais condições contribuem para a elevação da produtividade e dos lucros. Em decorrência do avanço do milho, observa-se a diminuição das áreas de cultivos de feijão e de mandioca.

O crescimento das atividades agropecuárias no município resulta ainda de transformações na estrutura fundiária decorrentes da atuação de movimentos sociais do campo e instituições associativas que pressionaram a intervenção do Estado em políticas de reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

Os dois últimos censos agropecuários, realizados em 1995/1996 e 2006 demonstram que o território fundiário do município é formado, principalmente, por minifúndios, pequenos e médios estabelecimentos mantidos, sobretudo, por agricultores familiares (Tabelas 5 e 6). No censo agropecuário de 1995/1996 não foi utilizada a classificação dos estabelecimentos agropecuários de acordo com as categorias: agricultura familiar e não familiar. Considerando o total de estabelecimentos identificados em 1995/1996 e o somatório das unidades rurais, familiares e não familiares, recenseadas em 2006, observa-se pequeno crescimento referente ao número de estabelecimentos. Todavia, nos dois recenseamentos constata-se o domínio da pequena e da média propriedade frente ao reduzido quantitativo de grandes propriedades.

Tabela 5 – Porto da Folha/SE, Estrutura Fundiária, 1995-1996

Grupos de área	Nº de estabelecimentos agropecuários (Unid)	Nº de estabelecimentos agropecuários (%)	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	Área dos estabelecimentos agropecuários (%)
Total	2.493	100,00	74.181,652	100,00
Menos de 2 ha	484	19,41	562,152	0,75
2 a -5 ha	408	16,37	1.366,304	1,84
5 a -10 ha	375	15,04	2.805,211	3,78
10 -20 ha	387	15,52	5.617,773	7,57
20 -50 ha	475	19,05	15.141,850	20,41
50 -100 ha	194	7,78	14.001,903	18,88
100 ha e mais	138	5,54	34686,459	46,75
Sem declaração	32	1,28	-	-

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995-1996.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Tabela 6 – Porto da Folha/SE, Estrutura Fundiária, 2006

Grupos de área	Estab. com agricultura familiar (Unid.)	Estab. com agricultura familiar (%)	Estab. com agricultura não familiar (Unid.)	Estab. com agricultura não familiar (%)	Área dos estab. com agricultura familiar (ha)	Área dos estab. com agricultura familiar (%)	Área dos estab. com agricultura não familiar (ha)	Área dos estab. com agricultura não familiar (%)
Total	2.395	100,00	116	100,00	48.512	100,00	13.480	100,00
Menos de 2 ha	345	14,41	7	6,03	336	0,69	8	0,06
2 a -5 ha	309	12,90	5	4,31	1.076	2,22	14	0,10
5 a -10 ha	541	22,59	4	3,45	3.989	8,22	29	0,22
10 -20 ha	538	22,46	21	18,10	7.723	15,92	310	2,30
20 -50 ha	475	19,83	24	20,69	14.516	29,92	774	5,74
50 -100 ha	127	5,30	23	19,83	8.935	18,42	1.825	13,54
100 ha e mais	60	2,51	32	27,59	11.938	24,61	10.520	78,04

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2006.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A estrutura fundiária de Porto da Folha assemelha-se à dos demais municípios que formam o Território do Alto Sertão Sergipano (Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes).

Para Tanezini (2014), essa configuração foi impulsionada, nas últimas décadas, pelo estabelecimento de assentamentos rurais e pela delimitação de territórios tradicionais a partir de projetos de reforma agrária que tiveram no Sertão sergipano a intervenção direta de organizações sociais e movimentos socioterritoriais como a CPT, o MST e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Na tabela 7 constam as informações sobre o número de famílias assentadas em Porto da Folha/SE pelo INCRA. Conforme Tanezini (2014), a questão agrária no Alto Sertão Sergipano foi inaugurada no município de Porto da Folha pelos índios Xokó em 1979, que permaneceram em luta até 1991, quando foi definido seu território a partir do reconhecimento oficial da fazenda Caiçara. Vale ressaltar ainda as áreas de remanescentes de quilombos, também situadas no município, que marcaram a luta do povo do Mocambo, com titulação de terras datada de 2000. A luta pela terra em Porto da Folha é continuada pelo MST, responsável pela organização de trabalhadores rurais sem terra locais e procedentes de municípios circunvizinhos.

Tabela 7 – Porto da Folha/SE, Projetos de Assentamento Rural do INCRA, 1995-2013

Ano	Famílias assentadas³	Projetos criados	Área incorporada pela criação de projetos de assentamentos (onerosa e não onerosa) (ha)
Até 1995	102	1	1.320
1996	2	0	0
1999	12	0	0
2000	1	1	1.181
2001	56	1	212
2005	33	1	477
2008	9	0	0
2009	4	0	0
2011	31	2	614
2012	0	1	2.101
2013	1	0	0
Total	251	7	5.905

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA, nov. 2015.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

As transformações na estrutura fundiária e na agropecuária implicaram modificações nas relações produtivas, sociais e de trabalho no campo. Essa dinâmica é refletida na

³ Correspondem as famílias efetivamente assentadas pelo INCRA no período. A diferença entre este número com as famílias atualmente assentadas – que compreende a 209 famílias – decorre da exclusão de algumas dessas da relação de beneficiários da reforma agrária.

reorganização das cadeias produtivas da pecuária e da agricultura desenvolvidas por segmentos da agricultura familiar.

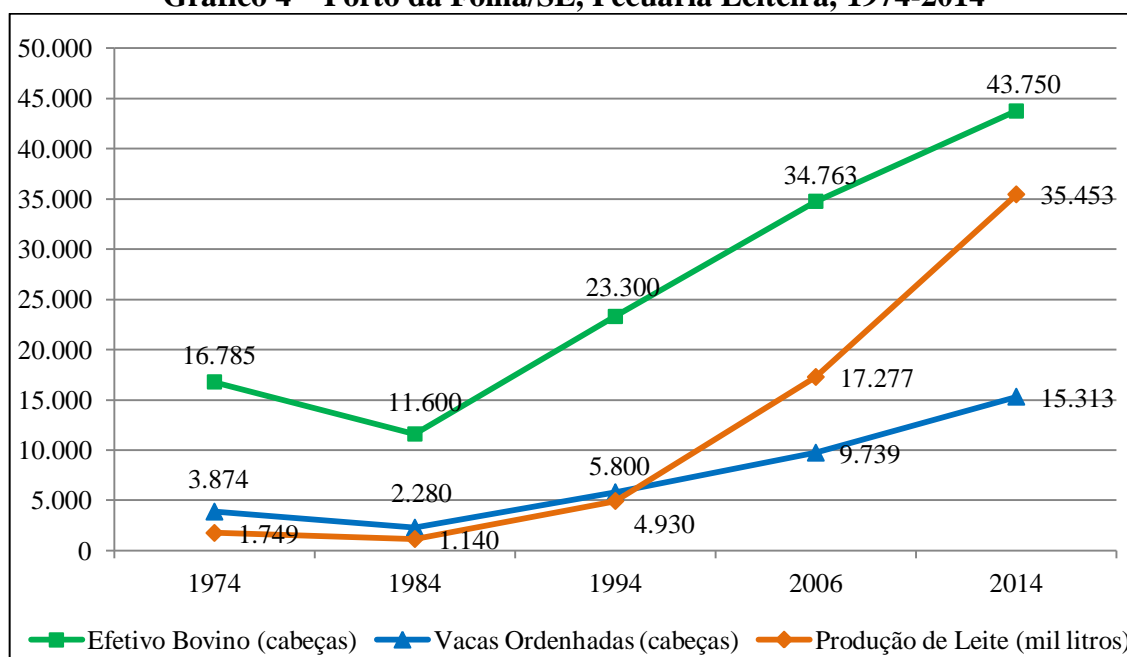
3.4 Reorganização da cadeia produtiva do leite: da modernização à resistência de práticas tradicionais

Até meados do século XX, a pecuária no Sertão sergipano consistia uma atividade exclusivamente extensiva, cujos bovinos eram criados livres na caatinga. O gado “pé duro” ou “crioulo” eram reses adaptadas às condições climáticas do semiárido, alimentando-se em períodos de estiagens e secas de espécies vegetais da caatinga.

Woortmann e Woortmann (1997), ao estudarem comunidades rurais no Sertão e Agreste sergipano, inclusive em Porto da Folha, retratam o processo de mestiçagem do gado “pé duro” a partir da inserção de bovinos da raça zebu. O gado “zebuado”, apesar de produzir mais carne que o “pé duro”, era menos resistente às condições climáticas e não estava adaptado ao consumo da vegetação nativa. Menezes (2009) ressalta que a partir da década de 1980, atrelado aos projetos de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Sertão de Sergipe, ocorre a inserção de matrizes de reses holandesas, que, repassadas entre os agricultores pelas redes de sociabilidade, são cruzadas com o gado zebuino e com o gado “pé duro”. Atualmente, unidades de produção familiar também já ensaiam experiências de seleção genética e inseminação artificial dos animais.

No início do século XXI, concomitantemente ao melhoramento racial dos bovinos, é desenvolvido o PAA/Leite com o propósito de absorver a produção da matéria-prima dos estabelecimentos dos agricultores. Contudo, o programa não ganhou o êxito esperado, diante da ineficiência da gestão pública no gerenciamento dos produtores (MENEZES; ALMEIDA, 2013).

Apesar da não continuidade da política do PAA/Leite, o fortalecimento de unidades de produção agroalimentar de derivados de leite (MENEZES, 2009; 2015) contribuiu para o desenvolvimento da pecuária, sobretudo, a partir da década de 1980 (Gráfico 4). Esse fato é evidente entre os anos de 1984 e 2014, quando a produção leiteira elevou-se de 1.140 mil litros para 35.453 mil litros, o número de vacas ordenhadas aumentou de 2.280 cabeças para 15.313, e o efetivo de bovinos apresenta um crescimento de 11.600 cabeças para 43.750.

Gráfico 4 – Porto da Folha/SE, Pecuária Leiteira, 1974-2014

Fonte: IBGE – Pecuária municipal, 1974, 1984, 1994 e 2014; Censo agropecuário, 2006.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Ao longo das últimas décadas diversas tecnologias foram empregadas no Sertão sergipano com a finalidade de desenvolvimento da bovinocultura. Nesse ínterim, Menezes (2009) reporta para a preocupação dos agricultores na certificação e cuidados à sanidade dos animais, especialmente no tocante à vacinação contra a febre aftosa. Todavia, a reduzida intervenção de técnicos agropecuários disponibilizada pelos órgãos públicos dificulta a prevenção e o tratamento das demais enfermidades. Predominantemente desprovidos de assistência técnica, os agricultores familiares recorrem à “experiência” dos amigos e aos proprietários de estabelecimentos de insumos agropecuários e de produtos veterinários no combate de doenças.

Constata-se ainda o processo de melhoramento da dieta nutricional dos bovinos com o incremento de diversos produtos, predominantemente, definidos pela variação da sazonalidade. Andrade (1988) retratava que durante o período chuvoso no Sertão nordestino, a partir das primeiras precipitações regulares, o gado era alimentado com a pastagem natural. Atualmente, além do pasto nativo, são cultivadas outras espécies de capim: pangola (*Digitaria decumbens*), elefante (*Pennisetum purpureum*) e buffel (*Cenchrus ciliaris*) (Foto 5), que são fundamentais na elevação do volume de leite produzido. Com o prolongamento das estiagens, ocorre o incremento na alimentação dos bovinos: soja, caroço de algodão, palma (Foto 6) e, mais recentemente, rações à base de milho (silo e rolão) (Foto 7).

Foto 5 – Capim *buffel*, setor do Trevo de Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 6 – Cultivo de palma, comunidade Chumbinho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 7 – Silagem de milho, comunidade Campinas



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A palma, cujo cultivo se adaptou facilmente às condições climáticas do semiárido, é considerada pelos agricultores o “ouro verde do Sertão”, constituindo um importante alimento de sustentação dos animais. Os estudos realizados por Andrade (2005) apontam que essa cultura foi incentivada com vistas ao melhoramento da produtividade do gado.

O uso do caroço de algodão (*Gossypium hirsutum*) na alimentação das reses trata-se de uma prática antiga e remete à cultura do algodão impulsionada no Sertão nordestino em meados do século XVIII e XIX. A expansão dessa lavoura foi proporcionada por fatores externos em razão da Guerra de Secessão, que fragilizou a produção do algodão nos Estados Unidos (MENEZES, 2009). Nesse período, além da semente, utilizava-se a rama da planta enquanto ração suplementar para as reses no período seco. No romance social “*O Quinze*”, de Rachel de Queiroz – que remonta à seca de 1915 que assolou o Sertão nordestino e o Ceará, ambiente de inspiração da autora – é retratado em um de seus fragmentos a importância da rama do algodão na alimentação dos animais: “Era raro e alarmante, em março, ainda se tratar de gado. Vicente pensava sombriamente no que seria de tanta rês, se de fato não viesse o inverno. A rama já não dava nem para um mês” (QUEIROZ, 1993[1930], p.11).

Menezes (2006) menciona que em Sergipe, a cultura do algodão entra em franco declínio na década de 1970, em decorrência da propagação de pragas e da desvantagem na concorrência com o estado de São Paulo, onde foram empregadas tecnologias que elevaram a produtividade e reduziram os custos com a atividade. Apesar de extinta a produção de algodão no município e no Sertão sergipano, os agricultores retomam experiências de seus antepassados nos cuidados com o gado e demandam o caroço de algodão em estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas situados nas comunidades rurais e cidades circunvizinhas.

O uso da soja na dieta nutricional dos bovinos foi impulsionado nas últimas décadas devido aos incentivos à monocultura da oleaginosa no cerrado brasileiro. Conforme reportado pelos agricultores, esse alimento contribui substancialmente no aumento da produção do leite.

A sojicultura no Brasil consiste uma representação do modelo conservador da modernização da agricultura, que desde a década de 1970 esteve ancorado em políticas públicas e incentivos privados (GRAZIANO DA SILVA, 1999a; TONNEAU, AQUINO, TEIXEIRA, 2005).

Enquanto isso, à elaboração das rações a base de milho é realizada com o uso de máquinas ceifadeiras de forragem, que trituram o cereal juntamente com o caule e a folhagem da planta. Após o processamento, o produto é empilhado em uma valeta construída no solo e, posteriormente, isolado com lonas plásticas para impedir o contato com o ambiente externo e com a água da chuva. Quando bem armazenada, a ração pode ser utilizada por mais de um ano. A diferença entre o silo e o rolão consiste no fato do primeiro ser produzido com o milharal verde, “vivo”, enquanto o segundo é elaborado com a planta e o grão secos.

A palha, o farelo e o xerém de milho ou mesmo o grão *in natura* sempre estiveram inseridos na composição alimentar dos bovinos, mas a elaboração do silo e do rolão constituíam técnicas até recentemente desconhecidas pelos agricultores. O procedimento é uma alternativa que reduz os entraves dos agricultores diante da escassa disponibilidade de alimento para os bovinos durante as constantes estiagens. A produção das rações foi incentivada inicialmente por técnicos agropecuários provenientes de órgãos públicos e instituições bancárias (Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil) junto a associações de pequenos produtores rurais e médios e grandes proprietários de terra, que aderiram a financiamentos agropecuários (MENEZES, 2009; 2015). Posteriormente, a técnica foi transferida aos demais agricultores a partir das redes de sociabilidade.

As técnicas e atividades da pecuária no território resultam de experiências e aprendizados adquiridos, reformulados e compartilhados com diversos atores ao longo de diferentes temporalidades. Dentre as atividades agropecuárias, a bovinocultura apresenta a maior complexidade referente à coexistência de antigas e novas práticas.

As modificações na cadeia produtiva evidenciadas na adesão de novas práticas e técnicas pecuaristas são, predominantemente, condizentes com a tendência à modernização das atividades exigidas pelo modelo econômico capitalista pautado na especialização, na produtividade e no lucro. Em contrapartida, a manutenção de antigas práticas constitui uma forma de assegurar a perpetuação de técnicas e saberes que, arraigados culturalmente ao território, garante-lhes autonomia e seguridade frente aos novos processos produtivos e de trabalho, não raro, intermediado por agentes financeiros externos.

No quadro 4, estão elencadas as principais práticas e técnicas associadas à pecuária bovina do município. Conforme ilustrado, constata-se a permanência de atividades

tradicionais e a emergência de outras recentemente incorporadas nos estabelecimentos agropecuários.

Quadro 4 – Porto da Folha/SE, Atividades da Pecuária Bovina, 2015-2016

Práticas e Técnicas Tradicionais		Novas Práticas e Técnicas	
Predominante	Existente em pequena dimensão	Predominante	Existente em pequena dimensão
Pecuária extensiva em pastagem nativa; Ordenha manual; Armazenamento do leite em recipientes de plástico e ferro; Uso de animais de montaria nas atividades da pecuária; Território de domínio do gênero masculino.	Criação do gado “pé duro”; Pecuária extensiva em mata nativa; Uso dos bovinos no transporte de carga; Alimentação à base de plantas da caatinga; Realização de uma ordenha diária.	Inserção de matrizes de gado zebu e holandês; Alimentação semiconfinada a partir de soja, rações à base de milho e novas espécies de capim e palma; Uso de motocicleta nas atividades da pecuária; Realização de duas ordenhas diárias; Inspeção e certificação sanitária.	Armazenamento do leite em tanque de resfriamento; Ordenha mecânica; Inseminação artificial.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A coexistência de atividades modernas com antigas práticas consolidadas em temporalidades remotas resulta ainda da incompletude da modernização produtiva de segmentos da agricultura familiar no Brasil, que, conforme Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) e Vieira Filho (2013), no Nordeste brasileiro é dificultada pela desarticulação entre os produtores, baixa inserção social e desigualdade na distribuição de recursos provenientes de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento das unidades de produção familiar.

Conforme as informações contidas no quadro 4 e nas fotos 8 e 9, constata-se exemplos de especialização produtiva retratada, respectivamente, na ordenha mecânica e alimentação confinada. Em contrapartida, nas fotos 10 e 11, observa-se a persistência de atividades tradicionais, como a ordenha manual e a pecuária extensiva.

Foto 8 – Ordenha mecânica, comunidade Lagoinha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 9 – Alimentação confinada, comunidade Campinas



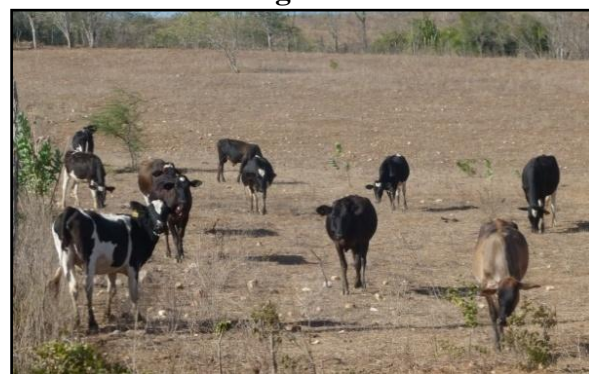
Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 10 – Ordenha manual, setor do Riacho do Salitre



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 11 – Pecuária extensiva, comunidade Lagoinha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Identificou-se nas pesquisas de campo o predomínio da ordenha manual: somente quatro estabelecimentos agropecuários dos 70 pesquisados fazem uso da ordenha mecânica. Na ordenha realizada manualmente, o instinto biológico no fornecimento do leite (apojar) é estimulado pela presença do bezerro (filhote) próximo à vaca, enquanto na ordenha mecânica, o bovino apoia a partir de estimulantes artificiais injetáveis. Ainda no tocante à ordenha manual, nota-se que é efetivada, majoritariamente, duas vezes ao dia, uma no início da manhã, e outra no final da tarde. Outrora, quando o leite possuía apenas valor de uso, e a carne consistia o produto de troca, a ordenha das reses era realizada apenas durante a manhã. Para Menezes (2009; 2015), a miscigenação do rebanho com matrizes de raça holandesa, que produzem mais leite, contribuiu para modificações no processo de ordenha dos bovinos.

Prevalece o armazenamento da matéria-prima em recipientes de plástico e ferro, depositados nas porteiras dos estabelecimentos antes de serem recolhidos e transportados para as fabriquetas de derivados de leite e laticínios situados no Sertão e Agreste de Sergipe. Algumas comunidades e estabelecimentos rurais com elevada produtividade armazenam o leite em tanques de resfriamento cedidos pelas agroindústrias, que demandam o produto.

A apartação e o recolhimento do gado consistem procedimentos de trabalho realizados com o uso de cavalos e mulas, empregados na montaria e na guia dos bovinos. Todavia, atualmente essa atividade também é realizada com o uso de motocicletas (Foto 12). Fato semelhante ocorre com o transporte do leite efetivado, predominantemente com o auxílio desses veículos (Foto 13).

Foto 12 – Guia de bovinos com uso de motocicleta, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 13 – Transporte de leite com auxílio de motocicleta, setor do Riacho do Salitre



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Esse contexto é resultante da expressiva substituição, nos estabelecimentos agropecuários, dos meios de locomoção de tração animal (carro de boi, carroça, equinos, muares e asininos) por meios de transporte de tração mecânica, especialmente as motocicletas (Tabela 8).

Tabela 8 – Porto da Folha/SE, Meios de Transportes no Estabelecimento, 2015-2016

Tração	Meio de Transporte	Número	%
Animal	Carroça	31	44,29
	Equinos e muares	23	32,86
	Carro de boi	13	18,57
	Jumentos	3	4,29
Mecânica	Motocicleta	61	87,14
	Bicicleta	26	37,14
	Automóvel	11	15,71
	Reboque	3	4,29
	Embarcação	2	2,86
	Caminhonete	1	1,43

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Os carros de boi utilizados no transporte de insumos agrícolas tornam-se elementos parcos na paisagem do Sertão (18,57% dos agricultores entrevistados possuem carro de boi). Fato semelhante ocorre com as mulas, os jumentos com os seus caçuares e cangaia. Vale

ressaltar que, embora predomine o transporte motorizado, verifica-se a resistência de algumas serrarias voltadas para a construção e conserto de carros de boi e carroças (44,29% dos entrevistados dispõem de carroça). Contudo, essas se tornam escassas quando comparadas ao número de borracharias e oficinas especializadas na manutenção de tratores, automóveis e motocicletas. Dentre os estabelecimentos comerciais identificados no espaço rural do município, 33 ofertavam os serviços de borracharia ou oficina mecânica de motocicleta, enquanto apenas três eram serrarias de carros de boi e carroças.

No que diz respeito às relações de gênero e de trabalho na pecuária, identificou-se no território o domínio dos homens no exercício das atividades. Woortmann e Woortmann (1997) já haviam identificado essas especificidades no Sertão sergipano, pois, enquanto ao homem era designado, principalmente, o trabalho nos espaços fora da casa (lida com o gado e com a lavoura e manutenção do estabelecimento rural), eram destinados às mulheres os trabalhos do interior da residência e suas cercanias. Para tanto, percebe-se que “o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também, espaços sociais e de gênero” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.07). Na cadeia produtiva da bovinocultura leiteira, o trabalho da mulher sobressai na elaboração artesanal do queijo coalho caseiro realizado nos espaços de dentro (MENEZES, 2009; 2015).

Nota-se que a produção de leite firma-se como a principal estratégia de reprodução social da agricultura familiar, reforçando o pensamento de Andrade (2005, p.198): “a pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do Sertão”. O desenvolvimento da pecuária contribuiu, inclusive, para modificações na dinâmica produtiva das lavouras.

No subitem a seguir, verifica-se que o avanço das pastagens e da produção de milho, utilizado na elaboração do silo e do rolão, pressionaram a reorganização da estrutura produtiva e da base tecnológica dos principais cultivos agrícolas do município.

3.5 Mecanização e quimificação das atividades agrícolas: modernização a que custo?

Estudos recentes que tratam da modernização da agricultura familiar no Brasil apontam para a desigualdade regional no tocante ao acesso a tecnologias e insumos agropecuários. Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) retratam que a agricultura familiar do Sul e Sudeste do país apresentam setores altamente modernizados diante dos expressivos recursos provenientes das linhas de crédito agrícola, especialmente o Pronaf. Em contrapartida, no Nordeste grande parte dos estabelecimentos familiares padece diante de uma antiga “crise climática” e de uma crise econômica e social resultante da fragilidade das culturas de renda.

Esses segmentos sempre apresentaram deficiência no acesso aos mercados devido à fraca competitividade.

Para Vieira Filho (2013), a modernização da agricultura pode desencadear uma desigualdade regional e produtiva, em decorrência da disparidade entre os segmentos sociais agrícolas no acesso e na capacidade de incorporação de novos insumos e tecnologias.

Parte de los agentes pueden incorporar y absorber el contenido tecnológico, mientras que otros permanecen al margen del entorno organizacional innovador, como asimismo de los procesos de aprendizaje y difusión de las nuevas técnicas y conocimientos productivos (VIEIRA FILHO, 2013, p.104).

Tomando como base a dinâmica da agricultura familiar brasileira, Vieira Filho (2013) assegura que a heterogeneidade estrutural das unidades de produção familiar no país, referente à modernização e ao desenvolvimento das atividades agrícolas, decorre da dessemelhança entre os segmentos no tocante à capacidade de organização, aos indicadores socioeconômicos e à intervenção do poder público na promoção das políticas públicas.

A reprodução da desigualdade regional da agricultura familiar no Brasil é fato evidente. Todavia, é preciso ressaltar que a expansão das políticas de acesso ao crédito agrícola e à seguridade socioeconômica impulsionou o crescimento de setores da agropecuária no Nordeste, que, mesmo apresentando uma incompletude na modernização produtiva, já acessam insumos até recentemente limitados a grandes empreendimentos agrícolas.

As informações coletadas nas pesquisas de campo assinalam para o uso de técnicas e insumos agropecuários pelos agricultores familiares do município. Verifica-se a diversidade de recursos tecnológicos empregados nas unidades de produção, apesar de considerar a prevalência de algumas técnicas e maquinários em detrimento de outros.

Conforme apresentado na tabela 9, tecnologias anteriormente regidas, exclusivamente, pelo agronegócio comportam-se como inovadoras ao auxiliarem os agricultores familiares no desenvolvimento das atividades agrícolas. O uso desses insumos está voltado, predominantemente, para o manejo da terra e cultivos agrícolas, especialmente, a produção de milho diante da demanda no território por silo e rolão, rações à base de milho utilizadas na dieta nutricional dos bovinos, conforme reportado no subitem 3.4.

Tabela 9 – Porto da Folha/SE, Uso de Insumos e Técnicas Agrícolas, 2015-2016

Insumos e Técnicas	Número	%
Arado mecânico	67	95,71
Semeadeira manual	60	85,71
Ceifadeira ou motor de forragem	58	82,86
Milho convencional	52	74,29
Pulverizador manual	49	70
Inseticidas	49	70
Herbicidas	47	67,14
Adubo natural	29	41,43
Adubo químico	26	37,14
Semeadeira mecânica	25	35,71
Orientação técnica agropecuária	25	35,71
Milho transgênico	24	34,29
Adubadeira mecânica	22	31,43
Pulverizador mecânico	6	8,57
Ordenhadeira mecânica	4	5,71
Roçadeira mecânica	3	4,29

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Levando-se em consideração os maquinários agrícolas, sobressai nas unidades de produção o uso do arado mecânico (95,71%), da semeadeira manual (85,71%) e da ceifadeira de forragem (82,86%). Relevante número de agricultores utiliza ainda a semeadeira (35,71%) e a adubadeira mecânica (31,43%), enquanto um pequeno número emprega pulverizadores (8,57%) e roçadeiras mecânicas (4,29%). Nas fotos 14, 15, 16 e 17 estão ilustrados os principais maquinários utilizados nas diferentes etapas para o cultivo do milho.

Foto 14 – Arado mecânico, comunidade Chumbinho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 15 – Semeadura com máquina manual, setor do Riacho do Salitre



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

**Foto 16 – Semeadura mecânica,
comunidade Lagoinha**



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

**Foto 17 – Ceifadeira de forragem,
comunidade Campinas**



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

As transformações inerentes à expansão de tecnologias agropecuária modificaram a dinâmica socioeconômica das relações produtivas e de trabalho. Em decorrência dessa configuração emerge um novo personagem no espaço rural do município: a figura do tratorista, responsável pelo manejo da terra e cultivo dos gêneros agrícolas. Esses indivíduos, quando não são agricultores, descendem de famílias que desempenham atividades agrícolas. Graziano da Silva (1999a, p.110, grifos do autor) considera que

Parte significativa dos trabalhadores temporários da agricultura brasileira não é constituída por proletários rurais “puros”, mas por “semiproletários”, ou seja, pequenos produtores que, em face da insuficiência dos meios de produção, são obrigados a vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos agropecuários.

Se em um passado recente predominava a demanda por trabalhadores “alugados⁴” no manejo da terra, atualmente prevalece a busca pelo trabalho especializado, que no contexto reportado materializa-se na figura do tratorista. A emergência desse novo sujeito decorre da modernização do campo e da demanda por trabalhadores rurais especializados.

O tratorista consiste em um profissional contratado por médios e grandes produtores rurais, que têm os maquinários e realizam o aluguel (entre R\$ 110,00 e R\$ 150,00 por hora) para pequenos agricultores, os quais, predominantemente, não possuem as máquinas. Foram identificados ainda, agricultores que obtiveram acesso ao serviço através de associações, que adquiriram os maquinários a partir de projetos financiados por políticas públicas.

⁴ Trabalhador rural ou boia-fria contratado informalmente por médios e grandes proprietários de terra.

Os relatos a seguir demonstram as percepções dos agricultores acerca das transformações recentes no espaço rural do município, especialmente no tocante à mudança de papéis entre trabalhador rural e tratorista.

Trabalhador num tem não, às vezes, de vez em quando, eu arranjo um para fazer uma diariazinha, ajeitar uma coisinha, mas, contratar, num contrato não, num tem como. Quando aparece os tratoristas sempre eu ajeito um pra fazer umas três horas, pra arar a terrinha, pra fazer a ração. Rapaz, é o seguinte, antes quando eu plantava o meu feijão, quando era pra xaxar o feijão, como a gente chamava, aí eu mandava: arranja duas trabalhadeira, arranje ali cinco... Chegava oito, dez... Mas hoje num arruma uma! É difícil... Com o trator o povo tá deixando o trabalhador rural. O trabalho do trator é muito melhor e é mais rápido e faz mais (JB, comunidade Niterói, 2015).

Hoje em dia a mão de obra do trabalhador tá mais caro, do que mesmo próprio da máquina. Sinceramente, você vai procurar um trabalhador é R\$ 50,00 a diária. É aquela história, bem devagar e a máquina não, você contrata uma máquina pra trabalhar uma hora por R\$ 130,00, R\$ 120,00 ou R\$ 150,00, no caso, mais você vê o serviço andar, no caso, e sendo pra você vencer com a mão de obra nessa época com a mão do trabalhador, tá difícil. Porque tá difícil? Num sei por que explicar isso. É como se o povo se habituaram mais com as máquinas e o campo tá mais faltado de trabalhador, por que na minha época, eu trabalhei muito alugado, o trabalhador se procurava e não encontrava e hoje as máquinas é assim, batendo na sua porta, procurando, batendo na sua porta, vamos fazer o seu, vamos fazer o seu... Então fica melhor você arrumar um tratorista, do que arrumar um trabalhador. Nesse instante eu tava discutindo um assunto, eu tenho uma roça aí pra cortar, pra fazer o silo, mas já tô procurando a máquina, porque se botar o trabalhador vai ficar muito mais caro e a máquina quando for duas horas, três horas faz o serviço todinho, o que eu vou fazer dentro de uma semana com três, quatro homens (MC, comunidade Pitombeira, 2015).

Os agricultores concordam que existe a redução dos custos e do tempo de trabalho quando as atividades agrícolas são realizadas com o auxílio de maquinários. Observa-se ainda uma nova divisão social do trabalho, marcada pela diminuta intervenção do agricultor proprietário de terras ou do trabalhador “alugado” nas atividades agrícolas, que outrora, com o auxílio de suas ferramentas artesanais (enxada manual, foice, machado, arado por tração animal, dentre outras), controlava todo o processo produtivo.

A face perversa desse processo consiste na formação de um tecido social de desempregados rurais, que atinge os trabalhadores sem terra e os pequenos agricultores que não conseguem manter-se ante à insuficiência dos seus meios de produção. Por sua vez, considera-se pertinente no território do Sertão sergipano a formulação da política de reforma agrária, que mesmo não absorvendo todos os trabalhadores rurais sem terra, contribuiu para a

redução do desemprego, da pobreza e do êxodo rural. Vale ressaltar ainda, a relevância das políticas de redistribuição de renda e as aposentadorias rurais na composição do rendimento econômico desses indivíduos. No tocante a essas políticas, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005, p.75) já haviam ressaltado que “a agricultura familiar é parcialmente sustentada pelo ingresso de aposentadorias e bolsas-família na economia local”, as quais contribuem na redução do quantitativo de famílias pobres no campo.

As transformações produtivas nas unidades agrícolas familiares também são observadas no tocante ao uso intensivo de agroquímicos (Tabela 9). Foi constatado o emprego de pulverizador manual de agrotóxicos em 70% dos estabelecimentos, 70% utilizam ainda inseticidas, e 67,14%, herbicidas. Referente ao uso de adubo, predominam os fertilizantes naturais, presentes em 41,43% das unidades de produção, principalmente o esterco bovino, enquanto 37,14% dos entrevistados fazem uso de adubos químicos.

Esse modelo produtivo está baseado nos princípios da Revolução Verde, que na concepção de Matos e Pessôa (2011) expõe a dependência entre agricultura e indústria. Para o produtor rural, esse contexto encontra-se travestido na artificialização do processo produtivo, a partir da adesão de insumos, como máquinas, adubos químicos e agrotóxicos, em detrimento dos insumos naturais, como adubos de origem animal e pesticidas naturais.

Deve-se atenuar que a expansão desses recursos no campo tem sido alvo de críticas em diferentes segmentos científicos, políticos, e da sociedade civil. É crescente a preocupação com relação aos problemas gerados pelo uso intensivo desses insumos, destacando-se os impactos ambientais, os problemas provocados pelo consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos e a intoxicação de pessoas que possuem contato com essas substâncias.

Dentre os agrotóxicos aplicados pelos entrevistados nas atividades agropecuárias, sobressaem os herbicidas (*Tordon*, *Glifosato*, *Atrazina* e *DMA*) empregados no controle de ervas daninhas, sobretudo, nas pastagens e nos cultivos de milho e palma, e os inseticidas (*Cypermil*, *Colosso* e *Barrage*) utilizados no tratamento contra parasitas nos bovinos e no combate de lagartas no cultivo de milho (Quadro 5).

Quadro 5 – Porto da Folha/SE, Principais Agrotóxicos Utilizados nas Culturas Agropecuárias, 2015-2016

Agrotóxicos	Culturas Indicadas (Bula)	Uso em Culturas do Município
<i>Tordon</i>	Utilizado no controle de ervas daninhas na pós-emergência da cultura do arroz e no combate de dicotiledôneas indesejáveis de porte arbóreo, arbustivo e subarbustivo em pastagens. Indicado também na erradicação de touças de eucalipto na reforma de áreas florestais	Antes do plantio de pastagens Antes do cultivo do milho
<i>Glifosato</i>	Indicado para o controle de mono e dicotiledôneas indesejáveis na pós-emergência das culturas do café, cacau, citros, cana-de-açúcar, uva, pêra, maçã, ameixa, pêssego, nectarina, banana e seringueira. Utilizado também no pré-plantio da cultura e na pós-emergência das ervas indesejáveis nos cultivos de arroz, soja, milho e trigo. É indicado ainda na renovação e na manutenção de pastagens, na erradicação de vegetação no pré-plantio das culturas de Pinus e Eucalipto e na rebrota do Eucalipto para renovação de área de plantio	Antes e após o plantio da palma e do milho Antes do plantio do feijão
<i>Atrazina</i>	Utilizado no controle de ervas daninhas na pré-emergência e na pós-emergência das culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo	Antes e após o plantio de milho
<i>DMA</i>	Aplicado no controle de plantas indesejáveis na pré-emergência da cultura da soja, na pós-emergência das culturas do trigo, milho, arroz, pastagens e na pré e pós-emergência da cana-de-açúcar	Após o plantio do milho
<i>Cypermil</i>	Destinado ao combate dos ectoparasitas dos bovinos, como carrapato (<i>Boophilus microplus</i>), bernês (larva da <i>Dermatobia hominis</i>), mosca-do-chifre (<i>Haematobia irritans</i>), piolho, mosca dos estábulos (<i>Stomoxys calcitrans</i>) e mosca doméstica (<i>Musca domestica</i>). Uso exclusivo em pulverização	Bovinocultura Combate de lagartas após o plantio do milho
<i>Colosso</i>	É indicado para o tratamento contra carrapatos (<i>Rhipicephalus [Boophilus] microplus</i>), mosca-do-chifre (<i>Haematobia irritans</i>) e bernês (larva da <i>Dermatobia hominis</i>) em bovinos. Pode ser utilizado em pulverizações ou em banho de imersão	Bovinocultura Combate de lagartas após o plantio do milho
<i>Barrage</i>	Utilizado no controle de todas as espécies de carrapatos e mosca-do-chifre (<i>Haematobia irritans</i>). Utilizado em banho de imersão ou em pulverização manuais ou motorizados.	Bovinocultura Combate de lagartas após o plantio do milho

Fonte: Bulas dos Principais Agrotóxicos Utilizados no Brasil, 2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A aplicação dos pesticidas não necessariamente é condizente com as indicações dispostas na bula dos agrotóxicos. Dentre os herbicidas, o *Tordon*, destinado para o controle de plantas indesejáveis nas pastagens e culturas do arroz e do eucalipto, é adaptado para o pré-plantio do milho. Enquanto isso, o *Glifosato* é utilizado antes do plantio do feijão e na pré e pós-emergência de ervas daninhas no cultivo da palma, culturas não prescritas nas recomendações do agroquímico. No tocante aos inseticidas, o *Cypermil*, o *Colosso* e o *Barrage* são indicados no tratamento de parasitas (carrapatos e mosca) que acometem os bovinos, mas, também são aproveitados no controle de lagartas nas lavouras do milho.

O aperfeiçoamento dos agrotóxicos na produção dos gêneros agrícolas, de modo geral, não procede de orientações de profissionais de extensão rural, mas de adaptações realizadas pelos próprios agricultores ou recomendações de comerciantes de insumos agrícolas. A insegurança no processo produtivo é intensificada devido ao manuseio inadequado dos pesticidas, não raro realizada de forma intensiva e sem o uso dos EPIs: máscara protetora, óculos, macacão, luvas, chapéu e botas impermeáveis. Em decorrência da precariedade na manipulação dos agrotóxicos, nota-se o comprometimento da saúde e da integridade física dos agricultores e das famílias rurais, que direta ou indiretamente, estão sujeitas aos efeitos danosos dos defensivos. Verificam-se ainda excessivos danos aos recursos naturais, como a degradação dos solos, perda de espécies vegetais e animais, poluição do ar e dos cursos fluviais.

Inerente ao processo de modernização da agricultura, também é notório os incentivos bancários destinados à agricultura familiar para o cultivo de milho a partir de sementes transgênicas. Embora na tabela 9 verifique-se o predomínio do uso do milho convencional nas lavouras (74,29% dos estabelecimentos), o emprego do milho transgênico já é realizado por 34,29% dos agricultores. A produção do milho geneticamente modificado é acompanhada por um pacote tecnológico de insumos agrícolas: agrotóxicos, fertilizantes químicos e corretivos, cujos danos aos recursos naturais podem ser irreversíveis.

Até meados da década de 1990, a produção agrícola do município estava, predominantemente, estruturada na policultura consorciada, cujos principais produtos da lavoura, milho e feijão, eram cultivados no período das chuvas (março a julho), juntamente com outros gêneros agrícolas inseridos na dieta alimentar do sertanejo: maxixe, quiabo, melão, melancia, abóbora, mandioca e fava. Eram períodos de “grandeza” em que, “caso a chuva viesse, a mesa era farta”. O lavrador ciente da possível ocorrência da estiagem reservava parte do alimento, sobretudo o milho e o feijão, a ser consumido durante todo o ano. Sempre esperançoso e preparado para a ocorrência de chuvas, selecionava e resguardava as

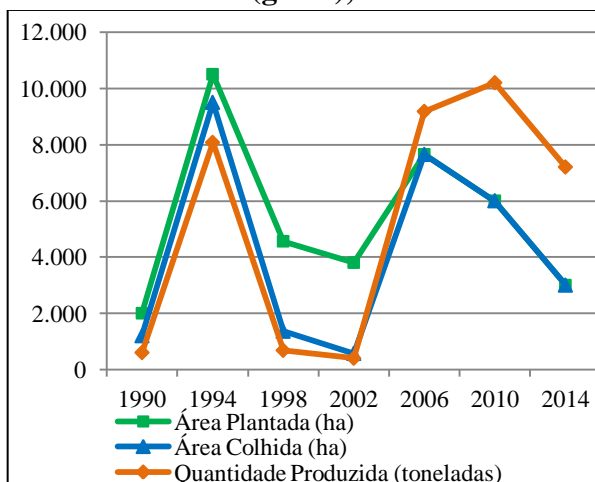
melhores sementes a serem cultivadas na próxima colheita. A organização produtiva e a diversidade alimentícia do sertanejo, que lhe permitia usufruir de períodos de fartura, bem como resistir aos efeitos calamitosos da seca, foram retratados por Castro (1984, p.176)

Do milho associado a outros produtos regionais, em combinação as mais das vezes felizes, permitindo que, fora das quadras dolorosas das secas, viva esta gente em perfeito equilíbrio alimentar, num estado de nutrição bastante satisfatório, e que nas épocas de calamidade possua energia e vigor suficientes para sobreviver ao flagelo, evitando o despovoamento da região.

A análise realizada por Castro (1984) desmistifica a percepção do Sertão nordestino como uma região suscetível à extrema pobreza e ao déficit nutricional como consequência da escassez de alimentos. Assim como se verifica atualmente, caso não fossem os efeitos da seca e da deficiente política de recursos hídricos, que desorganiza a economia primária da região, condiciona a escassez da água e demais recursos naturais, dizima o gado e as lavouras e torna o sertanejo desprovido dos seus meios de produção, o Sertão não seria configurado como uma região sujeita à ocorrência da fome.

Os efeitos da seca ainda são recorrentes, mas foram amenizados com a efetivação de políticas emergenciais. Entretanto, outra problemática tem atingido os segmentos da agricultura familiar: a sua integração à lógica de produção pautada no monocultivo do milho (Gráfico 5). Esse processo contribuiu nos últimos anos para a diminuição da diversidade dos cultivos, refletidos na redução das áreas plantadas e na quantidade produzida do feijão, da fava e da mandioca (Gráficos 6, 7 e 8).

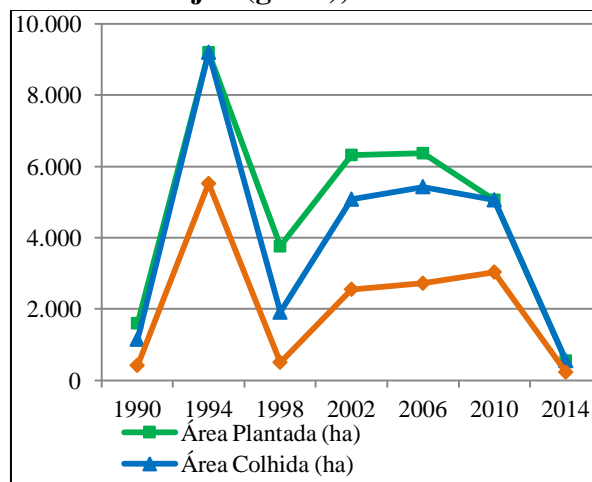
Gráfico 5 – Porto da Folha/SE, Produção de Milho (grãos), 1990-2014



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990-2014.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

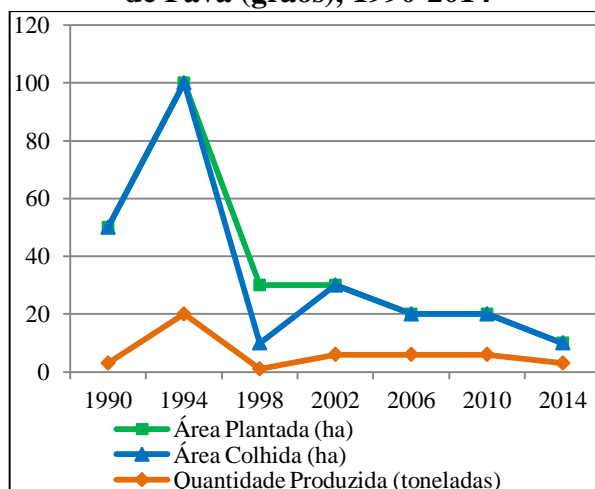
Gráfico 6 – Porto da Folha/SE, Produção de Feijão (grãos), 1990-2014



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990-2014.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

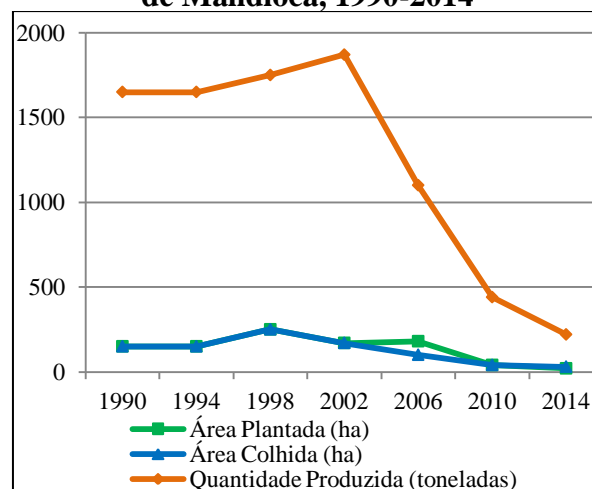
Gráfico 7 – Porto da Folha/SE, Produção de Fava (grãos), 1990-2014



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990-2014.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Gráfico 8 – Porto da Folha/SE, Produção de Mandioca, 1990-2014



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990-2014.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A queda significativa na produção do milho no ano de 1998 resultou da ocorrência de prolongadas estiagens. Entretanto, no ano de 2006 a atividade retoma o crescimento e desponta como principal atividade agrícola. Em contrapartida, os outros cultivos apresentaram uma tendência de declínio na produção. Em 2014 constata-se novamente a redução da área plantada e colhida do milho devido à ocorrência de períodos longínquos de estiagens que se prolongavam desde 2010. Mesmo assim, a quantidade produzida do gênero agrícola permaneceu relevante. Essa conjuntura deve-se à adesão de procedimentos tecnológicos agrícolas com vistas à elevação da produtividade, destacando-se o uso de agroquímicos e a inserção das sementes geneticamente modificadas.

O processo de transgenização da produção do milho, a quimificação das atividades agrícolas e a redução da policultura consorciada contribuíram para a diminuição dos bancos de sementes crioulas, tornando os agricultores dependentes das multinacionais produtoras das sementes e sujeitos às crises e oscilações do mercado. A respeito dessas mudanças, Menezes (2013) enfatiza a força dos conglomerados industriais na transformação das práticas alimentares, bem como no modo de produção, armazenamento e seleção das sementes, banindo das comunidades tradicionais produtos enraizados no território.

Seja na cidade ou campo, entre trabalhadores liberais ou agricultores, é perceptível a modificação dos hábitos alimentares em decorrência da adesão na produção agrícola de insumos artificiais e do fomento ao monocultivo. Matos e Pessoa (2011) enfatizam que a população tem aderido a uma alimentação mais artificial, ao enfatizarem que os alimentos *in natura* foram significativamente substituídos por produtos procedentes de agroindústrias, não

raro alheios à cultura alimentícia dos brasileiros, como os derivados da soja (óleo e margarina), que substituem a gordura animal, e do trigo, cuja farinha agora é inserida em diversas receitas de bolos e iguarias caseiras.

Conforme Carvalho (2003), a multiculturalidade alimentar, a periodicidade da produção, a qualidade dos alimentos e os saberes/fazerem na produção e preparo dos alimentos interiorizados no território pelas diferentes gerações, bem como, a manutenção da sociedade autônoma, estão ameaçadas por uma lógica de produção capitalista atrelada ao lucro, que tem transformado as sementes e os alimentos – bens materiais e simbólicos – em mercadorias controladas por grandes corporações multinacionais privadas.

Contudo, é preciso atenuar que a modificação do processo produtivo agroalimentar não resulta, exclusivamente, de uma escolha particularizada dos agricultores familiares. As transformações das relações produtivas e de trabalho se devem, especialmente, à ineficiência dos órgãos de assistência e extensão rural, cujas intervenções nos estabelecimentos agropecuários são diminutas (observar Tabela 9), e, quando existem, propagam a lógica pautada na modernização das práticas agropecuárias e no produtivismo. Somado a isso, verifica-se a desarticulação dos agricultores com as lideranças sindicais, associativas e dos movimentos sociais no tratamento da problemática. A tabela 10 apresenta um panorama da organização sociopolítica dos agricultores familiares.

Tabela 10 – Porto da Folha/SE, Integração dos Agricultores Familiares a Instituições Coletivas, 2015-2016

Instituições	Número	%
Sindicato	32	45,71
Associação	26	37,14
Não integração a instituição coletiva	26	37,14
Movimento Social (MST)	4	5,71

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Os sindicatos rurais possuem a maior adesão dos agricultores (45,71% dos entrevistados). Todavia, atualmente a intervenção dessa instituição resume-se à orientação dos trabalhadores rurais para a obtenção de aposentadorias e assistência médica e odontológica. Essa atuação distingue-se daquela apresentada entre o final da década de 1970 até meados da década de 1990, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto da Folha desenvolveu um papel fundamental na organização e defesa dos direitos sociais dos agricultores.

Ainda no tocante à integração dos entrevistados às instituições coletivas, observa-se que 37,14% participam de associações de produtores rurais, 37,14% não estão inseridos em

nenhuma instituição e 5,71% estão vinculados ao MST. Nos últimos anos políticas públicas de fomento à modernização das atividades agrícolas estiveram acessíveis aos agricultores por intermédio dessas instituições. Por sua vez, preocupa o fato de predominar entre os associados e segmentos do movimento o uso intensivo de insumos agrícolas ancorados no pacote tecnológico da Revolução Verde, criticado por contribuir para a insegurança na produção de alimentos saudáveis, bem como por sua inviabilidade social, tendência ao esgotamento econômico e ameaça à preservação dos recursos naturais.

Todavia, apesar do contexto verificado, o trabalho de conscientização, juntamente com os agricultores familiares, bem como o incentivo às práticas alternativas de produção, que levem em consideração os saberes desses atores sociais e a convivência harmônica com os elementos da natureza, são propostas que podem reverter ou amenizar os problemas identificados.

Contrapondo ao discurso da quimificação e transgenização do processo produtivo, foram identificadas experiências realizadas em assentamentos rurais, na comunidade quilombola Mocambo e na Associação das Mulheres do povoado Lagoa da Volta (Fotos 18 e 19), fundamentadas no trabalho coletivo, na difusão de saberes na convivência com o semiárido e na propagação do paradigma da agroecologia.

Foto 18 – Horta agroecológica, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 19 – Mudas de árvores para reflorestamento, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Na Associação de Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, na comunidade quilombola Mocambo e nos assentamentos José Unaldo de Oliveira (Setor da Fazenda Júlia), Paulo Freire (setor da comunidade Esperança) e Nossa Senhora da Conceição (setor da comunidade Ilha do Ouro), foram identificadas experiências de atividades agrícolas pautadas no paradigma da agroecologia.

Altieri (2004) assinala que a produção agroecológica tem como foco o manejo de ecossistemas cultiváveis, a partir de mecanismos que assegurem a preservação dos recursos naturais, sejam culturalmente sensíveis aos saberes dos agricultores e possibilitem a reprodução socioeconômica dos produtores. Esse modelo garante à agricultura familiar vantagem comparativa quando relacionada à agricultura empresarial. Pautado em uma perspectiva bioecossistêmica e de diversidade produtiva, a agroecologia não se adequaria ao modelo produtivo do agronegócio ancorado no esgotante uso dos recursos naturais e na busca constante pela produtividade e pelo lucro.

Os produtores agroecológicos identificados realizam os cultivos diversificados com predomínio de frutas, verduras, hortaliças e legumes. Constatou-se ainda entre os assentados a produção de origem animal de leite, queijo coalho, galinha e ovos de capoeira. A feira-livre, realizada semanalmente na segunda-feira na sede do município, consiste a principal alternativa de mercado desses agricultores. A chamada feira da agricultura familiar, apoiada por instituições como a Emdagro e o MST, referencia-se entre os consumidores pelo compromisso na comercialização de alimentos saudáveis e ecologicamente corretos.

A criação da Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta foi incentivada por religiosas que desempenhavam papéis sociais no combate a pobreza, na organização das mulheres e na preservação do meio ambiente. Atualmente a associação tem sede e uma área de terra equivalente a 0,5 ha. A instituição possui o apoio e incentivo de ONGs e diversos órgãos públicos como Fetase, Pronese, Sedes, CDJBC e PDHC.

As mulheres associadas, num total de 27, ostentam como resultado do seu trabalho a garantia da segurança alimentar das suas famílias. O excedente dos produtos é comercializado diretamente aos consumidores das comunidades local e circunvizinhas. Além do cultivo de hortaliças, verduras e legumes, a associação desenvolve as atividades de produção de mel e de doces (balas de banana e geleia) elaborados a partir de uma cozinha semi-industrial. Com a finalidade de preservar a cultura e a diversidade agrícola do território, as integrantes realizam a seleção e construção de um banco de sementes. No tocante ao trabalho ambiental, desenvolvem junto com jovens a produção de mudas de árvores para reflorestamento (Foto 19).

Os relatos a seguir apresentam as experiências vivenciadas por agricultores(as) que adotaram métodos fundamentados na agroecologia. Nos depoimentos das mulheres e homens, sobressaem discursos que tratam da importância do modelo produtivo na garantia da agricultura saudável para quem cultiva a terra e para quem consome os alimentos. Verifica-se

ainda a satisfação dos produtores em desempenharem atividades que os possibilitam autonomia.

Muito embora meus pais nunca usaram veneno, mas, se não fosse essa associação talvez eu tava comendo de veneno, que hoje eu não quero, não quero, tem veneno eu não quero, a gente procura ser consciente e conscientizar os outros também. Quantas pessoas aqui na Lagoa da Volta só compra coentro do nosso? Quando falta o nosso já fica preocupada, tem uma menina aqui, Raquel, ela diz: mais Netinha é incrível, vocês podem se gavar mesmo, porque o coentro produzido por vocês passam 15 dias perfeito, comprei coentro aqui, vocês não tinham, aí eu comprei o coentro aqui, dois dias tava pobre. Isso é verdade mesmo. Plantar, conscientizando o povo, né? A gente fica explicando ao povo: gente cuidado com os agrotóxicos, porque ele mata, isso mata! (MS, Associação das Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, 2015).

Rapaz, a melhor coisa do mundo se chama autonomia, você dominar seu próprio minuto, você ser dono do seu próprio nariz, a única coisa que me prende é meus clientes, nada mais. Qualquer trabalho de carteira assinada, pra mim ainda perde para minha atividade, porque eu me sinto bem, é uma terapia pra mim. Quando a gente fala no alugado chega dá uma dor no coração, é o derradeiro ramo que existe, pra mim isso é a verdadeira escravidão, você trabalhar alugado, por que não se tem trabalho hoje porque as máquinas tomou de conta e quanto você acha é bem massacrante, sabe? Eu dependo disso fio de Deus, se acabar aqui torou minhas pernas, aí eu vou ter que voltar a se humilhar pra uma empresa, porque minha renda tá aqui, porque aqui eu vendo meu queijinho, vendo aqui que nem você viu, aí já acabou. E eu tenho meus porco lá, que é meu cofre pra o fim do ano e se acabar o queijo eu vou vender o leite por 0,82 centavos. (LS, Assentamento Paulo Freire, 2015).

O “novo rural” que configura o município apresenta interfaces que se traduzem em diferentes discursos propagados acerca da dinâmica do mundo rural. Se por um lado verifica-se a emergência de segmentos que atentam para a importância da agricultura que assegure a preservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, a manutenção dos saberes tradicionais e a autonomia dos atores envolvidos na atividade, em contrapartida, constata-se a agropecuária (familiar) tendenciosa à modernização da cadeia produtiva que se assemelha ao paradigma difundido pela Revolução Verde.

Levando-se em consideração o modelo econômico vigente, a modernização da cadeia produtiva do leite e, conseqüentemente, do milho, foi fundamental na elevação de renda dos produtores. As comunidades rurais que apresentam maior dinamismo social e econômico estão situadas em territórios cuja agricultura familiar apresentou maior nível de especialização da base tecnológica produtiva. Questiona-se, por sua vez, até quando resistirá esse modelo

diante da exploração sem precedentes dos recursos naturais e das inconstantes crises e oscilações do mercado.

Defende-se neste estudo um modelo de modernização, que conforme pressupostos defendidos por Carneiro (1998), Moreira (2003), Altieri (2004), Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), Marafon (2011a) e Saquet (2014), valorizem a autonomia e a manutenção dos bens naturais e culturais dos agricultores.

Nessa abordagem, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) mencionam a importância do reconhecimento da multifuncionalidade e da pluriatividade da agricultura familiar e o estímulo nas atividades do consumo de poucos insumos, mas que se mobilize intensamente o trabalho com a finalidade de elevar o emprego rural e assegurar a manutenção do tecido social no campo. É pertinente ainda garantir a segurança alimentar da população rural, incentivar circuitos econômicos locais e regionais e a modernização socialmente mais justa e pautada na eficácia da gestão dos recursos naturais.

Essas medidas devem ser estimuladas por políticas públicas que assegurem o desenvolvimento qualitativo das unidades de produção familiar. Na próxima seção, será enfatizada a importância das políticas governamentais nas transformações em transcurso no espaço rural do município, além dos entraves que a má gestão dessas ações desencadeia na garantia à seguridade social e econômica dos agricultores familiares.

**4 VITALIDADE SOCIAL: o fortalecimento da
agricultura familiar é indicativo de desenvolvimento
rural?**

4. VITALIDADE SOCIAL: o fortalecimento da agricultura familiar é indicativo de desenvolvimento rural?

4.1 Infraestrutura produtiva, domiciliar e informativa: a influência das políticas públicas no dinamismo socioeconômico

Ao analisar a configuração social e econômica de mesorregiões do Nordeste brasileiro, Wanderley (2001; 2002), retrata que nessa região a dinâmica do espaço rural depende, principalmente, do desempenho e das condições de funcionamento da agricultura.

Apesar da permanência da exclusão social entre segmentos da agricultura familiar no Brasil, em decorrência da desigualdade de investimentos políticos e econômicos, que colocam em lados opostos as unidades de produção familiar e o empresariado rural (agronegócio e latifundiários), deve-se enfatizar que a inserção dessa categoria na agenda política e econômica do país, especialmente na última década, possibilitou que a população residente no campo – agricultores ou não – ensaiasse processos de desenvolvimento econômico e social. Trata-se de mudanças que podem ser constatadas em diferentes territórios das regiões do Brasil, do Nordeste e, mais especificamente, de Sergipe.

As modificações na base tecnológica das atividades agrícolas, independentemente do modelo produtivo adotado pelo agricultor familiar, não seria possível sem as políticas públicas de acesso ao crédito agrícola. Carneiro (1997) assinala que, relegada há décadas ou mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar sobreviveu a um longo período de incertezas diante da competição desvantajosa e da orientação de recursos em favor da grande produção e da grande propriedade, setores privilegiados na modernização da agricultura brasileira. Todavia, Grisa e Schneider (2015) destacam que a partir da redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988, são ampliadas as discussões em torno da necessidade de políticas de seguridade social e econômica para as unidades de produção familiar, debate que, posteriormente, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado como categoria social e política.

O reconhecimento conferido a agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussões no cenário nacional e internacional. (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.20).

Essa medida, junto às políticas firmadas a partir do final da década de 1990 e que se fortalece no decorrer dos dois mandatos do governo Lula (2003-2010) e, mais recentemente, no mandato do governo Dilma (2011-2016), coloca em discussão no cenário nacional a imagem construída historicamente sobre a unidade de produção familiar formada por “pequenos agricultores” e estereotipada no discurso da fragilidade e da pobreza do rural brasileiro.

Os estudos realizados por Grisa, Schneider e colaboradores (2015) apresentam os resultados das políticas públicas no Brasil, voltadas para o espaço rural. Contudo, neste trabalho elencamos políticas e ações que, conforme constatado nas pesquisas de campo, foram fundamentais na definição das novas ruralidades: Pronaf, Programa Garantia Safra, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica e o PNHR.

Durante as pesquisas de campo, 62,86% dos entrevistados mencionaram que já aderiram a crédito agrícola através de políticas públicas, destacando o Pronaf. Os principais agentes financeiros foram o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil.

Os recursos obtidos foram empregados, predominantemente, no desenvolvimento das atividades agropecuárias, aquisição de insumos agrícolas e manutenção do estabelecimento rural. Na tabela 11 é apresentado o número de contratos do Pronaf realizados no município e o valor total dos financiamentos nos períodos entressafras de 1999 a 2015.

Tabela 11 – Porto da Folha/SE, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 1999-2015

Safra	Quantidade de contratos	Valor (R\$)
1999-2000	1.258	1.009.800
2000-2001	2.508	1.773.525
2001-2002	2.705	2.308.843
2002-2003	3.253	3.666.322
2003-2004	4.011	4.549.123
2004-2005	6.628	8.301.471
2005-2006	7.533	9.133.418
2006-2007	5.418	6.373.300
2007-2008	2.467	3.662.728
2008-2009	2.216	5.260.822
2009-2010	2.190	6.429.776
2010-2011	1.655	5.828.659
2011-2012	1.710	6.389.326
2012-2013	2.729	10.068.108
2013-2014	2.024	8.586.579
2014-2015	2.022	9.726.303

Fonte: Bacen/Derop/Sicor, 1999-2015.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Conforme ilustrado, o número de contratos foram maiores nas entressafras de 2004-2005 (6.628) e 2005-2006 (7.533), apresentando, respectivamente, o financiamento de R\$ 8.301.471 e R\$ 9.133.418. Entre as safras de 2006-2007 e 2010-2011, há um decréscimo no número de contratos, que retoma um tímido crescimento entre 2011-2012 e 2012-2013, quando novamente decresce entre 2013-2014 e 2014-2015. Entretanto, levando-se em consideração os valores de financiamento, verifica-se que esses foram proporcionalmente maiores entre 2012-2013 e 2014-2015, quando comparado à quantidade de contratos.

Conforme informações coletadas junto aos agricultores e em relatórios disponíveis por instituições financiadoras, como o Banco do Nordeste do Brasil, a principal causa no decréscimo do número de contratos é a ocorrência de casos de inadimplência entre os produtores rurais resultantes de problemas no encaminhamento institucional das ações e na concepção dos projetos. Dentre os principais fatores que dificultam o emprego eficiente do crédito destacam-se: deficiências na aptidão das atividades, uso político do programa, inexistência de capacitação dos produtores, ausência de assistência técnica, fragilidade da cultura do associativismo, uso inadequado de tecnologias, dificuldades na comercialização da produção e adversidades climáticas.

Apesar dos impasses na implementação da política, a criação do Pronaf em 1995 representou uma mudança na orientação do governo acerca da agricultura brasileira (CARNEIRO, 1997). Conforme ressaltado por Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), o programa insere-se nas ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Rural (atualmente MDA), criado em meados da década de 1990 e que em contraposição ao MAPA – cujas ações são direcionadas ao setor empresarial e à maximização do agronegócio – fundamenta a política dual do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A partir de políticas desenvolvidas nos governos Lula e Dilma, o programa foi ampliado e adaptado à diversidade da agricultura familiar brasileira, possuindo linhas de crédito que variam de acordo com a condição econômica dos agricultores, a forma de acesso à terra, as atividades desenvolvidas, a relação de gênero, a formação étnico-cultural do grupo e a faixa-etária dos produtores.

Dentre as ações voltadas, especificamente, para o semiárido destaca-se ainda o Programa Garantia Safra, que atende os agricultores familiares com renda familiar mensal igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo residentes na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do estado do Espírito Santo, área de atuação da SUDENE, majoritariamente inserida no polígono das secas. Conforme a Lei nº 12.766/2002, pode-se incluir no Garantia Safra os agricultores situados

fora da área de atuação da SUDENE, desde que sejam atendidos requisitos como a comprovação de que as unidades de produção estão em municípios sujeitos à perda de safra devido estiagens ou excesso hídrico.

Para Grisa e Schneider (2015), apesar de orientada para a agricultura familiar, a política possui um referencial focado em ações sociais e assistenciais, que visam reduzir a vulnerabilidade social dos agricultores familiares em decorrência da interferência dos excessos climáticos nas atividades produtivas. Para além da Garantia Safra, na tabela 12 estão elencadas as principais medidas de intervenção de convivência com o semiárido realizadas no município, que têm como base dados do último levantamento de 2014.

Tabela 12 – Porto da Folha/SE, Ações de Combate à Seca, 2014

Medidas de Intervenção	Número
Garantia Safra (nº de benefícios)	4.966
Bolsa Estiagem (nº de bolsas)	2.007
Cisternas	953
Carros-pipa em operação (Governo Federal)	19
Carros-pipa em operação (Governo Estadual)	1

Fonte: Observatório da Seca, 2014.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Do Programa Garantia Safra foram concedidos 4.966 benefícios aos agricultores familiares no ano de 2014. No tocante à Bolsa Estiagem, foram repassados 2.007 auxílios em remuneração no valor de R\$ 80,00 através do cartão de pagamento do Programa Bolsa Família ou do Cartão Cidadão. O benefício é concedido para os agricultores familiares que vivem em municípios em situação de emergência ou calamidade pública em decorrência do prolongamento de estiagens.

Referente à Operação Carro-pipa, os agricultores foram beneficiados com a contratação de 20 caminhões de transporte de água (19 do governo federal e um do governo estadual). A ação possui uma parceria entre o MI e o Exército Brasileiro. A operação é fundamental ante a escassez de água e a deficiência na infraestrutura hídrica de comunidades e estabelecimentos rurais. Entretanto, considera-se que a intervenção apresenta algumas problemáticas. Conforme reportado pelos agricultores, o número de carros-pipa é insuficiente quando comparado ao quantitativo de estabelecimentos, forçando os produtores a comprarem com recursos próprios o serviço de fornecimento de água ou submeterem ao assistencialismo engendrado por lideranças políticas locais.

Foram beneficiados pelo serviço de cisterna 953 agricultores, cujas instalações dos reservatórios captam a água da chuva por meio de um sistema de calhas e canos. As

intervenções em torno do acesso à água estão em consonância com o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, que, através do Decreto nº 7.535 de 26 de julho de 2011, instituiu as diretrizes do programa, que em seu Art. 1º determina a “universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2011).

Ancorada nas políticas públicas e nas experiências de convivência com o semiárido, foi identificada nos estabelecimentos rurais uma infraestrutura hídrica (Tabela 13) com a finalidade de reduzir os efeitos acometidos pela seca.

Tabela 13 – Porto da Folha/SE, Infraestrutura Hídrica do Estabelecimento, 2015-2016

Infraestrutura	Número	%
Água tratada canalizada	62	88,57
Barreiro ou Barragem	55	78,57
Cisterna	39	55,71
Irrigação	5	7,14

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Entre os estabelecimentos, 88,57% possuem acesso à água tratada canalizada servida pela DESO. No entanto, não raro as comunidades e unidades de produção familiar convivem com a falta do serviço devido à insuficiência e limitação do sistema de rede hídrica no atendimento aos domicílios e estabelecimentos situados no espaço rural. Contraria a população residente no campo saber que, mesmo residindo a poucos quilômetros do rio São Francisco, ainda convivem com a constante falta de água.

A irrigação é utilizada por apenas 7,14% dos entrevistados, cujos estabelecimentos estão localizados às margens do rio São Francisco. A técnica auxilia os produtores no cultivo de frutas, verduras, hortaliças e leguminosas.

O barreiro ou barragem é acessível a 78,57% das unidades de produção, e a técnica é empregada principalmente enquanto reserva para fornecimento de água destinada aos animais. O tanque, como é conhecido o barreiro, possui uma capacidade de volume menor quando comparado à barragem. Na ocorrência de chuvas torrenciais no verão, os agricultores realizam a limpeza das “chamas”, valetas de pequena profundidade que cortam as estradas vicinais de barro e os terrenos situados nas imediações dos barreiros e barragens. Esses canais estão ligados aos reservatórios e possibilitam um melhor aproveitamento da água da chuva.

As cisternas foram identificadas em 55,71% dos estabelecimentos pesquisados e, majoritariamente, foram construídas enquanto medida de intervenção pública de convivência

com o semiárido. Nesse contexto, vale ressaltar a importância da ASA no fomento a distribuição de cisternas junto aos agricultores familiares. Duque (2015) reporta que o uso dessas estruturas no armazenamento da água configura uma alternativa focalizada na experiência do saber popular, aprimorada a partir do diálogo com o conhecimento científico. A distribuição de cisternas consiste um modelo diferente de política pública adversa ao paradigma da “luta contra a seca”, recorrentemente materializada na construção de grandes reservatórios de água, não raro, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, bem como, em operações de carro-pipa, geradoras de dependência e alicerçadas no assistencialismo. Foram observadas três tipos de técnicas na estrutura dos reservatórios: as cisternas de calha (Foto 20), enxurrada (Foto 21) e calçadão (Foto 22).

Foto 20 – Cisterna de calha, comunidade São Domingos



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 21 – Cisterna de enxurrada, comunidade Campinas



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 22 – Cisterna calçadão, comunidade Pedro Leão



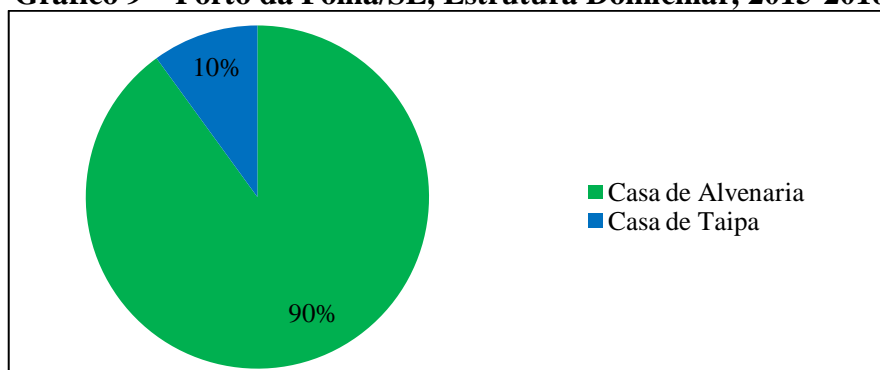
Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

A cisterna de calha é destinada sobretudo ao consumo doméstico, e a captação pluvial é realizada a partir da bica que recebe a água do telhado do estabelecimento, posteriormente, transportada para o reservatório através de canos de PVC. Na cisterna de enxurrada, apenas a estrutura superficial não é enterrada. A partir de canaletas de alvenaria, a água é conduzida para o reservatório também por meio de canos. A cisterna calçadão assemelha-se à de enxurrada, diferenciando-se desta pela construção de uma grande calçada de cimento que possibilita o escoamento e um melhor aproveitamento do recurso hídrico. A água armazenada nos dois últimos modelos é utilizada na produção de pequenas hortas e na criação de animais.

A construção das cisternas foi financiada, principalmente, pelos programas P1MC (Um Milhão de Cisternas Rurais) e do P1+2, articulados pela ASA. Conforme Duque (2015), as cisternas representam uma forma de emancipação das famílias em combinação com a participação social e a atuação do poder público frente ao encarceramento sociopolítico em torno do acesso à água. Trata-se ainda do principal modelo de atendimento à demanda hídrica familiar no semiárido nordestino.

As transformações do espaço rural são observadas também na estrutura domiciliar dos estabelecimentos rurais. A antiga casa de taipa, não raro rodeada de telheiro, é substituída, gradativamente, pela casa de alvenaria (Gráfico 9). Esse componente consiste um indicativo da melhoria da qualidade de vida no campo.

Gráfico 9 – Porto da Folha/SE, Estrutura Domiciliar, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Essas mudanças na paisagem do Sertão começaram a ser alteradas no final da década de 2000, quando o governo do estado, através da Seides, desenvolveu o Programa de Habitação Casa Nova, Vida Nova. O programa abrangia a modalidade de Erradicação de Habitações Subnormais, que incluía as casas de taipa. A medida possuía entre suas diretrizes a melhoria das condições de salubridade dos domiciliários e o combate à proliferação de pragas, principalmente o barbeiro, transmissor da Doença de Chagas.

Bolter, Schneider e Haas (2015) enfatizam que a Política de Habitação Rural no Brasil representa mudanças nos rumos e encaminhamentos tomados pelo Estado no tocante ao desenvolvimento e a inclusão social das famílias rurais. Mesmo já previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988 e em Leis Federais, até 2003, no país poucos recursos foram investidos pelo poder público em habitação rural. A partir de meados da década de 1990, a instituição de políticas de cunho produtivo/econômico, alicerçadas na ampliação do acesso ao crédito, viabilizou o fortalecimento de segmentos da agricultura familiar. Com isso, novas exigências, não necessariamente vinculadas à seguridade econômica foram incluídas nas pautas de reivindicações da categoria, pressionando o comprometimento do Estado com uma política de habitação para o campo, cuja efetivação ganha êxito com o PNHR.

Oliveira (2015) menciona que o PNHR consiste um subprograma do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida e se insere enquanto eixo do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. O principal objetivo da política é diminuir o déficit

habitacional do país, que, por sua vez, também se configura como uma problemática do campo. Para tanto, nos últimos anos a redução das casas de taipa e o crescimento de habitações de alvenaria devem-se às políticas governamentais que contribuíram no equacionamento do déficit habitacional rural.

A melhoria da estrutura socioeconômica das famílias também é observada no interior das residências com a aquisição de tecnologias e utensílios, até recentemente estranhos ao espaço rural. A tabela 14 apresenta os principais bens de uso doméstico disponíveis nos estabelecimentos. Dentre os dados informados, chama atenção o componente energia elétrica, acessível em quase todos os estabelecimentos rurais (98,57%). Esse número é resultado da efetivação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, do governo federal, fundamentado na Lei Nº 10.438 de 26 de abril de 2002, que dentre outras atribuições dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica. Inicialmente o programa visava prover, até o ano de 2010, o acesso à energia elétrica a toda população rural brasileira, diante de um contexto em que 80% dos habitantes residentes no espaço rural não possuíam acesso a essa fonte de energia. Por sua vez, o decreto Nº 7.520 de 8 de julho de 2011 ampliou as medidas do programa para o período de 2011 a 2014.

Tabela 14 – Porto da Folha/SE, Tecnologias Informativas e de Uso Doméstico, 2015-2016

Utensílios e Tecnologias	Número	%
Fogão a gás	70	100
Energia Elétrica	69	98,57
Geladeira	68	97,14
Liquidificador	66	94,29
Televisão	65	92,86
Parabólica	64	91,43
Celular	61	87,14
Rádio/Som	59	84,29
DVD	43	61,43
Ventilador	40	57,14
Fogão a lenha	37	52,86
Batedeira	32	45,71
<i>Internet</i>	22	31,43
Fogão a carvão	21	30
Máquina ou tanque de lavar	21	30
Micro-ondas	16	22,86
Computador	11	15,71
Cafeteira	8	11,43

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

No espaço rural do município, de fato, o programa foi efetivado satisfatoriamente. A antiga configuração do Sertão como um espaço isolado, cujo rádio à pilha ou à bateria configurava-se como o principal meio de comunicação e informação dos acontecimentos regionais, tem sido gradativamente substituída pela televisão, pelo telefone celular (coberturas *Vivo* e *Tim*) (Fotos 23 e 24) e, mais recentemente, pela *internet* (Tabela 14).

Foto 23 – Estabelecimento com antena parabólica, setor do Umbuzeiro do Matuto



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 24 – Uso de telefone celular pelo agricultor, comunidade Chumbinho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Atualmente, o homem do campo encontra-se conectado com o mundo em suas diferentes dimensões escalares, inclusive, estão atentos aos noticiários acerca da meteorologia e das oscilações dos valores dos produtos agropecuários no mercado. Com o celular ou a *internet*, efetuam a compra de insumos agrícolas e realizam a venda dos produtos e/ou matéria-prima produzida no estabelecimento.

Diante disso, Ianni (1997) afirma que além de um processo de mecanização e quimificação, o campo encontra-se diante de um processo de informatização, cujas tecnologias da comunicação interagem diretamente com as diversas atividades dos estabelecimentos, desde as relações interpessoais, até mesmo aquelas incorporadas na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

O aumento do poder de consumo da população rural, associado à expansão da política de acesso e uso da energia elétrica, possibilitou aos agricultores familiares a aquisição diversificada de eletrodomésticos, como foi retratado na tabela 14. Enquanto isso, verifica-se a redução do uso de técnicas e utensílios domésticos artesanais imbricados na cultura sertaneja. Com o uso da geladeira, diminuiu a antiga prática de salgar e secar a carne no sol; o fogão a lenha e a carvão cede espaço também para o fogão a gás utilizado em todos os estabelecimentos pesquisados; com o liquidificador são realizadas praticamente todas as

atividades de trituração de alimentos, como o milho para produção da canjica, e o arroz para a produção do manauê⁵. Em contrapartida, reduz-se o uso do ralo, do moinho e do antigo pilão.

As transformações no espaço rural associadas, especialmente, à elevação da renda da população e às políticas públicas destinadas à agricultura familiar fortaleceram o dinamismo de aglomerados rurais, sobretudo no tocante ao papel exercido por essas comunidades na composição social e econômica do campo.

4.2 Dinamismo social e econômico do espaço rural: a composição de um novo Sertão

As pesquisas efetivadas nas comunidades e estabelecimentos rurais, além das informações populacionais do município, retratadas na seção 3, refletem que viver no campo ainda tem sido uma escolha de diversos grupos sociais – 63,33% dos habitantes de Porto da Folha recenseados em 2010 pelo IBGE residiam no espaço rural. Entretanto, esse contexto presume algumas indagações: a fixação dessas famílias no campo reflete uma perspectiva de desenvolvimento social no espaço rural? Ou estariam elas sujeitadas a viverem no campo por não visualizarem outra alternativa de sobrevivência? De fato, é preciso ressaltar que o rural é heterogêneo e, para tanto, não apresenta uniformidade nos seus aspectos culturais, sociais e econômicos.

Santos e Andrade (1992) já haviam retratado em seus estudos sobre o comportamento demográfico em Sergipe que o crescimento da população rural em algumas áreas do estado apresentava especificidades no que diz respeito ao tipo de povoamento. Conforme os autores, “do disperso, partiu-se de forma cada vez mais acentuada, para um povoamento rural aglomerado” (SANTOS; ANDRADE, p.45). Essa realidade foi constatada em povoados rurais, vilas e pequenas cidades, que apresentaram crescimento considerável, mas, não desempenhavam o papel de áreas urbanas, haja vista que seu contingente populacional estava, predominantemente, vinculado ao desenvolvimento de atividades tipicamente rurais atreladas à agropecuária.

Fato semelhante é evidenciado no município de Porto da Folha com o crescimento de povoações no campo. Essas comunidades, contrariando a tendência de áreas rurais situadas em outros territórios do estado, apresentam relevante contingente populacional e número de domicílios. Conforme dados relativos ao censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, o

⁵ Bolo à base de arroz, leite de coco, leite bovino, cravo e açúcar.

município possui nove aglomerados rurais⁶ que totalizam 8.440 habitantes e 2.365 domicílios (Tabela 15). As localidades que mais contribuem para esse resultado são Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Rancho, Linda França e Ilha do Ouro, que representam 82,18% da população e 82,84% dos domicílios situados nos aglomerados.

Tabela 15 – Porto da Folha/SE, População e Número de Domicílios dos Aglomerados Rurais, 2010

Localidades	População		Domicílios	
	Número	%	Número	%
Lagoa da Volta	2333	27,64	643	27,19
Lagoa Redonda	1781	21,10	520	21,99
Lagoa do Rancho	1164	13,79	353	14,93
Linda França	994	11,78	267	11,29
Ilha do Ouro	664	7,87	176	7,44
Niterói	459	5,44	135	5,71
Mocambo	444	5,26	123	5,20
Ilha de São Pedro	325	3,85	72	3,04
Umbuzeiro do Matuto	276	3,27	76	3,21
Total	8440	100	2365	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Por sua vez, os povoados rurais não apresentam vocação exclusivamente agrícola. Apesar de a agropecuária configurar-se como segmento econômico mais relevante, é crescente o número de trabalhadores liberais, serviços e atividades não agrícolas, que recentemente se restringiam apenas aos núcleos urbanos.

No recorte espacial trabalhado, foram identificadas localidades que apresentam dinamismo social e econômico, fomentado na democratização da terra e no fortalecimento das atividades agropecuárias. Atrelado a isso, verifica-se a expansão de instituições como associações, escolas, sindicato rural, igrejas, unidades de saúde, bem como a diversidade de estabelecimentos prestadores de serviços comerciais.

Na tabela 16 foi realizado um comparativo da estrutura socioeconômica entre os aglomerados rurais e outras comunidades situadas no campo não recenseadas isoladamente pelo IBGE (2010). As informações apontam que as localidades que apresentam estruturas sociais e econômicas mais desenvolvidas são aquelas que possuem maior contingente populacional e, por sua vez, estão classificadas pelo IBGE como aglomerados rurais: povoados Lagoa da Volta, Lagoa do Rancho, Lagoa Redonda, Linda França e Ilha do Ouro.

⁶ Na metodologia de pesquisa utilizada pelo IBGE, as comunidades que têm 50 ou mais domicílios contíguos são classificadas como aglomerados rurais. As demais localidades são consideradas de povoamento disperso e não são contempladas com o recenseamento específico do núcleo rural.

Tabela 16 – Porto da Folha/SE, Estrutura Socioeconômica das Comunidades Rurais, 2015-2016

Localidades	Estab. Comerciais e de Serviços	Igrejas	Escolas	Associação	Unidades de Saúde	Sindicato Rural	Feira-livre
Lagoa da Volta	68	4	4	2	1	1	1
Lagoa do Rancho	54	3	4	2	1	1	-
Lagoa Redonda	51	2	2	-	1	1	1
Linda França	37	3	2	1	1	-	-
Ilha do Ouro	13	2	2	2	1	-	-
Niterói	12	3	1	2	-	-	-
Vaca Serrada	12	-	1	-	-	-	-
Mocambo	10	1	1	1	1	-	-
Ranchinho	9	1	1	1	-	-	-
Umbuzeiro do Matuto	6	3	1	2	1	-	-
São Domingos	4	-	-	-	-	-	-
Lagoa do Mato	4	1	1	1	-	-	-
Ilha de São Pedro	3	1	1	2	1	-	-
Total	283	24	21	16	8	3	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

As comunidades Niterói, Vaca Serrada, Mocambo, Ranchinho, Umbuzeiro do Matuto, São Domingos, Lagoa do Mato e Ilha de São Pedro apresentam pequeno dinamismo socioeconômico. Situadas na proximidade dos grandes aglomerados rurais, predominam nessas localidades atividades agrícolas. Assim como observado em outros pequenos povoados, Vaca Serrada, Ranchinho, São Domingos e Lagoa do Mato caracterizam-se pela formação de um pequeno núcleo rural. Nas suas imediações prevalece o povoamento disperso, tendo em vista, que o domicílio configura-se como sede de estabelecimento rural, que possui nas suas cercanias terrenos utilizados no desenvolvimento da agropecuária.

Nos povoados Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Rancho e Linda França identificou-se a formação de zonas irradiadas. Essas localidades exercem influência sobre as pequenas comunidades situadas na sua proximidade, especialmente na oferta de serviços vinculados à educação pública (fundamental e médio), atendimento básico de saúde e comércio. Isso, por sua vez, não exclui a sobreposição hierárquica que a sede do município e outras cidades circunvizinhas exercem sobre o espaço rural no atendimento de serviços públicos e privados.

Utilizando-se do conceito de vitalidade social empregado pela geógrafa Anne Buttimer nos Estados Unidos e incorporado nos estudos de Veiga (2003), observa-se que onde predominam as propriedades da agricultura patronal, as estruturas social e funcional das comunidades são precárias. Em contrapartida, onde predomina a agricultura familiar verifica-se desenvolvimento social refletido no crescimento da população e de estabelecimentos como escolas, associações, igrejas, clubes e empresas não agrícolas. Contribui para esse processo a consolidação do capital humano e social: “o primeiro refere-se à qualidade dos recursos humanos e o segundo, com elementos qualitativos, como valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade” (VEIGA, 2003, p.127). Desse modo, o desenvolvimento rural não se deve apenas ao capital econômico-mercantil, mas, sobretudo, à capacidade de organização do tecido social, à composição de redes e relações que favoreçam a comunidade e à comunicação pautada em valores e elementos culturais territorializados.

Nas localidades rurais prevalecem moradias com estruturas adequadas com alvenaria e cômodos suficientes para a reprodução qualitativa da família. Algumas residências situadas nos aglomerados Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Rancho e Linda França possuem *designer* arquitetônico moderno, assemelhando-se àquelas encontradas majoritariamente nos centros urbanos. Associado a essa configuração, percebe-se a valorização de espaços

centralizados dos povoados, processo que contribui para a verticalização de residências e o aumento da especulação imobiliária.

É crescente também a expansão de conjuntos habitacionais populares financiados por políticas governamentais de habitação rural (BOLTER; SCHNEIDER; HAAS, 2015). O crescimento populacional pressiona a abertura de ruas em áreas periféricas e consequentemente a retração das atividades agrícolas. Ferreira, Romanatto e Souza (2008), ao trabalharem com áreas fronteiriças entre o rural e o urbano no município de Araraquara/SP, identificam a composição do que eles chamam de perímetro periurbano. Consiste em uma área periférica no entorno da cidade caracterizada pela diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas industriais, que sofreram um movimento de refluxo diante do crescimento da malha urbana. Apesar de consistirem realidades distintas, observam-se semelhanças com a dinâmica de aglomerados rurais em Porto da Folha, que, a partir da expansão da área territorial, com o crescimento domiciliar, pressionou o deslocamento das atividades agrícolas para sua área limítrofe.

A infraestrutura das comunidades, independentemente da sua área territorial apresenta, algumas problemáticas, especialmente no que diz respeito à deficiência ou inexistência de serviços básicos de esgotamento sanitário e espaço adequado para despejo dos resíduos sólidos. Por sua vez, considera-se salutar os investimentos em pavimentação das vias públicas e de áreas de lazer e recreação, como praças, parques infantis e, em alguns casos, quadras poliesportivas.

No espaço rural ocorre uma expansão do sistema de transporte intermunicipal e intraestadual, decorrente da modernização da rede rodoviária no estado de Sergipe. Quatro rodovias, parcial ou totalmente asfaltadas, cruzam o município: SE 230, nas imediações do povoado Lagoa Redonda entre os municípios de Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo; SE 179, que liga Sergipe ao estado de Alagoas a partir do povoado Niterói; SE 317, que corta o povoado Lagoa do Rancho entre os municípios de Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha; e SE 200, que passa pela sede municipal e pelo povoado Lagoa da Volta com trecho parcialmente não asfaltado. Foi construído ainda um prolongamento da rodovia SE 200, que liga a sede do município ao povoado Ilha do Ouro. Entre o povoado Lagoa da Volta e a SE 179 cortando o povoado Linda França, situa-se a rodovia SE 315 não asfaltada.

A abertura e construção das vias de circulação foram fundamentais para a interação do campo nas diferentes escalas locais, regiões, nacionais e globais. Com a estruturação das redes de comunicação, intensificaram-se o fluxo de informação, pessoas e

distribuição/circulação de bens e serviços, que colocaram o município na lógica da sociedade globalizada capitalista. Segundo Pereira (2009, p.122)

O período de globalização, exigente que é de uma transformação quantitativa e qualitativa dos movimentos, redefine o território, processo este cujo resultado mais imediato, no que se refere à questão das redes, pode ser evidenciado nos sistemas atuais de transportes e de informação.

Pereira (2009) é enfático ao ressaltar que a ampliação das redes de transportes e informação pressiona a refuncionalidade e reconfiguração dos lugares, que acolhem novas divisões do trabalho, hierarquias, especializações territoriais e conteúdos normativos, materiais e informativos que modificam as relações interpessoais, produtivas e organizacionais pretéritas do território.

A estrutura viária possibilitou a composição de uma rede de circulação de transporte de 37 rotas de micro-ônibus com origem em Aracaju, que trafegam diariamente por comunidades rurais do município (Tabela 17). Somam-se ainda cinco linhas com destino direto para a sede via os municípios sergipanos Propriá e Gararu, que não transitam por comunidades situadas no espaço rural. A localidade Vaca Serrada, por se localizar na confluência entre as rodovias SE 317, SE 179 e SE 230, é servida pelas linhas de tráfego que circulam pelos povoados Lagoa Redonda e Niterói.

Tabela 17 – Porto da Folha/SE, Rotas de Transporte Interestadual com Destino as Localidades Rurais, 2016

Origem/Destino	Localidade	Número de rotas
Aracaju/Canindé de São Francisco	Lagoa Redonda	17
Aracaju/Poço Redondo	Lagoa Redonda	2
Aracaju/Santa Rosa do Ermirio (Poço Redondo)	Lagoa Redonda	2
Aracaju/Monte Alegre de Sergipe	Lagoa Redonda	1
Aracaju/Niterói	Niterói	7
Aracaju/Porto da Folha	Lagoa do Rancho	6
Aracaju/Porto da Folha	Lagoa da Volta	1
Aracaju/Porto da Folha	Ilha do Ouro	1
-	Total	37

Fonte: Coopertalse; Coopetaju, 2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Trafegam também nos aglomerados rurais linhas das cooperativas de transporte Transertão e CoAgreste com destino, respectivamente, às cidades de Nossa Senhora da Glória, situada no Sertão sergipano, e Itabaiana, localizada no Agreste do estado. Caminhões, vans e ônibus transitam pelas rodovias e estradas vicinais, interligando as comunidades do

campo à sede do município durante os dias úteis da semana, principalmente, na segunda-feira quando é realizada a feira-livre.

São notórias as modificações na infraestrutura e na dinâmica socioeconômica do espaço rural. Inserido nesse contexto, serão aguçadas as discussões em torno do crescimento das atividades não agrícolas no campo.

4.3 Atividades não agrícolas no campo: persistência e redefinição das práticas econômicas

As abordagens da nova configuração do espaço rural brasileiro, discutida por diferentes autores – Carneiro (1998), Graziano da Silva (1999b), Wanderley (2001; 2002), Moreira (2003), Rua (2005; 2006), Schneider (2009), Candiottto e Corrêa (2008) e Marafon (2011a; 2011b; 2014) –, convergem para pontos comuns, destacando-se a modernização da agricultura, a ressignificação das identidades rurais e o crescimento de atividades não agrícolas no campo.

A execução dessas atividades, juntamente ou não com atividades agrícolas, comporta-se como uma prática recorrente entre muitos agricultores(as) e trabalhadores liberais que vivem no espaço rural do município. Esse contexto torna relevante a afirmação de Wanderley (2001), ao mencionar que a pluriatividade não raro tem sua origem nas unidades de produção familiar.

Constatou-se nas pesquisas de campo que até recentemente muitas atividades não agrícolas estavam limitadas ao espaço urbano. Todavia, na sua expansão para o campo, essas adquirem especificidades atreladas à dinâmica cultural, econômica, ambiental e ecológica do espaço rural, o que não exclui a manutenção de elementos eminentemente urbanos.

Vê-se, portanto, entre o rural e o urbano, entre o local e o global, um processo dinâmico de reelaboração da cultura, a partir do compartilhamento e imposição de novos hábitos, valores e técnicas (CARNEIRO, 1998). Para Carneiro (1998), Wanderley (2001) e Moreira (2003), consiste na emergência e ressignificação de atividades que reforçam o conceito das *novas ruralidades*, ou seja, novas manifestações que atenuam para a dinamicidade social, econômica e cultural do rural.

Excetuando-se Wanderley (2001; 2002), cujos estudos foram realizados no Nordeste, os autores mencionados anteriormente partem de pesquisas efetivadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e apontam que as novas atividades não agrícolas no campo – que conferem aos agricultores a condição de pluriativos – trazem intrinsecamente elementos do rural, como a paisagem bucólica, o ar puro, a tranquilidade e bens ecológicos e culturais, destinados aos

urbanitas, que fogem de uma realidade metropolitana marcada pela contração do tempo, artificialidade, *stress*, violência, insegurança, poluição, dentre outros elementos característicos dos centros urbanos.

Nesses estudos, a exemplo dos realizados no norte do Rio de Janeiro (RUA, 2005; 2006; MARAFON, 2011a; 2011b; 2014) e no Circuito Italiano do município de Colombo/PR (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008), sobressai a oferta de serviços associados ao lazer e à recreação, como hotéis-fazendas, pousadas, *spas* e restaurantes, articulada a roteiros turísticos que exploram o patrimônio natural e cultural preservados por membros da agricultura familiar, além de atividades de comercialização e consumo de produtos agroecológicos e artesanais.

Nesse contexto, Beber e Menasche (2015) reportaram para a experiência turística atrelada à partilha da vida cotidiana na Fazenda do Amor, uma propriedade rural situada nos Campos de Cima da Serra, no estado do Rio Grande do Sul. Dentre as atividades, destacam-se o consumo e o vislumbre dos turistas pelos hábitos familiares da fazenda, a estrutura da casa e os objetos imbricados de história e cultura pertencentes a esse espaço rural. Para tanto, o espaço doméstico e a rotina familiar é regulado por processos operacionais ligados aos serviços de turismo.

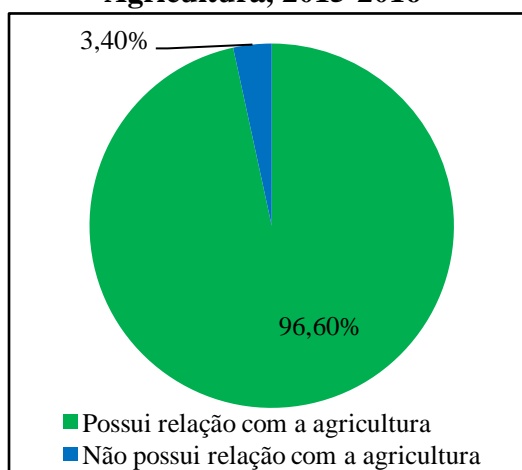
Nota-se que a natureza, as tradições e os hábitos rurais são concebidos pela população urbana enquanto mercadorias ofertadas pelo homem do campo, que divide seu tempo de trabalho entre as atividades não agrícolas e agrícolas ou desvinculam-se integralmente dessas.

Todavia, o rural brasileiro é diversificado e complexo como consequência das diferentes formas de ocupação, exploração dos seus recursos e estabelecimento das atividades econômicas, não podendo ser concebido como alvo de um processo idêntico de transformação. A dinâmica apresentada anteriormente difere de algumas características observadas no espaço rural de Porto da Folha, especialmente no que diz respeito às atividades desenvolvidas e aos atores que usufruem os serviços ofertados.

Diferentemente dos estudos realizados no eixo Sul-sudeste do Brasil, as atividades desenvolvidas no município de Porto da Folha, majoritariamente não possuem relação com o turismo, nem tampouco estão direcionadas exclusivamente para os urbanitas, que buscam usufruir os bens naturais e culturais do campo, ressignificados e transformados em mercadorias. Trata-se de atividades comerciais e prestadoras de serviços direcionadas, principalmente à população rural constituída por agricultores e trabalhadores liberais residentes no campo.

Nota-se ainda que os proprietários dos estabelecimentos são comumente os atores locais, que compõem uma estrutura de pequenos empreendedores rurais. Predomina entre esses comerciantes e profissionais uma relação familiar com a agricultura. Foi constatado na pesquisa que 96,60% dos entrevistados (Gráfico 10) mencionaram que em um determinado momento de sua vida exerceram alguma atividade agrícola ou são descendentes de famílias de agricultores. Quando analisado o número de comerciantes que afirmaram possuir íntima relação com as atividades agrícolas, observa-se que 55,63% desvincularam-se da agricultura (Gráfico 11).

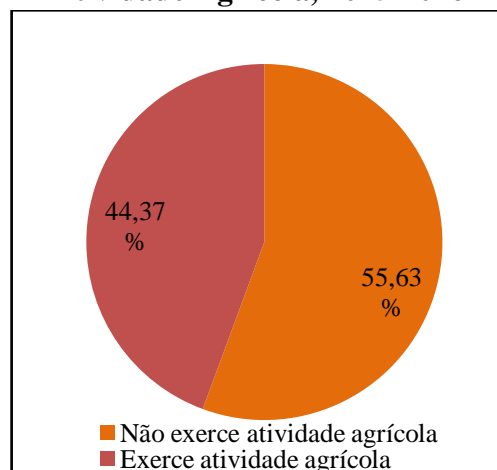
**Gráfico 10 – Porto da Folha/SE,
Relação dos Comerciantes com a
Agricultura, 2015-2016**



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

**Gráfico 11 – Porto da Folha/SE,
Comerciantes que Exercem
Atividade Agrícola, 2015-2016**



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Com base nos relatos dos entrevistados, apesar do reconhecimento da melhoria de vida dos agricultores locais a partir das políticas de transferência de renda, financiamento agrícola e seguridade social, os fatores que motivaram a adesão exclusiva às atividades não agrícolas foram a busca por novas alternativas de sobrevivência, diante dos entraves periódicos com a agropecuária decorrente dos efeitos das estiagens prolongadas. Além disso, eles reforçam que o crescimento das comunidades e as exigências por novos serviços pela população rural os instigaram a desenvolver novas atividades vinculadas ao comércio e à prestação de serviços.

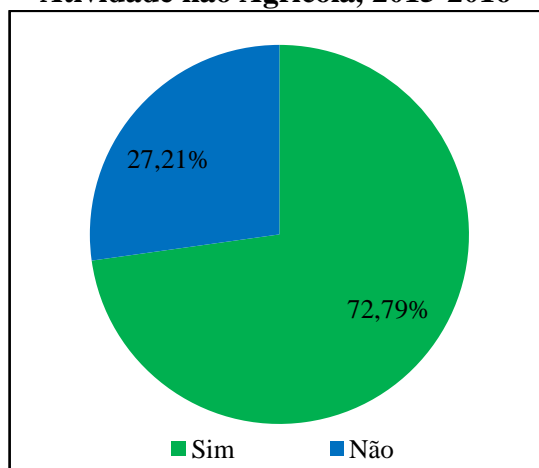
Ainda com base no gráfico 11, 44,37% dos entrevistados continuam exercendo atividade agrícola. Para eles a manutenção das duas atividades é fundamental na elevação da renda familiar e comportam-se como complementares. Trabalhar na terra é também preservar um modo de vida que atribui significado à sua existência e legitima sua história e de seus antepassados. Para tanto, o rural não deve ser percebido apenas como um espaço onde se

concretizam as práticas produtivistas, mas, como evidencia Woortmann (1995), precisa ser visualizado como um meio carregado de valores, que expressa um modo de vida.

Desse modo, é relevante o pensamento de Candiottto e Corrêa (2008), ao reportarem que a manutenção das atividades agrícolas e não agrícolas comportam-se como territorialidades protagonizadas por atores originários do rural, que buscam permanecer no campo.

No tocante às perspectivas dos entrevistados sobre as atividades que desenvolvem (Gráfico 12), predominam os que acreditam na possibilidade de fortalecimento das práticas não agrícolas, informação relatada por 72,79% dos empreendedores. Enquanto isso, 27,21% acreditam na tendência à estagnação ou fragilidade da atividade devido às dificuldades econômico-financeiras na manutenção do estabelecimento. Mesmo diante dos entraves no prosseguimento das atividades, no gráfico 13 verifica-se que 91,84% dos entrevistados pretendem continuar exercendo a atividade que desempenham. Diante disso, constata-se que muitos dos que afirmaram não visualizarem perspectiva de fortalecimento da prática econômica desejam manter seu estabelecimento.

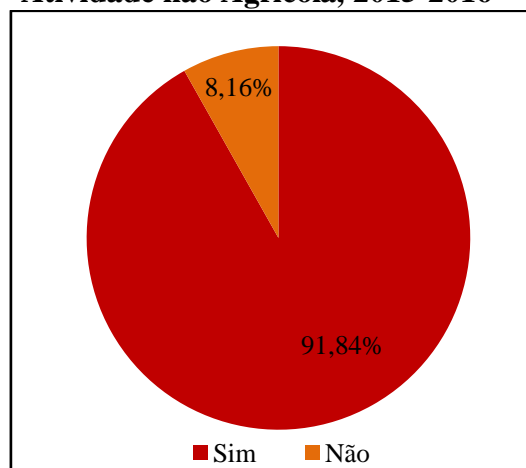
Gráfico 12 – Porto da Folha/SE, Perspectiva de Fortalecimento da Atividade não Agrícola, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Gráfico 13 – Porto da Folha/SE, Pretende Continuar Exercendo a Atividade não Agrícola, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Para além da importância da atividade não agrícola na reprodução da família, viver e usufruir de elementos característicos do rural, como a tranquilidade, o ar puro e a convivência entre amigos e familiares, os motivam na busca por alternativas de manutenção da atividade econômica com a finalidade de permanecer no campo, mesmo que o contexto financeiro por vezes não se apresente promissor.

As atividades não agrícolas desenvolvidas nas comunidades rurais suscitam alguns questionamentos sobre a dinâmica espaço-temporal da estrutura econômica e cultural do campo, mais especificamente do Sertão sergipano: até que ponto esses estabelecimentos fazem referência a novas atividades rurais? As atividades comerciais comportam-se enquanto novas ruralidades, ruralidades tradicionais ou ruralidades em processo de ressignificação e reinvenção?

Relatos históricos e estudos realizados por Kautsky (1986[1899]) indagavam que o campo nunca foi exclusivamente agrícola. O autor enfatiza que a reprodução da família camponesa na Idade Média bastava praticamente a si mesma. Além da produção dos gêneros alimentícios, cabia-lhe à construção e manutenção do estabelecimento rural, dos móveis, utensílios domésticos, ferramentas empregadas no trabalho com a terra e na confecção das roupas. No mercado vendia apenas o pequeno excedente da produção que era convertido, basicamente, na compra de produtos supérfluos.

Os camponeses estavam inseridos em uma sociedade autônoma, detentora dos seus meios de produção, que do próprio trabalho na terra e das atividades artesanais e manufactureiras (não agrícolas) retiravam o sustento. Indústria e agricultura eram inerentes à sociedade camponesa. Entretanto, Kautsky (1986[1899]) ressalva que o modo de produção capitalista, sustentando inicialmente na cidade e atrelado sobretudo ao desenvolvimento do comércio e da indústria urbana, transformou, gradativamente, essas duas realidades em situações opostas, restringindo os camponeses, cada vez mais, à produção de gêneros alimentícios, cujo excedente deveria ser vendido e trocado por produtos da recém-nascida indústria urbana burguesa. É nesse contexto que surge o camponês enquanto um agricultor puro, ou seja, quando prodigiosamente ocorre a separação entre indústria e agricultura, esta restringida ao campo, e aquela, à cidade.

O pensamento de Carneiro (2006) converge com elementos da abordagem anterior à medida que, segundo a autora, a realização de atividades não agrícolas sempre consistiu a essência da agricultura de base familiar e, por sua vez, não foi eliminada integralmente da unidade de reprodução camponesa. O que difere da atual estrutura das famílias rurais é o fato da execução das atividades não agrícolas, por vezes, refletir a crise e a perda da autonomia das unidades de produção familiar frente às condições de subalternidade a qual estão sujeitas e ao avanço das relações de produção capitalista no campo.

No espaço rural do município, as práticas não agrícolas sempre foram protagonizadas pelas famílias, juntamente com as atividades da agricultura e pecuária. Nota-se que algumas consistem em ruralidades tradicionais por remeterem, ainda que ressignificadas, a uma

referência cultural do território. Conforme constatado, profissões, práticas comerciais e ofícios foram extintos, ou perpassam por processos de eliminação, devido à expansão e modernização da indústria, à tendência de profissionalização das atividades e à integração dos territórios rurais e urbanos ao mercado globalizado. Dentre esses se destacam a extinção do ferreiro, demandado na produção de ferramentas a partir da fundição do metal; do caixeiro viajante, substituído pelos representantes comerciais; do construtor dos cercados de pedra, atualmente erguidos com estacas de madeira, de cimento e arame farpado.

Configuram-se ainda em profissões e estabelecimentos comerciais sujeitos à eliminação: o marceneiro, que perde espaço diante do crescimento da indústria e do comércio mobiliário; as casas de farinha, onde se produz os derivados da mandioca (beiju, pé de moleque, farinha, malcasado) e hoje configuram rugosidades (SANTOS, 1986) nos territórios rurais; e os botecos onde se serviam as tradicionais cachaças e pingas incrementadas com as denominadas cascas de pau e folhagens retiradas da vegetação da caatinga, que hoje cedem espaço para bares tomados pelo *marketing* de cervejarias.

Outra mudança verificada são as bodegas com seu típico balcão de madeira, que separava o espaço do cliente e do comerciante responsável pela entrega dos produtos diretamente ao consumidor. Atualmente esses estabelecimentos são substituídos por minimercados marcados nitidamente pela diversidade de produtos ofertados e pela diminuta relação entre o cliente e o comerciante no processo de compra.

Em contrapartida, verifica-se que antigos ofícios, atividades e setores comerciais ainda resistem, mesmo que apresentem mudanças e ressignificações: a serraria, cujos profissionais expõem sua arte e sabedoria na construção de porteiras, mourões, carroças e carros de boi (Foto 25); a barbearia, que persiste como ponto de encontro entre amigos e espaço de sociabilidade, mesmo com a expansão dos salões de beleza e da indústria cosmética; o carpinteiro, exigido principalmente na construção da estrutura dos telhados dos domicílios; o carreiro, com seus carros de bois, ainda é demandado no transporte de insumos agrícolas e materiais da construção civil (Foto 26); o marchante, responsável pelo abate dos animais (bovinos, suínos, caprinos e ovinos) e comercialização de carnes vermelha nas feiras-livres; os canoeiros, que diariamente realizam a travessia de pessoas nas águas do rio São Francisco.

Mantém-se ainda a elaboração do queijo artesanal, iguaria arraigada à culinária do território e demandado pelo mercado consumidor regional; o ofício de corte e costura, no qual mulheres expõem seus saberes herdados de suas mães e avós, mesmo que adiram a máquinas industriais e aos novos estilos de confecção; as bordadeiras e as rendeiras, que preservam a arte dos bordados de crochês, redendê e ponto de cruz (Foto 27); e os feirantes, ocupação nos

últimos anos estimulada entre segmentos da agricultura familiar diante do incentivo à produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Foto 25 – Serraria, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 26 – Carreiro, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 27 – Bordadeira, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Todavia, percebe-se que muitas práticas econômicas prestadoras de serviços atualmente reproduzidas no território constituem novas ruralidades. Trata-se de setores totalmente reinventados ou até recentemente inexistentes no campo, resultantes das exigências de segmentos da população rural diante dos processos de ascensão social e econômica e devido à influência da cultura mercantilizada. Destacam-se dentre essas atividades e profissionais: o pedreiro, o taxista, o caminhoneiro, o tratorista, a manicure e pedicure, os postos de trabalho gerados pelas agroindústrias de derivados de leite e milho, os trabalhadores atrelados ao funcionalismo público e à expressiva diversidade de estabelecimentos comerciais, que estão elencados na tabela 18. No total foram identificadas 282 unidades de comércio e serviços distribuídas em 33 setores. Desse total, 147 estabelecimentos foram entrevistados, que, por sua vez, são responsáveis pela geração de 361 postos de trabalho nas comunidades rurais, 307 de origem familiar e 54 não familiar.

Tabela 18 – Porto da Folha/SE, Tipos e Número de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços por Comunidades Rurais, 2015-2016

Tipo de Estabelecimento	Localidades												
	Lagoa da Volta	Lagoa do Rancho	Lagoa Redonda	Linda França	Ilha do Ouro	Niterói	Vaca Serrada	Mocambo	Ranchinho	Umbuzeiro do Matuto	São Domingos	Lagoa do Mato	Ilha de São Pedro
Minimercado/Mercearia	12	6	4	8	2	1	2	2	2	1	1	2	2
Oficina de Motocicleta	6	4	5	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Bar	5	4	3	2	2	7	2	8	6	2	3	2	-
Loja de Decoração	5	5	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Barbearia	4	2	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Padaria	4	1	3	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Restaurante	3	1	2	1	4	1	-	-	-	-	-	-	1
Vestuário	3	1	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salão de Beleza	3	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doceria	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmácia	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuidora de Bebidas	2	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vídeo Game/Lazer	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Serraria	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lanchonete	1	3	4	1	2	-	7	-	-	1	-	-	-
Borracharia	1	2	5	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-
Insumos Agrícolas	1	1	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Construção	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frigorífico	1	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sorveteria e Ponto de Açai	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lava Jato	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esquadilha de Aço	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balneário/Lazer	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuidora de Botijão	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pousada	1*	1*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Bancário	1	-	1**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis Domésticos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corte e Costura	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Academia	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Reforço Escolar	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola privada	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletrônica	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	68	54	51	36	13	12	12	10	9	6	4	4	3

*Foram identificadas duas pousadas anexas a um Balneário e um Restaurante.

**Ponto Bancário anexo a um Minimercado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Dentre os estabelecimentos predominam aqueles voltados para a comercialização de alimentos e bens domésticos não duráveis (45 minimercados e mercearias). O fator que contribuiu para a expansão dessa atividade comercial no espaço rural foi as políticas de transferência de renda do governo federal, especialmente o Programa Bolsa Família. O benefício destinado, principalmente às mulheres é utilizado, majoritariamente na obtenção de alimentos, contribuindo para o crescimento dos setores de comercialização desses produtos alimentícios. Silva e Schneider (2015) reportam sobre a importância do programa na elevação da renda e ganhos alimentares e nutritivos das famílias, fatores que contribuíram na redução da desigualdade social e dos índices de pobreza e extrema pobreza no campo.

Os minimercados e mercearias praticamente não apresentam nenhuma relação com os antigos armazéns e bodegas, cujas principais características são o balcão de madeira, onde o proprietário realizava o atendimento aos clientes, e os reduzidos tipos de produtos, muitos desses pesados e ensacados pelo próprio comerciante. Nas fotos 28, 29 e 30 estão ilustradas as estruturas de um supermercado e de duas mercearias. Dentre essas, apenas uma mantinha preservada alguns elementos da organização da típica bodega.

Foto 28 – Minimercado, povoado Lagoa Redonda



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 29 – Merceria, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 30 – Merceria, povoado Lagoa da Volta



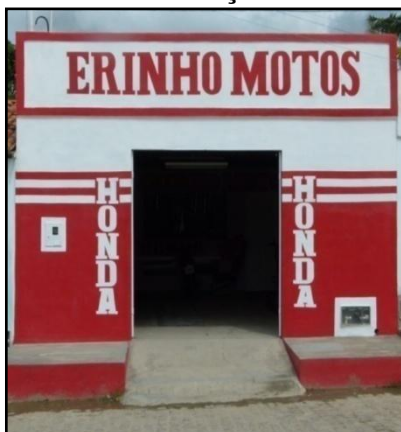
Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

As mercearias e minimercados, diferentemente das bodegas e armazéns, possuem inúmeros produtos de variadas marcas de empresas nacionais e multinacionais. Mesmo a merceria ilustrada na figura 30, que mantém o típico balcão de madeira, já adere à dinâmica mercantilizada do *marketing*.

Outra mudança expressiva nas comunidades diz respeito ao crescimento de borracharias e oficinas mecânicas especializadas na manutenção de veículos (Fotos 31, 32 e 33). O que contribuiu para esse contexto foi o aumento da aquisição de meios de transportes

mecânicos pela população local: motocicleta, automóvel, caminhão e trator, bem como, a utilização desses veículos nas atividades agropecuárias. Nas comunidades pesquisadas foram identificadas 22 oficinas de motocicletas e 11 borracharias.

Foto 31 – Oficina de Motocicleta, povoado Linda França



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 32 – Oficina de Motocicleta, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

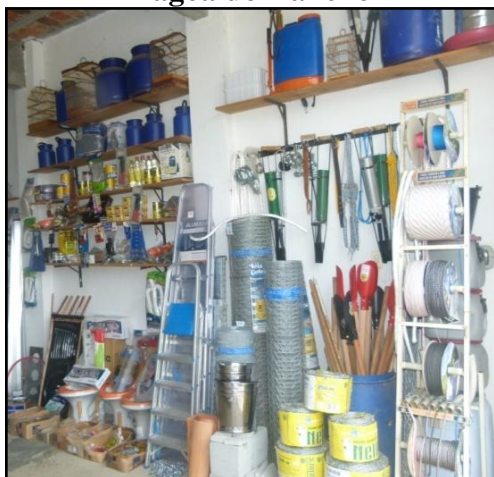
Foto 33 – Estabelecimento de Acessórios de Motocicleta, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Arelado ainda à dinâmica do espaço rural e às transformações das atividades agropecuárias, observa-se nos aglomerados rurais e cidades circunvizinhas a especialização de estabelecimentos na comercialização de insumos agrícolas (Fotos 34 e 35): milho (transgênico e convencional), farelo, soja, ração, pulverizadores, semeadeiras manuais, além de utensílios empregados na manutenção dos estabelecimentos rurais e nas atividades realizadas pelos agricultores: arame farpado, cordas, baldes, botas e chapéus.

Foto 34 – Estabelecimento de insumos agropecuários, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 35 – Estabelecimento de insumos agropecuários, povoado Lagoa Redonda



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Percebe-se ainda a estruturação de estabelecimentos de vestuário, decoração, salão de beleza, sorveteria, lanchonete, bares e academia (Fotos 36, 37 e 38). Esse último reflete a adoção de novos costumes e preocupações com o corpo e a saúde. Trata-se de novos valores influenciados pelos discursos midiáticos e da cultura de massas. Muitos dos produtos não consistem em bens de consumo básico. Contudo, sua oferta é indicativo do aumento da capacidade de consumo dos atores locais.

Foto 36 – Loja de vestuário, povoado Lagoa Redonda



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 37 – Loja de brinquedos e decoração, povoado Lagoa Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 38 – Academia, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

O crescimento populacional dos povoados, a estruturação de áreas de comércio e a ampliação de serviços básicos, como saúde, transporte e educação, impulsionou a criação de restaurantes e pousadas destinadas ao atendimento de visitantes, trabalhadores liberais e funcionários públicos que residem em outras localidades e realizam migrações pendulares ou temporárias (semanais) para as comunidades.

Destacam-se ainda os balneários, procurados tanto por visitantes, quanto pelos moradores locais (Fotos 39 e 40). Contrastando com o aspecto árido e seco do ambiente, o banho em piscinas artificiais com água proveniente da DESO consiste uma atividade convidativa para moradores e visitantes. Além da demanda da população residente no campo pelos serviços, observou-se a presença de urbanitas provenientes, principalmente, das cidades circunvizinhas, que contribuem para a dinamização das novas ruralidades.

Fotos 39 – Balneário, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Fotos 40 – Balneário, povoado Linda França



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Na última década, três desses estabelecimentos foram construídos no espaço rural do município. Os principais frequentadores são jovens e adolescentes que buscam nos serviços alternativas de lazer. As atividades prestadas são de bar, *shows* musicais e banho de piscina. Além disso, um deles possui campo *society* e serviços de pernoite e estadias a partir de uma pousada. Esses espaços são utilizados ainda na realização de eventos festivos: aniversários, confraternizações e casamentos.

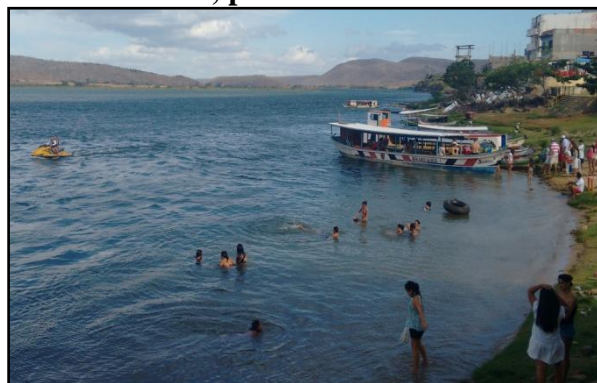
Especificamente no povoado Ilha do Ouro, localizado às margens do rio São Francisco, desenvolvem-se atividades de serviços vinculadas a espaços de visitação e exploração de bens ecológico-naturais (Fotos 41 e 42). Sobressai nessa comunidade bares e restaurantes que servem comidas típicas atreladas à culinária ribeirinha: pirão de peixe, pitú, camarão e peixes assados ou regados ao leite de coco. No local, os consumidores usufruem das águas do rio para o banho, passeios em lanchas, canoas e novos instrumentos de lazer como passeios em *jet-ski*.

Foto 41 – Restaurante, povoado Ilha do Ouro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 42 – Atividades de lazer no rio São Francisco, povoado Ilha do Ouro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

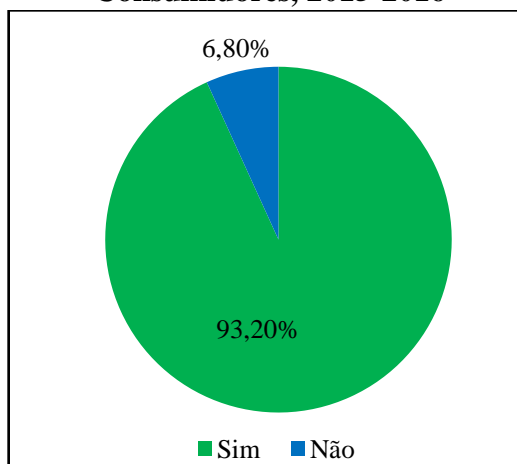
Alguns estabelecimentos adaptaram as formas de pagamento ao fator crediário diante da expansão das relações capitalistas e das exigências dos próprios consumidores que demandam os produtos. Diante da facilidade de acesso aos cartões de crédito, as atividades comerciais aderem, cada vez mais, ao pagamento eletrônico e mensal. Inserem-se nessa nova dinâmica os estabelecimentos destinados aos visitantes e algumas atividades comerciais e prestadoras de serviços usufruídas pelos atores locais, a exemplo das lojas de vestuário, decoração e estabelecimentos de materiais de construção.

Essa nova forma de obtenção de bens e serviços não inviabilizou ou extinguiu as formas de pagamento pautadas nas relações de confiança. Pelo contrário, são essas que mais estimulam as trocas comerciais no espaço rural. O pagamento eletrônico coexiste com antigas práticas, como o fiado e as anotações na caderneta, alicerçadas no pagamento semanal realizado por agricultores e trabalhadores liberais, que recebem nos finais de semana o rendimento auferido de suas atividades informais ou empregatícias.

As relações de proximidade, confiabilidade e reciprocidade são intrínsecas ao território e permeiam as práticas sociais e, inclusive, as atividades econômicas. O gráfico 14 exprime a consolidação dessa estrutura no espaço rural do município entre comerciantes/prestadores de serviços e consumidores. Com base nos dados, 93,2% dos entrevistados confirmaram a existência da prática de venda fundamentada na confiança e reciprocidade. Tal fato deve-se à manutenção das relações de proximidade, convivência, amizade e parentesco inerentes à dinâmica do lugar e do cotidiano. Percebe-se que mesmo diante das transformações, ruralidades tradicionais atreladas às práticas sociais e aos valores humanos resistem e influenciam a dinâmica das atividades econômicas.

Ao serem analisadas as respostas dos entrevistados sobre a relação estabelecida com os representantes comerciais e atravessadores (Gráfico 15), os resultados divergem quando comparadas às relações com os consumidores: 64,63% dos proprietários dos estabelecimentos mencionaram que não existe a composição de uma estrutura de reciprocidade e proximidade com os intermediários. Com base nas indagações enfatizadas pelos entrevistados, a relação está pautada no lucro e na competitividade do mercado capitalista. Deve-se ressaltar que um número relevante de entrevistados (35,37%) mencionou que possuem relações de proximidade, confiança e reciprocidade com os intermediários. Esse contexto é motivado pela existência de fornecedores de produtos locais (lácteos, pescados e carnes) e representantes comerciais residentes no município ou nas localidades circunvizinhas, que já mantinham relações de amizade com os comerciantes/prestadores de serviços.

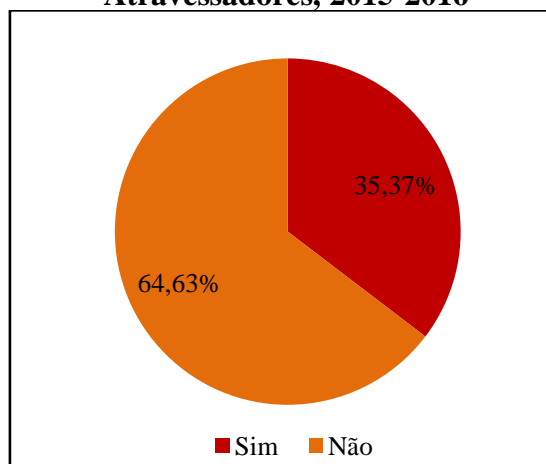
Gráfico 14 – Porto da Folha/SE, Relação de Reciprocidade com os Consumidores, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Gráfico 15 – Porto da Folha/SE, Relação de Reciprocidade com os Representantes Comerciais e Atravessadores, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Sabourin (2006), ao discutir sobre a influência dos valores humanos na composição das práticas sociais e econômicas, ressalta que nas sociedades rurais atuais coexistem estruturas comerciais vinculadas à reciprocidade e a intercâmbios racionalizados pelo sistema capitalista. Atrelando o pensamento do autor à dinâmica econômica então trabalhada, verifica-se que apesar da expansão dos processos de mercantilização capitalista, esse espaço ainda preserva mercados socialmente constituídos e legitimados por práticas e valores humanos enraizados territorialmente como a confiança, a honestidade e o respeito.

Essas relações e valores culturais dinamizam também as atividades não agrícolas atreladas à produção agroalimentar de derivados do leite e do milho, que, alicerçadas na identidade territorial do sertanejo, consistem alternativas de reprodução social e econômica desempenhadas por famílias e empreendedores rurais.

4.4 Produção agroalimentar: derivados de leite e milho

Dentre as atividades não agrícolas até então reportadas, a produção dos derivados de leite traduz a importância da pecuária no desenvolvimento econômico e na afirmação da cultura sertaneja.

Requier-desjardins, Boucher e Cerdan (2006), ao analisarem a dinâmica econômica e territorial da produção de derivados de leite no Sertão sergipano, remetem à formação de um SIAL do leite, que possui certa homogeneidade espacial referente à padronização da produção, dos preços e da qualidade. Os autores reportam para a estruturação de *clusters*

locais de indústrias, cuja competitividade está baseada, principalmente na qualidade dos recursos humanos, na capacidade de inovação e nas relações à montante e à jusante, que têm como elemento característico a proximidade entre os agentes econômicos.

O sistema agroalimentar de derivados de leite do município está ancorado em três tipos de produção: elaboração artesanal caseira, fabriquetas e laticínios, que apresentam diferenças no que diz respeito à dinâmica produtiva, aos aspectos organizacionais e à capacidade de inovação.

A produção artesanal do queijo coalho caseiro não se configura como uma ruralidade em processo de eliminação no espaço rural do município. Menezes (2015) atribui o crescimento dessa atividade nas últimas décadas ao aumento da demanda do produto nos centros urbanos de Sergipe, especialmente na área metropolitana de Aracaju.

Assim como observado com o queijo coalho, Cruz (2012), ao analisar a produção e consumo do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS, destaca que os alimentos tradicionais possuem traços identitários que aproximam o migrante do território. Desse modo, a identidade constitui um elemento de valorização do saber-fazer em torno da produção queijeira.

A relação identitária dos migrantes sertanejos com o queijo impulsionou as atividades em torno da elaboração e da comercialização desse alimento (Fotos 43 e 44), que se configura como uma alternativa autônoma de reprodução social desempenhada por agricultores familiares. A utilização da matéria-prima procedente do próprio estabelecimento e a condução exclusiva das atividades pela família contribui para a conformação de um processo produtivo caracterizado pela inexistência de qualquer forma de exploração.

Foto 43 – Produção do queijo coalho caseiro, comunidade Craibeiro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 44 – Maturação do queijo coalho caseiro, setor do Riacho do Salitre



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

É perceptível nas etapas de elaboração do queijo a preservação de técnicas e instrumentos de produção artesanais (elaboração manual e uso de formas e prensas de madeira), arraigados à dinâmica produtiva desempenhada pelos antepassados dos produtores. Trata-se de uma atividade ancorada em saberes herdados e compartilhados pelos agricultores em diferentes temporalidades.

A elaboração do queijo, por limitar-se a princípio às cozinhas sertanejas, território não controlado pelo homem, consiste em uma incumbência das mulheres (MENEZES, 2009; 2015). De fato, são elas as precursoras e mantenedoras desse saber-fazer ao longo de diferentes gerações familiares.

O estímulo à produção de queijo repercutiu modificações sociais no processo produtivo. Menezes (2015) reforça que anteriormente, o queijo possuía apenas valor de uso, destinado ao consumo familiar e à venda do pequeno excedente, quando existia. É nesse contexto que a mulher sobressai como a principal responsável pelas atividades queijeiras. Todavia, à medida que seu beneficiamento é destinado a comercialização e torna-se a prática mais rentável do estabelecimento, a responsabilidade é transferida sobretudo para o homem. Conforme reportado pela autora, existem preconceitos acerca da figura da mulher e de sua capacidade de domínio da atividade. Entretanto, não foi identificado o acirramento de conflitos pelo poder e disputa pelo território.

Essa conjuntura é reforçada quando se analisa a conformação das fabriquetas de derivados de leite, unidades dominadas pelo trabalho masculino que aderem a um sistema semipadronizado de organização com a finalidade de elevação da produtividade. Durante as pesquisas de campo foram identificadas 21 fabriquetas de derivados de leite distribuídas em sete comunidades rurais (Tabela 19).

Tabela 19 – Porto da Folha/SE, Fabriquetas de Derivados de Leite, 2015-2016

Localidades	Número	%
Lagoa do Rancho	8	38,1
Lagoa Redonda	5	23,81
Craibeiro	3	14,29
Vaca Serrada	2	9,52
Linda França	1	4,76
São Domingos	1	4,76
Chumbinho	1	4,76
Total	21	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Diferentemente dos estabelecimentos dedicados à elaboração do queijo coalho caseiro, as fabriquetas não são mantidas somente por famílias vinculadas à agricultura. Pelo contrário, sobressai o protagonismo empreendedor de atores locais, que se dedicam quase exclusivamente ao gerenciamento das unidades de produção.

Excetuando-se o trabalho agrícola e o funcionalismo público, as fabriquetas destacam-se pela importância na geração de postos de trabalho nas comunidades rurais nas quais estão situadas, mesmo considerando a informalidade das ocupações diante da não aquisição de registro e certificação pelos estabelecimentos.

Menezes (2015) elenca características particulares das fabriquetas que as diferenciam das unidades de produção dedicadas à elaboração do queijo coalho caseiro: processamento diário de leite superior a 150 litros – o que constata a elevação da produtividade –, utilização de um espaço específico exterior à residência, e aquisição parcial ou total da matéria-prima de outros estabelecimentos rurais.

Somado a isso, observa-se uma tendência à adesão de mão de obra não familiar e o emprego de inovações tecnológicas. Apesar de algumas fabriquetas manterem técnicas artesanais, como o uso de fornalhas a lenha e prensas de madeira, 71,43% já empregam a prensa de ferro, a máquina de embalagem a vácuo e o tanque de resfriamento de leite.

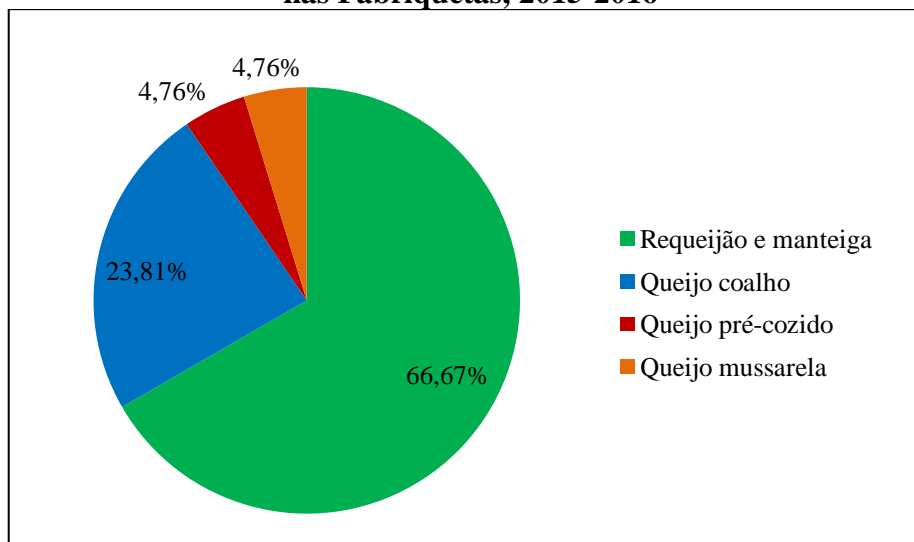
Para além das atividades desempenhadas nas unidades de produção, os trabalhadores podem destinar uma pequena parcela da matéria-prima e dos derivados para o autoconsumo familiar, bem como, procriar suínos utilizando-se do resíduo (soro) obtido no processo produtivo. Reproduzem-se ainda elementos característicos do mercado local, como relações de confiabilidade e o pagamento semanal ou quinzenal. Essas últimas particularidades também são mantidas junto aos fornecedores de leite.

No processo econômico e de trabalho das fabriquetas estão imbricados valores humanos alicerçados em relações de proximidade e reciprocidade, elementos que conforme leituras realizadas a partir de Sabourin (2006), qualificam estruturas não apenas sociais, mas também econômicas. Se nos grandes empreendimentos capitalistas predominam a celeridade do trabalho, a uniformidade da produção, o individualismo e a competitividade, nas fabriquetas de derivados de leite, sobressaem, entre os empreendedores, trabalhadores e fornecedores de matéria-prima, valores como a responsabilidade, a confiança, a ajuda mútua e a amizade.

No que diz respeito aos tipos de derivados produzidos, destacam-se o requeijão e a manteiga elaborados por 66,67% das unidades de beneficiamento e o queijo coalho produzido por 23,81% dos estabelecimentos (Gráfico 16). Além disso, deve-se ressaltar a elaboração de

outros tipos de derivados, como o queijo pré-cozido e o queijo mussarela, modificações resultantes de incentivos técnicos e do protagonismo de alguns produtores.

Gráfico 16 – Porto da Folha/SE, Derivados de Leite Elaborados nas Fabriquetas, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

O fortalecimento do SIAL do leite traduz-se ainda na instalação de dois laticínios no município: Yomilk e Coopeagri (Fotos 45, 46 e 47). Os laticínios possuem porte médio e realizam o processamento de leite pasteurizado, iogurte, queijo mussarela, manteiga em creme e, no caso específico da Coopeagri, também a produção de bebida láctea e doce de leite.

Foto 45 – Sede da Yomilk, comunidade Lagoa Salgada



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 46 – Sede da Coopeagri, comunidade Junco



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 47 – Produtos da Coopeagri, comunidade Junco



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

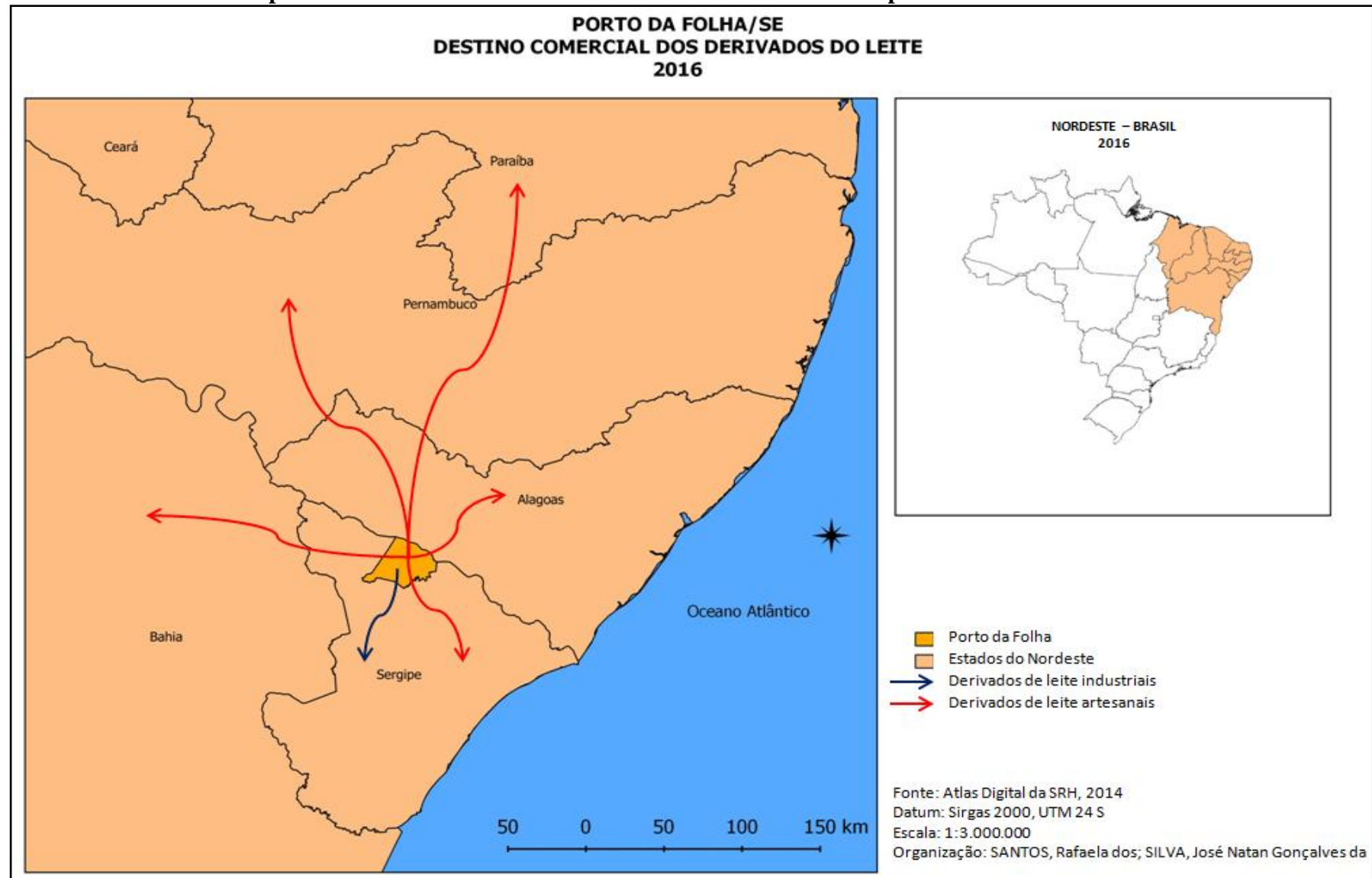
O fornecimento da matéria-prima é realizado por pequenos e médios produtores de leite dos municípios de Porto da Folha e Gararu. Assim como observado nas fabriquetas, a manutenção de relações de reciprocidade e proximidade entre empreendedores dos laticínios e fornecedores, além da permanência do pagamento semanal do leite, fomentam o fortalecimento das atividades.

Essas estratégias configuram-se enquanto vantagens comparativas frente ao avanço de laticínios de grande porte no Sertão e Agreste do estado, como Sabe, Natville e Betânia, agroindústrias que apresentam uma organização que se aproxima da racionalidade do mercado capitalista. Requier-desjardins, Boucher e Cerdan (2006), ao discutirem sobre a pluralidade econômica dos sistemas produtivos, apontam que a globalização não homogeneizou todos os mercados. Em contrapartida, mantêm-se sistemas de produção, circulação e consumo pautados em características e experiências específicas de mercados nacionais, regionais e localizados.

No que concerne ao processo produtivo, identificou-se nitidamente a modernização das atividades, refletida na inserção de máquinas e equipamentos tecnológicos e informatizados. Essas empresas são responsáveis pela geração de 36 postos de trabalho formal (30 pela Coopeagri e seis pela Yomilk), muitos desses ocupados por agricultores familiares que dividem seu tempo de trabalho entre as atividades agrícolas e não agrícolas industriais. A dinâmica produtiva desses sujeitos está padronizada ao mercado formal: carga horária máxima de 40 horas semanais, registro de certidão de trabalho, pagamento eletrônico via agência bancária e remuneração mensal ajustada ao salário mínimo e a qualificação/função do empregado.

O destino comercial dos setores produtivos do SIAL do leite (unidades de produção do queijo coalho caseiro, fabriquetas e laticínios), apresenta um alcance local, interestadual e regional (Mapa 2). Referente aos laticínios, os produtos são demandados nos Territórios do Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco e Agreste Central, sendo encontrados em mercearias, supermercados e padarias. Fomentada pelo PNAE – que determina o destino de no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações – a Coopeagri é responsável pelo fornecimento de iogurte para as escolas municipais de Porto da Folha e Campo do Brito, esta situada no Agreste Central de Sergipe.

Mapa 2 – Destino Comercial dos Derivados do Leite do Município de Porto da Folha/SE



O mercado consumidor dos derivados de leite artesanais (queijo coalho, requeijão e manteiga) é significativamente difundido no município, sendo adquirido diretamente nas unidades de produção ou por meio de mercados curtos, como as feiras-livres realizadas semanalmente. Nos demais municípios de Sergipe, além das feiras-livres, os produtos são comercializados nos mercados, padarias e mercearias. As iguarias também são destinadas para centros urbanos e polos regionais do Nordeste brasileiro como Paulo Afonso e Feira de Santana, na Bahia, Delmiro Gouveia e Arapiraca, em Alagoas, Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba. A partir desses locais, os produtos são difundidos para outros municípios e demais estados do Nordeste.

No âmbito das atividades não agrícolas agroindustriais, destaca-se também o protagonismo de agricultores familiares da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Lagoa da Volta, que, atrelada à instituição, fundaram a Fábrica Santa Luzia, que realiza o beneficiamento de farelo e flocos de milho (Fotos 48 e 49).

Foto 48 – Associação e Sede da Fábrica Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 49 – Farinha de Milho Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foi constatado que a produção é realizada, predominantemente com o uso de máquinas industriais: triturador, peneira e fôrnilha semielétrica. Conforme relatado pelo presidente da instituição, atualmente as atividades fabris são desempenhadas por cinco associados. A finalidade é realizar o beneficiamento do milho de membros da associação e agricultores locais, que não raro comercializavam seu produto a preço mínimo no mercado de insumos agrícolas. Busca-se assim gerar uma fonte de renda complementar para os atores envolvidos na atividade.

Devido ao prolongamento da estiagem no ano de 2015, não houve fornecimento do milho por parte dos associados e agricultores locais. Todavia, como considerável parcela da matéria-prima também é proveniente de outros municípios do Sertão e Agreste sergipano (produção transgênica), a atividade industrial dos derivados foi mantida. Por sua vez, o que

dificulta seu beneficiamento é a não certificação da indústria e dos produtos, que, portanto, não podem ser comercializados em outras localidades do estado de Sergipe, limitando-se ao território do município. A partir das entrevistas realizadas em mercearias e supermercados, foi identificada uma significativa demanda local pela farinha de milho Santa Luzia.

Apesar do milho também agregar um valor de uso no território, o seu cultivo passou por modificações na última década com a finalidade de elevação da produtividade (adesão aos transgênicos, quimificação e mecanização do processo produtivo). Atualmente esse produto é destinado quase exclusivamente à elaboração de ração (silo e rolão) para os bovinos. Em contrapartida, o antigo costume de reservar parcela das espigas para a elaboração caseira da massa de milho foi nitidamente reduzido.

Castro (1984) ao reportar sobre a alimentação no Sertão nordestino remete, ao cuscuz como uma das principais variantes do milho a compor a culinária sertaneja. Na sua elaboração estavam incluídas técnicas artesanais que gradativamente tornaram-se escassas: praticamente não se utiliza mais o pilão de madeira, o moinho de xerém ou o ralo de ferro para triturar e fazer a massa de milho.

Destituído dos seus meios de produção, mas buscando manter a essência cultural dos seus hábitos alimentares, o sertanejo adere ao consumo de cuscuz à base de flocos de milho produzidos por agroindústrias nacionais (MENEZES, 2013), que se utilizam da sua identidade alimentícia como forma de fomentar o crescimento das empresas.

Mesmo atentando a modificações no processo produtivo, deve-se enfatizar a importância do protagonismo dos associados no estabelecimento da fábrica de beneficiamento de milho Santa Luzia, por desenvolverem uma estratégia coletiva de geração de renda que se contrapõe aos mecanismos do mercado capitalista adotado pelos grandes empreendimentos agroindustriais. Por sua vez, considera-se que a não utilização do milho transgênico na fabricação dos flocos de milho agregaria valor ao produto, elemento que fomentaria a elevação de renda dos associados, apesar da comercialização limitar-se ao estado de Sergipe.

A expansão das novas ruralidades no campo foi fundamental para a reconfiguração do território, apresentando transformações significativas nas técnicas, na economia e na estrutura sociocultural das comunidades. Todavia, conforme será retradado na próxima seção, concomitante a esse processo, nota-se a manutenção de valores, costumes, práticas e manifestações tradicionais preservadas e (re)inventadas a partir da dinâmica cultural do território sertanejo. Diante disso, as ruralidades são redefinidas por elementos históricos afirmados em diferentes temporalidades que coexistem e formam a dimensão heterogênea do território.

5 RURALIDADES: passado e presente na reconfiguração das identidades territoriais

5 RURALIDADES: passado e presente na reconfiguração das identidades territoriais

5.1 Costumes, valores e tradições: a relação de alteridade na definição das identidades

As transformações em transcurso no campo superam a condição meramente econômica. Tratam-se ainda de estratégias de reprodução sociocultural, que no tocante à população rural (agricultores e trabalhadores liberais), são protagonizadas com a finalidade de permanência no campo, lugar onde vida e trabalho se confundem.

Para os entrevistados, o trabalho na terra, a reciprocidade nas atividades comerciais, a relação de pertencimento ao lugar, a proximidade com o círculo familiar e a comunhão cultural são elementos imprescindíveis para sua vida. Conforme assinalado por Haesbaert (2001, p.1770), “uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aqueles que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder”. O significado simbólico-cultural do território contribui na construção de laços sólidos que ligam os indivíduos ao solo, ao lugar, à nação.

Essa perspectiva contrapõe-se a postulados que defendem a homogeneização das identidades diante da expansão da globalização. Pollak (1989) reporta que, na manutenção da tradição, estão intrínsecos processos de “negociação” que conciliam a memória coletiva com as memórias individuais. Para Carneiro (1998), há nos espaços rural e urbano um processo dinâmico de reelaboração da cultura, a partir da incorporação de novos elementos que não significa sua anulação, mas, a possibilidade de afirmação e reavivamento das tradições.

Os lugares e os elementos identitários que o constituem perpassam por reconfigurações, atualmente mais numerosas e rápidas, como consequência do efeito das forças globais. Contudo, Bossé (2004) assevera que a revolução das comunicações, principal elemento da globalização, não proporcionou a erosão das identidades, pelo contrário, ela persiste, inclusive, de forma vigorosa, em escalas locais e regionais. O autor nega a dicotomia local/global como formas distintas de identificação e as considera como dois polos de um *continuum* no qual se situam as interações, tensões e misturas das identidades. Para Santos (2006), a revolução espacial não pode ser confundida com indiferença espacial. É um mito defender a concepção de homogeneização do espaço.

As identidades dos grupos sociais são alicerçadas no cotidiano dos territórios a partir das relações entre indivíduos, e destes com os lugares (SAQUET, 2009). Sua diversidade cultural emerge enquanto importante elemento de interpretação das ruralidades, cujas continuidades (permanências) e discontinuidades (mudanças) históricas (SAQUET, 2011)

resistem tanto em territórios rurais quanto em territórios urbanos. Considerar a centralidade da cultura urbana em pequenas cidades brasileiras, como recorrentemente acontece no campo político e institucional, consiste um pensamento imaginário que reforça a concepção de Veiga (2003), quando esse questiona os critérios de definição das áreas rurais e urbanas no Brasil, reiterando que o país é menos urbano do que se calcula.

Seja na cidade ou no campo, resistem em Porto da Folha hábitos e costumes fundamentados na cultura rural, que configuram elementos identitários intrínsecos às territorialidades dos sujeitos. O *tempo lento* controla momentos da vida social dos indivíduos, apesar da expansão do *tempo rápido* sobre as atividades produtivas e humanas. Santos (2006, p.180), principal expoente dessa discussão, ressalva que apesar da supremacia do *tempo rápido* em relação ao *tempo lento*, na sociedade urbano-industrial, ele “não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”. Os territórios refletem essa conjuntura híbrida de *tempos lentos* e *tempos rápidos* que resultam da sobreposição de períodos e processos históricos afirmados pelos grupos sociais.

Nesse ínterim, nota-se que a expansão das redes de comunicação informativa no município de Porto da Folha não tornou menos expressiva as relações pessoais locais, destacando-se as prolongadas conversas informais entre parentes, amigos e vizinhos. Para Oliveira (2012), o lugar é designado a partir do cotidiano, refletindo experiências do dia a dia. Todos os acontecimentos das comunidades, dos bairros e das ruas estão ao alcance dos moradores. Em muitas situações, nota-se a não privação da vida individual dos sujeitos, desencadeando relações solidárias quando há necessidade de ajuda.

A tranquilidade ainda é um elemento qualitativo predominante nos lugares. A calma permite que as calçadas, praças e estabelecimentos comerciais configurem pontos de encontro e reunião entre familiares e amigos. A temperatura amena durante a noite no Sertão é uma característica convidativa do clima para que homens e mulheres saiam de suas casas e usufruam ligeiro cochilo nas calçadas antes de deitar-se e dormir.

As crianças também aproveitam esses aspectos para brincar nas ruas de pega-pega, pião, bola de gude, macacão (amarelinha), piquenique, boneca e tantas outras brincadeiras herdadas de seus antepassados e reinventadas por sua criatividade. Nesse contexto, ressalta-se que muitos momentos do seu cotidiano já são sedentarizados pelos programas televisivos, jogos e ferramentas informativas dos computadores, *tablets* e celulares.

Valores como a amizade, a honestidade e o respeito são estimados como as principais virtudes do homem. O descumprimento e a contestação dessa estrutura podem desencadear a

repulsa do indivíduo pelo coletivo. Geralmente, recebidos e reconstruídos a partir do círculo de convívio e relações próximas (CLAVALL, 2001), o seu funcionamento contribui para a manutenção do organismo social local. Na perspectiva de Sabourin (2006), os valores humanos são gerados a partir da institucionalização das redes de reciprocidade e redistribuição em estruturas sociais e, inclusive, econômicas.

A relação de alteridade imbricada nos territórios ora conjugam, ora separam os diferentes grupos sociais: buraqueiros, beradeiros, quilombolas, Xokós, vaqueiros, agricultores, pescadores... Sertanejos. Carneiro (1998) destaca que no seio da diversidade, a identidade do grupo é assegurada, a partir da tomada de consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”.

Nessa perspectiva, a identidade sertaneja fundamentada, sobretudo, numa sociedade pecuarista, sobressai como dominante, apresentando códigos que permeiam o cotidiano dos territórios. Todavia, sua diversidade paisagística e cultural torna-a passível de hibridismos (HAESBAERT, 2001; 2005), que fazem emergir do seu interior símbolos, tradições e práticas sociais que configuram identidades singulares, reivindicadas por grupos específicos. Na leitura de Saquet (2011, p.218), existem diversos “níveis espaciais de territórios sobrepostos”, que apresentam dimensões multiescalar, multitemporal e multidimensional resultantes de territorialidades que envolvem diferentes níveis temporais e espaciais. Embora o autor não tenha pesquisado o recorte espacial em análise, a assertiva é evidenciada em Porto da Folha.

O indivíduo não comunga uma única identidade, a inter-relação estabelecida com outros territórios em diferentes temporalidades e dimensões escalares permite-lhe se autorreconhecer em múltiplas identidades, algumas singulares, outras mais amplas. Foram identificados grupos sociais que reivindicam, a partir das suas práticas cotidianas, elementos identitários que os tornam relativamente distintos dos demais sujeitos. Não querendo entrar em reducionismos, sobressaem nesse contexto grupos sociais com características simbólicas particulares e bem definidas, que exigem desse estudo uma apreciação específica. Não tem como falar de Porto da Folha sem remeter à peculiaridade identitária dos buraqueiros, beradeiros, quilombolas, Xokós e vaqueiros.

A cultura nos modela enquanto seres distintos, separados (GEERTZ, 2008). Na concepção de Geertz (2008), o que temos realmente em comum é a condição de não sermos moldados por um consenso de cruzamento cultural estabelecido, nem tampouco sermos seres inseridos em subculturas imutáveis.

O território que legitima a identidade buraqueira é a sede do município, a típica cidade interiorana sertaneja, que mantém enraizamentos sociais, econômicos e culturais com o rural.

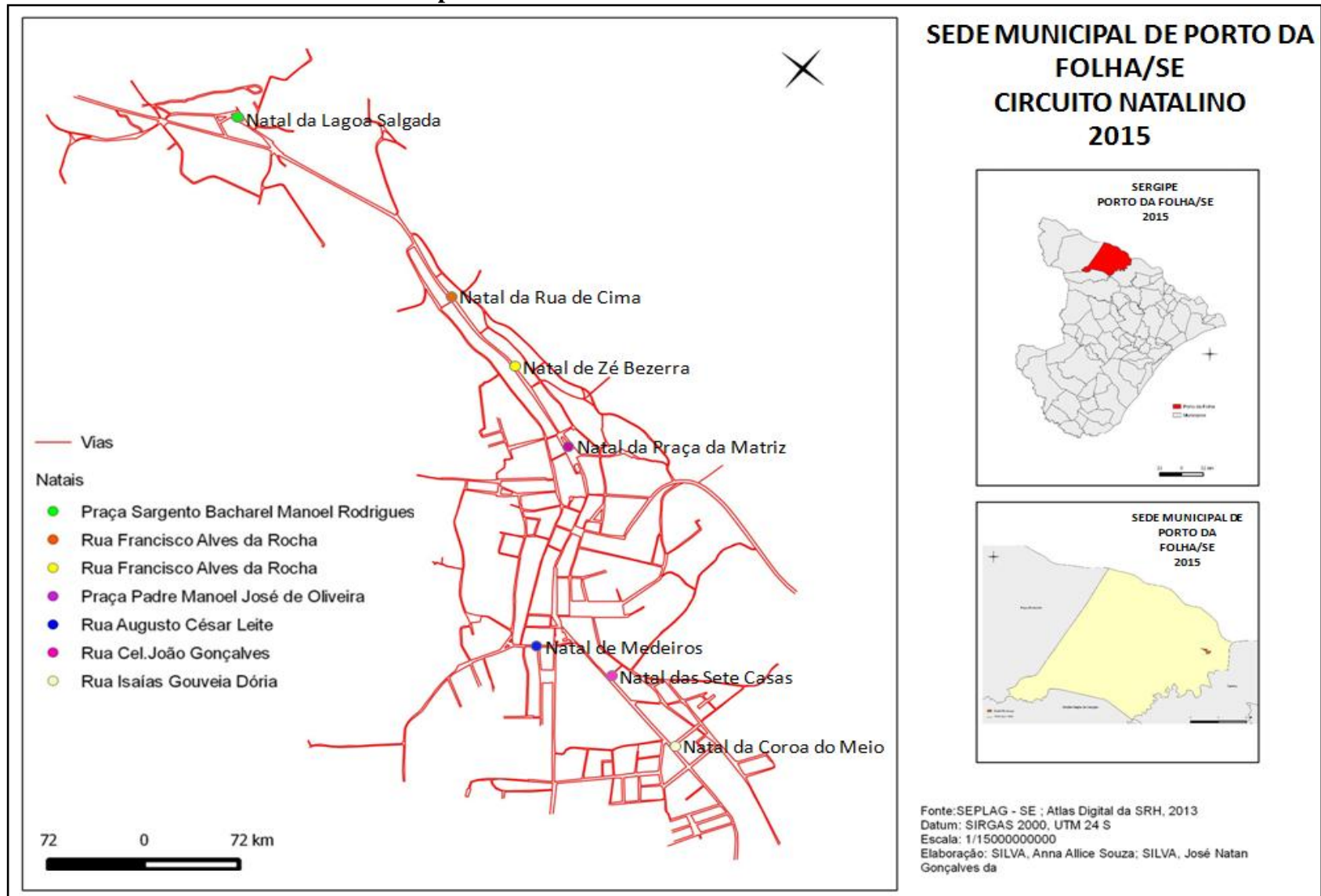
Assim como ocorre em outras comunidades do município e do Sertão sergipano, predomina nesse grupo social a população branca, denominada de galegos, cuja origem diverge entre historiadores dedicados aos estudos sobre a colonização e povoamento de Sergipe. Sobressai a hipótese da influência holandesa, decorrente da fixação no território desse povo durante a Invasão Holandesa em Sergipe no século XVII. Fala-se da influência espanhola e de galegos provenientes da Galícia durante o Domínio Filipino no Brasil Colônia. Destaca-se ainda uma referência à origem cigana, especificamente, dos indivíduos que compõem a comunidade da Restinga⁷.

A linguagem também configura elemento singular dos buraqueiros, considerada, para quem está de “fora”, “arrastada”, “cantada”, devido ao comumente prolongamento da pronúncia da sílaba tônica das palavras. Sobressaem também algumas expressões particulares como: maluco(a) besta (inocente; sem noção); num pode (negação; surpresa); bichinho(a), mulherzinha, rapazinho (expressão de apreço por uma pessoa; substitui os nomes de pessoas quando se pretende fazer um pedido, algo que se quer muito); fono (avarento); mas tá, mas tá (surpresa; insatisfação); espi, espi (surpresa; olhe para isso; veja isso); virar borboletão (nunca morrer); maluvido(a) (desobediente); cê acha (surpresa; indignação); pegar o boi (ser sortudo(a); conseguir algo); Ahh!; Ó! (interjeições utilizadas durante diálogos informais, exemplos: Ahh! Maluco besta, ó!; Ahh! Deixe disso!; Menino sem jeito, ó!). Teles (2005, p.1) ressalta que “a língua é um bem comum a todos, determinante territorial e cultural de um povo”. Para a autora, as escolhas linguísticas são processos inconscientes atrelados às diversas dimensões definidoras da identidade social. A adesão a uma língua ou variante está intrínseca à comunicação que o usuário assume na comunidade de fala.

Dentre as expressões culturais dos buraqueiros, as festividades em torno do ciclo natalino também adquirem uma tessitura particular. Os Natais são realizados nos principais logradouros da cidade e denominados de acordo com o nome dos principais organizadores ou com relação à toponímia das ruas atribuídas tradicionalmente pelos antigos moradores. Em 2015, o Circuito Natalino de Porto da Folha foi promovido entre os dias 19 de dezembro e 1º de janeiro (Mapa 3).

⁷ Comunidade situada na entrada da Rua de Cima (orientação Norte do logradouro – Mapa 3). Aqueles que são originários da Restinga são chamados de restingueiros. Em decorrência do estereótipo de marginalidade e inferioridade cultural dos ciganos no Brasil, os restingueiros renegam a hipótese da origem cigana.

Mapa 3 – Circuito Natalino de Porto da Folha/SE



Na praça da matriz, as festividades ocorreram por quatro dias (24, 25 e 31 de dezembro e 1º de janeiro), enquanto nas demais localidades, o Natal foi promovido em dias distintos que antecederam ou sucederam os festejos da praça da matriz. São comemorações feitas pelo povo e para o povo (Foto 50). As ruas são tomadas pelas famílias locais e procedentes de comunidades adjacentes, que vivenciam o espírito natalino com a comensalidade de alimentos tradicionais como o manauê de arroz, a amorosa⁸ e os derivados da mandioca. Destacam-se ainda espaços estruturados pelo comércio informal com artigos religiosos e infantis, parques de diversão, jogos e brincadeiras tradicionais.

O brinquedo mais desejado pelos participantes é o curri (Foto 51), engenhoca de madeira, semelhante a um carrossel, movida pela força humana. O brinquedo criado por um antigo morador, conhecido por Zé Malfeito, foi repassado para seus descendentes, que preservam a tradição ao longo de três gerações. Para animar o espaço, um grupo de cantadores entoam músicas no ritmo do forró pé de serra. Os brincantes do curri, predominantemente adolescentes e crianças, em clima de alegria e prazer rememoram os feitos passados de seus pais e avós. Para Claval (2001, p.130), ao homem é “necessário entrepor à existência momentos de repouso, de distração e de jogo”.

Foto 50 – Natalzinho da Praça da Matriz, Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 51 – Curri de Zé Malfeito, Natalzinho da Praça da Matriz, Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Preserva-se ainda o tradicional pau de sebo, que atrai a curiosidade da população, atenta à coragem e agilidade de homens que escalam um elevado mastro de madeira untado com sebo (gordura animal) com objetivo de alcançar o prêmio colocado no topo. Outra brincadeira vivenciada é o quebra-pote, cujas crianças de olhos ventados, depois de repetidos rodopios, e com o auxílio de uma vara, divertem-se na brincadeira centrada na tentativa de quebrar um pote, cheio de guloseimas, erguido num travessão de madeira. Enquanto isso,

⁸ Refresco produzido à base de corante artificial ou groselha.

homens e mulheres buscam a “sorte grande” nos jogos de azar. Aglomerados nas bancas do jogo de vispa⁹, eles se mantêm atentos à marcação de cartelas, que para os vencedores, renderá um dinheiro extra para usufruir nos Nataizinhos.

Se a origem, a linguagem e a manutenção de manifestações tradicionais como os Nataizinhos são a marca simbólica dos buraqueiros, para os beradeiros a sua identidade é referenciada por costumes e hábitos regulados pelo cotidiano às margens do rio São Francisco. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos sociais são a pesca artesanal, a travessia fluvial de pessoas em canoas e lanchas, e os serviços de restaurantes e bares, cujo crescimento, sobretudo, no povoado Ilha do Ouro, deve-se aos estímulos de turistificação de práticas de lazer: banho e passeio no rio e degustação da culinária local a base de pitú, camarão vermelho, pirão de peixe e pescados assados e regados ao leite de coco. Nos povoados Niterói, Mocambo e Ilha de São Pedro – também situados às margens do rio – foram identificadas as lavadeiras do São Francisco (Foto 52), que seguindo a tradição de suas mães, realizam a lavagem das roupas nas águas do Velho Chico.

Em janeiro as comunidades ribeirinhas rendem homenagens a Bom Jesus dos Navegantes. No povoado Ilha do Ouro as comemorações são realizadas na segunda semana do referido mês. A procissão fluvial de embarcações nas águas do rio São Francisco consiste a principal manifestação cultural da festa. É o momento em que os beradeiros saúdam o santo padroeiro protetor dos pescadores e navegantes (Foto 53). A festa também se destaca pela expressividade de práticas profanas e pela atração de visitantes e turistas que se aglomeram nas praias, bares e restaurantes situados às margens do rio.

Foto 52 – Lavadeiras do rio São Francisco, povoado Niterói



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 53 – Embarcação com imagem de Bom Jesus dos Navegantes em procissão fluvial, povoado Ilha do Ouro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

⁹ Jogo de azar semelhante ao bingo, cujos participantes devem marcar em uma cartela numerações retiradas do bozó (saco de tecido). Vence o jogador que marcar três numerações de uma fileira horizontal da cartela.

A despeito da proximidade e inter-relação com outras culturas do próprio município, os elementos culturais que regulam o cotidiano do beradeiro, diferenciam-se do modo de vida do homem do interior do Sertão. Esse último não dispõe da água em abundância e dos alimentos ofertados pelo rio – maiores riquezas dos pescadores –, nem tampouco é devoto de Bom Jesus dos Navegantes, que protege os desbravadores das águas do rio São Francisco.

As lavouras de arroz, orientadas pelo regime das cheias e vazantes do rio, constituíam o principal cultivo dessas comunidades ribeirinhas. Com as alterações provocadas pela construção de barragens no rio São Francisco, esse plantio foi eliminado e as comunidades adquirem esse alimento no mercado, oriundo, inclusive, da região sul do país. Os pescadores/agricultores que mantêm acesso a terra, desenvolvem em áreas diminutas o cultivo consorciado de milho, feijão e hortaliças. Em contraposição a agricultura desempenhada por tais sujeitos, avançam nas terras situadas às margens do curso fluvial, estabelecimentos rurais voltados para a prática do veraneio e dedicados a fruticultura irrigada de melancia, banana, mamão e manga.

A afirmação das identidades quilombolas e Xokó consiste em um movimento de autodefinição imprescindível no processo de reterritorialização dos negros do Mocambo e dos índios da Ilha de São Pedro. Na perspectiva de Claval (2008, p.21), “é se opondo aos outros e, simultaneamente se identificando aos seus, que se constrói uma identidade”. Preservar suas tradições e legitimar-se enquanto povos distintos dos demais grupos sociais dominantes no Sertão sergipano foram os primeiros passos para conquista e retomada de suas terras.

A vocação para o trabalho na terra a partir da manutenção de atividades agropecuárias tradicionais e o modo de vida influenciado pelo cotidiano ribeirinho condiciona o afloramento nos territórios de identidades múltiplas: eles se consideram sertanejos, agricultores, pescadores, beradeiros, mas, antes de tudo, quilombolas e Xokós.

Nos territórios onde estão situadas as terras dos quilombolas e dos indígenas, predominam reservas de caatinga praticamente intactas. Foi identificada entre esses grupos, o respeito à conservação da natureza. É da caatinga que esses grupos retiram as ervas (raízes, cascas, folhas e flores) utilizadas na elaboração dos chás, lambedores e garrafadas que cuidam das enfermidades físicas dos membros da comunidade. Algumas plantas também compõem rituais de rezas, realizados por benzedeiras(os), que curam as enfermidades espirituais como o mal olhado, o ar ruim, o fogo selvagem, a espinhela caída e os males da cabeça. Referente, especificamente aos Xokós, é na mata que eles iniciam rituais de definição das lideranças da comunidade, a dança do Toré e o agradecimento e respeito às divindades.

La Blache (2005[1991], p.14) menciona que “um gênero de vida constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas”. Esse comportamento nunca foi negligenciado pelos povos, desde os primórdios das civilizações. Conforme o autor, mais complexos são os hábitos imbricados no gênero de vida dos grupos sociais. Eles imprimem marcas no espírito resultantes de forças adquiridas de gerações sucessivas.

O modo de vida que regula a rotina desses grupos está, intimamente, associado ao desempenho de atividades agrícolas, predominando os cultivos tradicionais consorciados de milho, feijão, fava, abóbora e mandioca. O trabalho é realizado coletivamente pelas famílias que se revezam entre o plantio e a colheita (Foto 54). No preparo da terra, foram identificadas modificações da base técnica com o uso de arado mecânico. Entretanto, os agricultores empregam procedimentos como a limpeza artesanal da roça, contrapondo-se a métodos produtivos que fazem uso de agrotóxicos. É da terra que os Xokós também retiram o barro (argila) utilizado na elaboração das panelas pelas mulheres da comunidade (Foto 55).

Foto 54 – Limpeza artesanal e coletiva da roça, comunidade Mocambo



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 55 – Elaboração artesanal de panelas de barro, comunidade Ilha de São Pedro



Autor: SILVER, Denisson. 2015.

O processo de aculturação dos negros e dos indígenas a partir do catolicismo missionário fragmentou as manifestações culturais desses grupos, especialmente, as expressões religiosas dos seus ancestrais. No Mocambo, os quilombolas foram convertidos ao cristianismo católico romano, fator que contribuiu para a dissolução das religiões de matriz afro-brasileira. A principal herança imaterial dos seus antepassados é o samba de coco, cujos participantes, vestidos de branco, dançam e entoam cânticos de valorização da coragem e força do negro.

Apesar dos Xokós serem convertidos ao catolicismo, na Ilha de São Pedro há o cruzamento cultural com expressões religiosas animistas. É por intermediação da mãe

natureza, dos seus deuses e ancestrais que são predestinados o cacique e o pajé, lideranças da comunidade. O ritual do Ouricuri, cerimônia secreta com participação exclusiva dos indígenas, possui dentre as práticas a beberagem da jurema e a dança do Toré, manifestações que transcendem os indígenas para o contato com suas divindades e seus antepassados.

Na Festa da Retomada, comemorada no dia 9 de setembro, os índios realizam o Toré (Foto 56), reverenciando seus deuses pela luta e conquista da Terra Caiçara. A dança ritmada por cantos, pela batida do pé e por instrumentos artesanais tem a participação das crianças e mulheres e homens adultos. Todos apresentam pinturas tribais corporais à base de jenipapo e urucum, os homens usam calções pretos, lanças de madeira e cocares de pena e palha, enquanto as mulheres travestem acessórios artesanais, saias de palha e blusas brancas. Os pontos centrais da dança é o mastro com a bandeira do povo Xokó – que leva o desenho de um cocar e a data de retomada das terras – e o cruzeiro erguido defronte à capela de São Pedro, padroeiro da comunidade. Ainda dançando eles adentram a igreja, onde é celebrada a missa pelo pároco e/ou pelo bispo (Foto 57).

Foto 56 – Dança do Toré na Festa da Retomada, comunidade Ilha de São Pedro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 57 – Celebração religiosa na Festa da Retomada, comunidade Ilha de São Pedro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Os índios participam da comunhão e realizam cânticos e orações do catolicismo, todavia, a missa difere das celebrações comumente realizadas pela Igreja Católica. O espaço do altar, geralmente centralizado na figura do celebrante católico, é também compartilhado com o pajé, o cacique e outros membros da comunidade (Foto 57). Após a bênção final, os líderes indígenas falam em nome da comunidade, reportam para a luta do seu povo e afirmam que esse é território Xokó. O homem define sua identidade a partir do reconhecimento do território e do grupo com o qual partilha sua vida social e cultural. Para Carneiro (1998), é um processo de comunicação entre os sujeitos através de uma memória coletiva herdada das antigas gerações, dos ancestrais.

Haesbaert (1999, p.172), por sua vez, ressalta que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território”. Essa apropriação do território é simbólica e material e constitui elemento de autenticidade do grupo.

Na configuração territorial do município, destaca-se ainda a figura singular do vaqueiro. O seu espaço de domínio abrange diversos territórios que ultrapassam a limitação do recorte espacial estudado. Trata-se da personalidade mais emblemática e mítica do Sertão, imortalizada na musicalidade regional de cantores como Luiz Gonzaga, Marinês, Flávio José, Dominginhos, Clemilda, Vavá Machado e Marcolino, Kara Véia e Antônio Carlos Du Aracaju. Sua vida e seus feitos também são representados nos versos fictícios da literatura de cordel de Patativa do Assaré e tantos outros poetas anônimos do Sertão.

A lida na pecuária ou a “vida de gado”, como preferem chamar, fundamenta seu cotidiano, seu modo de vida. Câmara Cascudo (1999[1954]), em sua obra *Dicionário do Folclore Brasileiro*, define-o como

Pastor do gado, guarda das vacas; *cow-boy*, rapaz da vaca, *Vacher*, pastor de bezerros, *Rinderhirt*, figura central do ciclo pastoril. Sua atividade determina-lhe o individualismo arrogante, autonomia moral, decisão nos atos e atitudes. É o clima ideal para o cantador de desafios, o cangaceiro afoito, o valente defensor da propriedade confiada à sua coragem solitária. (CASCUDO, 1999[1954], p.900).

O vaqueiro compreende um ator imprescindível na ocupação e formação sociocultural do Sertão nordestino. Na perspectiva de Diniz (1996), foi utilizando-se da quarteação – sistema de compensação de trabalho nos grandes estabelecimentos rurais –, que ele se transformou em pequeno criador de gado, processo que contribuiu para a constituição de uma estrutura fundiária com predomínio de pequenos e médios pecuaristas no Sertão de Sergipe.

No ano de 2013, atendendo a reivindicações dos vaqueiros é sancionada a Lei nº 12.870, que dispõe sobre o reconhecimento do exercício da sua atividade profissional. Em seu Art. 2º “considera-se vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, manejo e condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino” (BRASIL, 2013). Além de reconhecer a categoria, o dispositivo contribui legalmente para a preservação das atividades e manifestações culturais desempenhadas por esse sujeito.

O fruto do seu trabalho é o pequeno rebanho de bovinos com predomínio das chamadas vacas parideiras, que lhe garante a obtenção diária do leite – produto com valoração de uso e troca – suficiente para a reprodução social da família. Apesar do valor atribuído aos bovinos, para o vaqueiro seu animal favorito é o cavalo. Nas regiões do Sertão, dominadas

pelo ciclo do gado, é o cavalo que o acompanha na rotina diária e é seu companheiro nas façanhas das pegadas de boi no mato.

Enquanto conduzem o gado, os vaqueiros entoam os aboios, canto livre de improvisação e sem palavras, marcado por vogais. O aboio geralmente inicia e finaliza com uma incitação a boiada: *ei boi, boi brabo, ei lá* (CASCUDO, 1999[1954]). Os que são salientados como *bons aboiadores* também são exíguos nas toadas. Trata-se de canções breves e improvisadas de pequenos versos e refrãos, entremeadas com aboios. Essas cantigas retratam a lida com o gado, os feitos heroicos dos vaqueiros, as recordações dos amigos e os sentimentos pelas mulheres faceiras. A toada “*O Acordar do Sertanejo*” de Vavá Machado e Marcolino (Quadro 6), compositores de toadas e músicas no estilo forró de vaquejada, reportam entre versos e aboios, a vida, o trabalho e as façanhas do vaqueiro. Na lida com o gado, na improvisação das toadas e aboios, o vaqueiro legitima sua identidade.

Quadro 6 – Toada "O Acordar do Sertanejo"

Passa pra lá boi manso, ô boiada teimosa Oi! Ah! Ôôôôôê...	O aboio do vaqueiro é um grito muito estridente Que anima os fazendeiros com seus bonitos repentes E é os guerreiros brindados, que mata e morre e não sente Aêêêêêa...
O sertanejo se acorda antes de amanhecer o dia Começa soltando aboios com a voz branda e macia Todo o gado sai berrando em destino a vacaria Aêêêêêa...	Quem não gostar de vaqueiro não é nordestino aprovado É gente sem formação ou que nada tem estudado Se esquece que seu sapato é feito do couro do gado Aêêêêêa...
O vaqueiro se levanta, deixa seu rádio ligado Seu patrão fica dormindo, o sono mais desejado Quando as emissoras abrem não fica ninguém deitado Aêêêêêa...	Peço desculpas amigos se a toada não prestou É uma pequena homenagem dedicada ao criador De Vavá e Marcolino e de Jota locutor Aêêêêêa...
A filha do fazendeiro combina com a empregada Amanhã me acorde cedo, pra escorrer a coalhada Que os aboios desses vaqueiros me deixa emocionada Aêêêêêa...	A toada terminou toda cheia de harmonia Zezé Arlindo e Vavá, um trio de garantia Chamados os Bridões de Ouro, correios da alegria Aêêêêêa...
O fazendeiro se anima, chama o vaqueiro atenção Manda tratar dos cavalos, todo dia dar ração Manda avisar no programa, pra reservar inscrição Aêêêêêa...	Ô boi manso... Segura no rabo do boi Aloísio Bicho mole desgraçado (Vavá Machado e Marcolino)

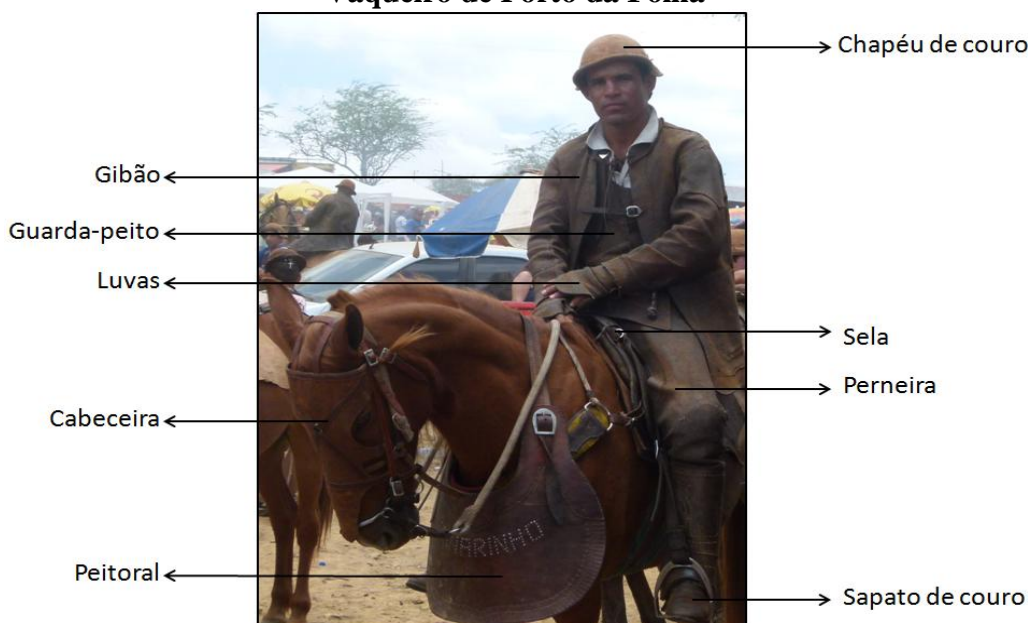
Fonte: www.letras.com.br.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Também são singulares as vaquejadas, festas protagonizadas pelos vaqueiros que, montados em seus cavalos, adentram a caatinga para capturar o gado bravio. Sua proteção vem da fé em Deus e da indumentária de couro curtido (Foto 58): guarda-peito, gibão, perneiras, luvas, chapéu e sapatos de couro, que os protegem dos espinhos, trocos retorcidos e espécies de plantas urticantes. O cavalo também possui acessórios de couro como a sela,

utilizada como acento na montaria, e a cabeceira e o peitoral, que protege o animal do impacto com a vegetação.

Foto 58 – Indumentária do vaqueiro e principais acessórios do cavalo, Festa do Vaqueiro de Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.
Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Na saída da caatinga, o vaqueiro é recebido por sua família e pelos espectadores como um herói. Orgulhoso, ele expõe as marcas na sua face como símbolo de valentia e bravura. A coragem ao adentrar no mato, os riscos da atividade, a indumentária de couro e o reconhecimento de sua voracidade são elementos que os tornam seres dotados de uma identidade particularizada, alicerçada na história e na labuta diária do sertanejo.

As festividades populares, expressões simbólicas do Sertão, traduzem a relação de pertencimento do homem com o território. Para além das vaquejadas, serão retratadas as manifestações festivas que remetem à cultura pastoril do sertanejo.

5.2 Festividades tradicionais: a cultura como elemento de territorialidade

As festividades consistem manifestações culturais que reavivam os territórios e têm a capacidade de aglutinação de pessoas em busca de propósitos comuns: festejar, rever familiares e amigos, comemorar o final ou início de um novo ciclo, agradecer e pedir benções aos deuses. Elas dão ritmos aos importantes momentos da vida familiar e marcam os tempos da vida coletiva, religiosa e cívica (CLAVAL, 2001). A resistência e (re)invenção dessas

manifestações possibilita a comunidade interpretar a história e conhecer o território em diferentes temporalidades.

Para Almeida, Oliveira e Vargas (2011, p.3), a festa adquire uma “tessitura particular que, sem ser semelhantes àqueles da vida quotidiana, criam uma ruptura forçosa com aqueles comportamentos”. As residências, os povoados, as comunidades e os bairros ganham uma organização específica, cujo significado atribuído tem sentido apenas nos períodos e ciclos das comemorações.

As festividades tradicionais estabelecem relação com o passado histórico (real ou forjado), e sua repetição é condição fundamental para afirmar sua legitimidade cultural. Esse pensamento fundamentado em Hobsbawm (2012) permite apreender essas manifestações enquanto tradições “inventadas”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 2012, p.08, grifos do autor).

A forma como são estruturadas contrastam com a rápida volatilidade das práticas e inovações do mundo moderno. Sua (re)invenção está fundada na tentativa de preservar de modo imutável e invariável aspectos da vida social que designam, ao menos simbolicamente, a continuidade histórica.

A festa, ao apresentar referência ao passado remete ainda a um território material, ou imaterial. Ela é parte “integrante de uma territorialidade simbólica pela qual os grupos afirmam e reivindicam sua identidade cultural” (BOSSÉ, 2004, p.168). Apesar de sua condição transitória, as simbologias que as constituem, não raro, traduzem uma realidade territorial, condizente com sua dinâmica social, econômica e cultural, bem como, com a identidade dos lugares e daqueles que vivem as manifestações, conforme se pode observar a seguir.

5.2.1 Entre vaqueiros e cavaleiros: a afirmação da identidade sertaneja pastoril

Conforme reportado na seção 3, a formação econômica e social do Sertão sergipano está intimamente vinculada ao desenvolvimento da pecuária. Diante desse contexto, diversas festividades associadas à cultura pastoril foram (re)inventadas, constituindo importantes

marcadores identitários dos grupos sociais. No quadro 7, estão elencadas as principais manifestações festivas de Porto da Folha vinculadas à dinâmica das práticas pecuaristas.

Quadro 7 – Porto da Folha/SE, Festividades Atreladas às Atividades Pastorais, 2015-2016

Festividades	Manifestações/Práticas
Vaquejada no mato	Pega de boi no mato; Prática de cavalgar; Missa do vaqueiro; Cortejos de vaqueiros e cavaleiros; Musicalidades e danças ritmadas pelo forró; Toadas.
Cavalgadas	Prática de cavalgar; Cortejos de vaqueiros e cavaleiros; Musicalidades e danças ritmadas pelo forró; Toadas.
Corrida de argola	Corrida com lança; Prática de cavalgar; Musicalidades e danças ritmadas pelo forró; Toadas.
Vaquejada de mourão	Corrida em arena; Musicalidades e danças ritmadas pelo forró.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

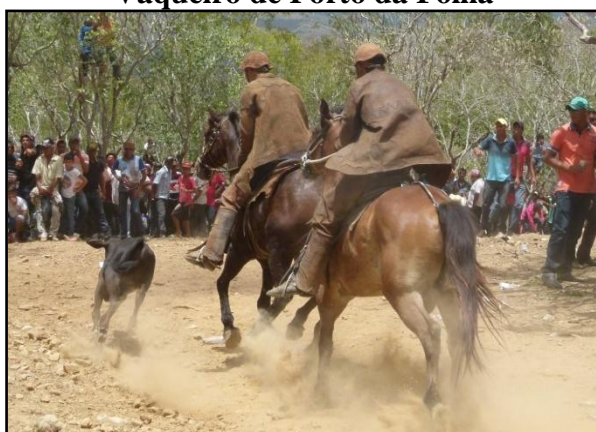
A vaquejada tem sua origem na festa da apartação, organizada por fazendeiros que convidavam vaqueiros das localidades circunvizinhas e de seu estabelecimento para recompor o gado solto na mata com vistas à comercialização (ABREU, 1930; MENEZES; ALMEIDA, 2008). O caráter extensivo da pecuária na caatinga até a segunda metade do século XX demandava habilidade e coragem para os vaqueiros, que tinham como trabalho nas fazendas a missão de recolher e capturar o gado bravio na mata fechada, coberta por vegetação herbácea e cactácea espinhosa, arbórea e arbustiva de troncos retorcidos. Nos relatos dos vaqueiros sobre sua saga nas pegadas de boi no mato, é reportado o processo de invenção da vaquejada, enquanto festa, a partir da decadência da pecuária extensiva na caatinga.

De 20 anos pra frente já comecei a correr, às vezes era necessidade, tinha precisão, às vezes tinha precisão, mas, depois inventaram a festa, era pra ir pra festa, mas, tinha por precisão também, porque o gado era brabo no mato, tinha que pegar pra vender, botar pro curral. O gado de hoje tem mais velocidade que o de antigamente, o gado de hoje é ensinado a correr da porteira do curral e desse tempo era criado no mato, o gado num sabia correr. Antigamente na caatinga ele se assombrava com a gente, corria, mas, adiante a gente pegava e hoje tem que sair da porteira do curral na maior velocidade, ou pega ligeiro, ou vai embora ligeiro. Antes era caatinga, hoje é capoeira. Esse olho ceguei correndo gado, no mato. Eu correndo atrás de uma novilha, era eu, Miguel e Zé de Miguelzinho, nós correndo atrás de uma novilha, adiante ela pegou uma vara de marmeleiro e envergou, quando envergou o cavalo topando nela, pertinho dela, quando a vara escapou dela foi em cima do meu olho, aí ceguei de uma vez, num teve conversa. Mesmo assim, com um ano, na festa, eu corri e peguei, eu gostava, gostava e achava bom e tinha cavalo bom. Os cavalo da gente, quando a gente colocava a sela ele sabia o que ia fazer, a gente só botava a sela pra correr uma rês. (AS, povoado Lagoa do Rancho, 2015).

As vaquejadas antigamente, não era festa, era de precisão pegar aquele gado, gado brabo nascido e criado no mato. Tinha vaca parida que nunca viu um curral. Ainda hoje se chama pega de boi, porque naquele tempo era pegar boi. Cada fazendeiro tinha 50, 100 boi, Mané de Bugino tinha mais de 500. E com o tempo foi se acabando as mata aí pegaram a fazer festa, como a de Porto da Folha, quem fez o curral da festa de Porto da Folha fui eu. Antigamente o fazendeiro matava duas, três criação (carneiros), fazia buchada pra pegar o gado porque era de precisão pegar. Prendia boi naquele tempo, boi de era. O boi de era é porque eles só vendiam boi daquela era, o boi que tivesse seis anos, eles só vendiam naquela era de seis anos, se ainda tivesse um boi maior de que aquele mais sendo mais novo eles num vendia. Todo mundo se senti bem com as coisas que tem vontade de fazer. Então, a minha vontade era pegar aquela rês e pegava e me sentia bem, até os meus amigos se sentia bem. Uma vez eu peguei uma pancada aqui, quebrei isto aqui e na testa o couro pendurou que foi preciso amarrar a camisa pra ir pra o médico, mas, na rês que eu corri, que fez esse arte (acidente), eu pedi que ninguém corresse, quem queria correr era eu novamente e fui, corri e peguei novamente (MP, povoado Lagoa do Rancho, 2015).

Além de uma atividade do campo ou festa, a vaquejada configura-se como marcador identitário de grupos sociais do Sertão. É no território, palco de operações simbólicas (ALMEIDA, 2008), que esses sujeitos legitimam sua cultura. A diminuição da cobertura vegetal, substituída pelas pastagens, e o cercamento das propriedades, tornou a busca pelos bovinos na caatinga uma prática irrelevante. Todavia, com a finalidade de manutenção da tradição, a atividade é transformada em festividade e prática de lazer (Fotos 59 e 60).

Foto 59 – Pega de boi no mato, Festa do Vaqueiro de Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Fotos 60 – Pega de boi no mato, Festa do Vaqueiro do povoado Lagoa da Volta e dos Quilombolas



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Na perspectiva de Menezes e Almeida (2008, p.184), o trabalho do vaqueiro “torna-se festa; a seriedade do trabalho como cumprimento da obrigação torna-se alegria, que se reveste

no encontro com os amigos, na demonstração de habilidade, de destreza, de vigor físico dos sertanejos”.

As vaquejadas são realizadas durante todo o ano em estabelecimentos rurais e nas imediações da sede do município e têm como protagonistas os vaqueiros. As festas que ocorrem isoladamente nas fazendas ou são promovidas por pequenos criadores de gado possuem um porte menor. Configura-se como um encontro entre amigos, com a presença de poucos participantes e um número reduzido de reses soltas na caatinga. Assim como abordado por Menezes e Almeida (2008), foi identificado que, nessas festividades, as premiações para os vaqueiros que capturam o gado nas corridas apresentam um pequeno valor quantitativo, convertidos em remuneração em capital, artigos para o vaqueiro, caprinos, ovinos, galinhas e bebidas. Os prêmios, não raro, são inferiores ao valor da inscrição efetivada pelo vaqueiro. Por sua vez, essa condição não torna a vaquejada irrelevante: o que importa é competir e a “consideração” pelos amigos que a organizou.

Práticas cultural-religiosas do sertanejo também são protagonizadas durante as vaquejadas. Costuma-se ocorrer à realização de missas e benções no início ou final das festividades. Os cortejos da alvorada e do encerramento levam a imagem dos santos padroeiros dos lugares. As pegas de boi no mato ocorrem, predominantemente, nos sábados e às quartas-feiras, excetuando o domingo considerado um dia santo, de resguardo.

Algumas vaquejadas que, a princípio, possuíam uma pequena dimensão foram transformadas em grandes eventos. Além da missa e desfile do vaqueiro, que ainda perduram, ocorreu o aumento dos dias festivos, foram inseridos o concurso para a escolha da rainha da vaquejada, os *shows* com músicos de estilo *country*, de forró eletrônico e bandas de axé. É o caso da Festa do Vaqueiro realizada desde o ano de 1969 na sede do município de Porto da Folha, cujo evento ganhou grandes proporções, transformando-se em atrativo turístico.

Participam da festa mais de 500 vaqueiros e, diferentemente das vaquejadas promovidas pelos pequenos criadores de gado, na Festa do Vaqueiro de Porto da Folha o valor da inscrição é elevado, chegando a R\$ 240,00, e as premiações variam em valores em dinheiro e motocicletas. Os vaqueiros das comunidades e municípios circunvizinhos preparam-se durante o ano para participar da festa, considerada “a mãe das vaquejadas”. No entanto, as limitações impostas pelo elevado valor das inscrições, não raro, excluem a participação de muitos vaqueiros. Constatou-se ainda um processo de informatização das inscrições, dispondo os participantes da alternativa de pagamento eletrônico através de transferência e boleto bancário.

A adesão a elementos inovadores não indicam que as antigas estruturas culturais tornaram-se obsoletas (HOBSBAWM, 2012). A cultura não pode ser apreendida enquanto um conjunto fechado e inflexível de comportamentos, normas, práticas e técnicas. Para Claval (2001, p.63), ela está arraigada a um passado e mergulha no território, o que não a impede de se transformar “sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio”. As modificações as quais perpassam as vaquejadas constituem, predominantemente, uma busca constante pela preservação da tradição.

Os dias festivos ocorrem na sexta (abertura), sábado (corrida no mato) e domingo (encerramento) do último final de semana do mês de setembro. A escolha da data está associada aos saberes tradicionais dos vaqueiros com relação às características climático-botânicas do semiárido: trata-se do período que, predominantemente, não chove, mas, a caatinga ainda está verde devido à proximidade com o fim do período chuvoso.

Durante a festa, a sede do município é tomada por cavaleiros procedentes de Sergipe e demais estados do Nordeste do Brasil. A cidade, regulada por hábitos e costumes do campo, denota a força da ruralidade tradicional sertaneja, que contrasta com os elementos da cultura urbana trazida pelos milhares de turistas. Muitos desses desconhecem a origem e a dinâmica da pega de boi no mato, mas, são atraídos pelo *marketing* e pela proporção que o evento adquiriu. Foram identificadas diferentes representações atribuídas à festa pelos visitantes, vaqueiros e buraqueiros. Para os dois últimos, a vaquejada carrega símbolos e elementos identitários, que qualificam e dão significado à sua vida. Para os turistas, especialmente, aqueles não procedentes do Sertão, a festa possui apenas valor de entretenimento e diversão.

Nos meses que antecedem o evento, as chácaras, residências, pousadas e hotéis são previamente alugados pelos visitantes. O comércio local é impulsionado, e durante os dias festivos são montadas, nas ruas e praças, barracas com artigos para o vaqueiro (selas, chapéus, cabrestos, botas, tacas e esporas), parques de diversão, bares e minilanchonetes ambulantes, estrutura voltada para atender os participantes da festa. Cavaleiros, Amazonas e demais participantes da festa travestem-se, principalmente, com roupas que remetem à dinâmica do espaço rural, sobressaindo o uso de botas, chapéus e calças *jeans* em combinações que se aproximam do estilo *country*. Vaqueiros tradicionais preferem utilizar acessórios de sua indumentária de couro como expressão de valorização, orgulho e satisfação de pertencer à cultura vaqueira.

Almeida (2014) ressalta que as festividades rurais têm atraído o turismo e proporcionado um processo de revalorização do rural. Carneiro (1998), ao analisar a constituição de novas identidades rurais no município de Nova Friburgo/RJ e em uma aldeia

dos Alpes franceses – que promove festas “à camponesa” –, ressalta a introdução de novas possibilidades de trabalho e elevação da renda familiar.

Nas duas últimas décadas, a festa foi fomentada pelo poder público a partir de uma perspectiva de atração turística com vistas ao dinamismo da economia local. Suas ações estão voltadas, predominantemente, à organização do comércio informal alocado nas ruas (bares, barracas de alimentos, parques infantis) e a contratação de *shows* musicais vislumbrando a atração de turistas e visitantes. Além disso, houve uma tentativa junto à Associação Recreativa Parque Nilo dos Santos – a quem compete a promoção da festa – de valorização de manifestações tradicionais, como os forró pé de serra no clube do vaqueiro e a pega de boi no mato.

Nesse contexto, deve-se enfatizar o protagonismo dos membros da associação, formada, predominantemente, por vaqueiros e agricultores, no trabalho para angariar recursos financeiros com vistas à manutenção das representações tradicionais da festa, como os cortejos de vaqueiros e cavaleiros na alvorada e encerramento da vaquejada, o incentivo aos grupos de forró pé de serra e de aboiadores, bem como, a valorização e promoção das pegas de boi.

As pegas de boi são realizadas no Parque de Vaquejada Nilo dos Santos, nas imediações da comunidade Serra dos Homens. Em duplas ou em grupos, os vaqueiros montados em seus cavalos, usando suas vestimentas de couro, adentram a caatinga com a finalidade de capturar o boi, previamente sorteado. Nesse espaço, a festa remonta à sua origem: o vaqueiro com suas indumentárias de couro, exibindo suas faces cortadas e machucadas, o curral velho com o bravio gado “pé duro”, o locutor e aboiadores improvisando toadas, e o salão de dança com forró pé de serra e de vaquejada.

Além da Festa do Vaqueiro de Porto da Folha, foi identificada outra vaquejada que vem adquirindo grandes proporções. Trata-se da pega de boi no mato promovida por quilombolas da comunidade Mocambo, juntamente com agricultores do povoado Lagoa da Volta. Conforme o locutor Maurício do Pajeú, essa festa é a segunda maior pega de boi no mato do município Porto da Folha. A vaquejada é realizada na reserva de caatinga pertencente à comunidade quilombola do Mocambo e atrai vaqueiros sobretudo de Sergipe, Alagoas e Bahia. As premiações variam entre valores em dinheiro, carneiros, bodes e bovinos.

Na Fazenda Pajeú é promovido ainda o Circuito de Vaquejada no Mato. As corridas ocorrem durante todo o ano nas quartas-feiras e aos sábados, e são disputadas entre turmas de vaqueiros procedentes das comunidades locais e municípios circunvizinhos, que se dividem em duplas de corrida.

Os vaqueiros que pegarem as reses são classificados para disputar a pega de boi no mato que ocorre no último dia do circuito. Nesse dia, a festa atrai inúmeros vaqueiros e espectadores que, em meio ao consumo de bebidas alcoólicas e forró nos estilos pé de serra e vaquejada, esperam em pontos estratégicos da caatinga a consagração do vaqueiro vencedor da disputa.

Durante as vaquejadas não foi identificada a participação de mulheres nas corridas, e poucos exemplos de mulheres que outrora tenham vivenciado a experiência da pega de boi no mato foram mencionados pelos vaqueiros. Na concepção deles e também das mulheres, vaquejada é coisa de homem.

Reiteramos que essa conjuntura remonta a uma questão de gênero e apresenta fundamento nas discussões já realizadas nesse estudo a partir das contribuições de Woortmann e Woortmann (1997), que analisam a divisão de tarefas entre mulheres e homens agricultores(as) no Sertão e Agreste sergipano. Nesse sentido, os autores reportam que o espaço de dentro é domínio das mulheres, e o espaço de fora é domínio do homem. Logo, a vaquejada realizada no espaço de fora, consiste uma atribuição do gênero masculino. Nota-se, inclusive, a inexistência de reivindicação entre as mulheres na tentativa de disputar e apoderar-se desse território. Nas vaquejadas elas são espectadoras que aguardam, angustiadas e ao mesmo tempo orgulhosas, o reconhecimento da coragem e bravura dos seus filhos, esposos, pai e irmãos.

Associada às pegas de boi no mato, foi criada nas últimas duas décadas as cavalgadas. Durante a realização das vaquejadas, os espectadores que não participam das corridas (agricultores e trabalhadores liberais), assim como os vaqueiros, costumam cavalgar em seus cavalos nas fazendas e localidades onde são promovidas as festas. Essa prática é constatada na Festa do Vaqueiro de Porto da Folha e na Festa do Vaqueiro do Povoado Lagoa da Volta e dos Quilombolas, cujas localidades são tomadas por centenas de cavaleiros.

A prática de cavalgar, intrínseca às atividades pastoris do sertanejo, transcende o território cultural das vaquejadas e adquire atributo de festa com a denominação de cavalgada (Fotos 61 e 62). Sua organização tem contribuição direta dos vaqueiros, reconhecidos enquanto personagens imprescindíveis na realização do evento. Colaboram ainda nos preparativos grupos de recreação de cavaleiros e lideranças locais, que angariam recursos junto aos agricultores, comerciantes, trabalhadores liberais e grupos políticos.

Foto 61 – Cavalgada, Porto da Folha

Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 62 – Cavalgada, povoado Lagoa do Rancho

Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Desprovida de incentivos públicos e empresariais, as cavalgadas caracterizam-se pela inexistência do *marketing*, sendo promovida pelos atores locais. Elas são realizadas durante todo o ano em comunidades rurais e na sede do município, e atraem comboios e caravanas de vaqueiros e cavaleiros de diversas localidades situadas no Sertão sergipano. Em um palanque erguido para apresentação de *shows* musicais, o locutor e os aboiadores anunciam e agradecem à chegada das turmas através de toadas. Os versos também homenageiam os organizadores da festa, os antigos vaqueiros e as pessoas que foram importantes para o desenvolvimento da comunidade.

O momento mais esperado é o desfile que apresenta à frente amazonas trajadas de vaqueiras ou no estilo *country*, levando as bandeiras do município, do estado de Sergipe e do Brasil. Vaqueiros com suas indumentárias de couro trazem faixas que saúdam a cavalgada, e um carro de som leva o locutor e os aboiadores. Logo depois, dispostas em duas fileiras, vêm os comboios e grupos de cavaleiros.

Após a finalização do desfile, ocorrem diversas premiações para a amazona mais bonita, o vaqueiro mais novo, o vaqueiro mais velho, o vaqueiro da localidade mais distante, o cavalo mais bonito, o cavalo mais feio e o cavalo mais adestrado. Os prêmios possuem um valor simbólico e variam entre artigos para o vaqueiro e bebidas. Posteriormente, ocorre a apresentação de *shows* com músicos locais e regionais, cujas danças são ritmadas pelo forró eletrônico, pé de serra e de vaquejada.

A relação identitária do sertanejo com a prática de cavalgar e com as atividades pastoris motivou ainda a criação das corridas de argola (Foto 63). Conforme ressaltado pelos corredores, essa tradição apresenta semelhança com as argolinhas e cavalhadas (Foto 64).

Foto 63 – Corrida de argola, povoado Craibeiro



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 64 – Participantes da cavalcada ornamentados, Poço Redondo/SE



Autor: SOUSA, Antonio Lindvaldo. 2013.

Câmara Cascudo (1999[1954]) menciona que a argolinha é uma manifestação cultural realizada em Portugal desde o século XV e foi trazida para o Brasil no período da colonização. Conforme o autor, “pendendo de um arco ou poste enfeitado, uma argolinha deve ser tirada pela ponta de lança do cavaleiro, em desfilada. A argolinha enfiada na lança era oferecida a uma autoridade ou às moças e senhoras, havendo prêmios” (CASCUDO, 1999[1954], p.103). A corrida de argola também se assemelha às cavalcadas, manifestação cultural de influência europeia medieval.

Baseando ainda no referencial de Câmara Cascudo (1999[1954]) e nos relatos dos corredores de argola, as cavalcadas compreendem competições entre cavaleiros que, a partir de corridas com lança, têm o objetivo de retirar uma argola colocada entre duas hastes de madeira erguidas e encravadas no solo. A disputa é realizada por duas equipes de corredores, compostas por integrantes distintos por cores, predominantemente, vermelho e azul, representando, respectivamente, os cristãos e os mouros ou os encarnados. Os cavalos e os cavaleiros são ornamentados com fitas de suas respectivas cores. Nas cavalcadas estão embutidas simbologias atreladas ao catolicismo popular. Em muitas competições, antes do início da batalha, os participantes saúdam em uma capela o santo padroeiro, pedindo sua proteção. Da mesma forma, no término das corridas os integrantes prestam uma homenagem ao santo defronte à igreja. Além disso, uma banda de pífanos é responsável pela animação, que acompanha o cortejo ao local da batalha, e um trio de jurados é incumbido de fiscalizar a corrida e declarar o grupo vencedor. As cavalcadas atualmente não são promovidas no município. Todavia, os corredores rememoraram características das competições, reportando para semelhanças e diferenças em relação às corridas de argola.

A cavallhada de antigamente é corrida de argola e salto. Antigamente, bem antes, eles corria por cores. Tem o partido vermelho, que nem fosse reisado, partido azul, aí colocava aquelas fitas, aí juntava dez vaqueiros de um lado, por exemplo, e dez do outro e contavam as argolas das equipes, daí saia o vencedor. Hoje você corre por sua conta, você tá contra dez, mas, naquele tempo era dez contra dez. Então era os partidos, as equipes. Hoje você corre particular, é individual e antigamente a questão enfeitamento era esse: trabalhava cada um mais enfeitado (GLV, povoado Lagoa da Volta, 2015).

A principal similaridade entre as cavallhadas e as corridas de argola é a destreza do cavaleiro, que tem como finalidade tirar com uma lança a argola colocada entre as hastes de madeira. Diferentemente da cavallhada, na corrida de argola as competições não são realizadas por equipes, mas, individualmente pelos vaqueiros. Nota-se ainda a inexistência de ornamentação das vestimentas e dos cavalos, além da não relação simbólica com alguma divindade.

Os participantes das disputas apontaram também modificações intrínsecas às corridas, destacando mudanças nas regras de pontuação, diminuição do tamanho da lança – atualmente, assemelhando-se a um punhal –, bem como, a redução do raio da circunferência da argola.

A regra de hoje é o seguinte, elas antigamente era por ponto e hoje ela é por argola, porque antigamente eles julgava: primeira argola oito, segunda argola nove, terceira argola dez e hoje nós é senha batida com três carreira, ratou? Aquela senha sua é eliminada, você volta pra segunda senha, se você tirar as três em seguida ela é batida, ela vale pra disputa final. É a classificatória e depois vai pra final. Lá na minha festa, em março, no povoado Lagoa da Volta, correu 350 senhas, 35 vaqueiros, cada um com dez senhas, classificou sete, porque hoje a argola é muito pequena, antigamente era diferente, né? A lança de antigamente era maior, hoje num é. A argola de antigamente ela era uma argola, que você acertava de longe, então quer dizer, que as coisas foram se apertando, ela era maior, então hoje os vaqueiros vai ficando uns profissionais e ela vai diminuindo. Então é o seguinte as normas hoje é diferente (GLV, povoado Lagoa da Volta, 2015).

Para os organizadores das festas, as mudanças exigem mais habilidade, destreza e treino dos cavaleiros. As competições atraem corredores do Sertão sergipano e alagoano, mas também do Agreste e Litoral de Sergipe. Os espectadores, que assistem às corridas e à apresentação de músicos locais, são procedentes da comunidade onde é realizada a festa e das localidades adjacentes.

As competições configuram-se como momento de encontro entre amigos, não apresentando conflito e acirramento entre os participantes. As premiações variam entre valores em dinheiro, animais do campo, bebidas e utensílios domésticos e para o cavaleiro, não raro, comportando menor valor que as despesas com o deslocamento até o local da festa e

a inscrição. Desprovida de apoio do poder público, a manutenção das corridas compete ao protagonismo de vaqueiros, agricultores e grupos de recreação, que ressaltam a necessidade de estímulo à valorização e preservação da manifestação cultural.

Nós gosta da brincadeira da corrida de argola, porque no causo, é como diz a história, já tava quase esquecida e agora nós tá relembando mais. E assim é aquela história, nunca deixar cair de vez. Já tem esses dois meninos aí, todos dois corredorzinhos bom. Já é um negócio que começa de novo, é no causo a vontade, né? Dez anos de idade já tão correndo. Numa base de nove, dez anos eu comecei e andava muito em festa, saia pra fora, tudo, aí dei uma parada mais de tá saindo pra fora, mas, pelo menos aqui na região a gente tá brincando. E gosto, tanto da corrida de argola, como da vaquejada também, de mato, né? É aquela história, a corrida de argola, nós num pode deixar parar de uma vez (BAS, povoado Craibeiro, 2015).

Já teve épocas piores, de festas menores, um faz uma festa maior, outro faz uma festa menor, tentando num acabar, né? A gente tenta manter só pela consideração, porque se você perguntar ao dono da festa: quantos prêmios? O valor da premiação? Aí se você analisar eu saí da Lagoa da Volta, esse daqui saiu da Lagoa Redonda, vem com reboque, com animal. Se ele chegar aqui e ganhar a premiação todinha ele num paga a despesa, então, é aquele termo de consideração que a gente tem, pra a gente manter e num deixar cair, porque se ele fizer uma brincadeirinha aqui e eu num vier, quando eu fazer minha festa ele num vai, tá entendendo? É um caso hoje simplesmente de amizade, gostar da festa, ter a consideração ao parceiro, tá entendendo? Muitas e muitas vez vem o vaqueiro de fora e muitas vez você diz: rapaz venha me ajudar aqui... Ele ainda vai lhe ajudar, então, é essas coisas, hoje é somente a consideração, porque se você avaliar valores, num tem. Essa festa é uma cultura “pequena”. Na corrida de argola, o apoio que a gente tem é particularizado, se num fosse a gente ela já tinha se enterrado, né? Então é uma coisa que a gente gosta, vem tentando manter. Eu tenho fé dela continuar porque hoje tem esses aqui, essas crianças, tá entendendo? A gente tem futuro quando tem criança por o meio, a festa ela tem Deus, né? Então é o seguinte, amanhã se esses se interessarem, eles podem continuar, um inventar de fazer uma festa. Esse aqui é filho dele, aquele é meu filho, então tão numa escola, né? A gente espera que pra frente eles façam melhor do que a gente, eles tão montando aí, acredito que eles gostam, é essa fé que a gente tem (GLV, povoado Lagoa da Volta, 2015).

A relação identitária com a festa fomenta a manutenção e a transmissão da tradição pelos corredores de argola. A cultura “não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade” (GEERTZ, 2008, p.35). Os significados que permeiam as competições são elementos que atribuem sentido à vida desses homens.

Os corredores confiam a manutenção e transmissão da tradição aos seus filhos, netos e sobrinhos. Para Claval (2001; 2008), a família e a comunidade local são matrizes

fundamentais na difusão da cultura, que constituem parte essencial da vida dos grupos sociais. É a partir de suas projeções e de seu grupo social que interiorizam os valores, costumes e tradições que constituem a identidade que necessitam.

Em consonância com as transformações recentes da pecuária – melhoramento genético dos equinos, criação extensiva em pastagens e redução da cobertura vegetal – foi criada a vaquejada de mourão (Fotos 65 e 66), que atualmente também se destaca pela capacidade de aglutinação de pessoas em torno da festa. As competições são realizadas por duplas com o objetivo de derrubar, em uma faixa demarcada por cal, o boi solto em uma arena de areia. Apesar de dominada pelos homens, foram identificadas mulheres que participam de competições e circuitos de vaquejada.

Foto 65 – Vaquejada de mourão, Parque de Vaquejada Dona Neli, setor do Trevo de Porto da Folha



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 66 – Vaquejada de mourão, Parque de Vaquejada Alan Alves, povoado Linda França



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Maia (2003), ao discutir sobre as corridas de mourão, trata essa manifestação enquanto uma reinvenção da pega de boi no mato, todavia, marcada, notadamente, pela descaracterização das práticas e elementos identitários que compõem a tradicional vaquejada na caatinga. Para Menezes e Almeida (2008), a vaquejada de mourão reflete a conjuntura do capital no processo de apropriação e ressignificação da festa. Assim como ressaltado pelas autoras, constatou-se que as vaquejadas de mourão não são atrativas para os vaqueiros do mato, que as consideram pouco animadas, com elementos elitizados e excludentes.

A vaquejada de mourão é mais “importante”, é do grande, pobre num pode brincar, “pobre que entrou quebrou”. Pra lhe dizer a verdade, quase nunca fui nem olhar. Aquilo ali é pra rico, ele quer se divertir, ele num precisa de ganhar uma bota, nem isso, nem aquilo, é pra se divertir. E pro campo ele vai se arrancar, ele não quer. Então, cria aquilo, cria aquele esporte de mourão, uma festa muito importante, mas, pra quem tem condições. O que corre no

mato é mais corajoso, porque é um negócio mais perigoso. Assim como tem o direito de brincar o mourão, que é muito dispendioso, o pobre, como não tem condições, vai correr no campo pra se divertir (MP, povoado Lagoa do Rancho, 2015).

A incorporação de novos elementos em substituição as práticas tradicionais da vaquejada na caatinga, além da elitização da festa, dependente de grandes investimentos financeiros para quem a promove e para os participantes das competições, torna o evento pouco atrativo e sem “brilho” para os vaqueiros das pegadas de boi no mato.

Em Porto da Folha, foram identificados eventos e circuitos no Parque de Vaquejada Dona Neli, situado nas proximidades da sede municipal, e no Parque de Vaquejada Alan Alves, povoado Linda França. Além disso, muitas fazendas possuem arenas destinadas a competições menores ou para treino dos vaqueiros.

As vaquejadas são realizadas no interior dos estabelecimentos rurais e promovidas por fazendeiros e empresários. A festa apresenta um caráter eminentemente privado, com controle de pagamento para ingresso nos espaços delimitados para *shows* (predomínio dos estilos *country* e forró eletrônico e de vaquejada), estacionamento de veículos e, em alguns eventos, para assistir às competições.

Diferentemente dos vaqueiros do mato, muitos cavaleiros que participam das corridas de mourão possuem contratos assinados por seus patrões (fazendeiros e empresários), que detêm o controle parcial das premiações conquistadas nas competições. Os vaqueiros são transformados em profissionais especializados nas corridas. Diante disso, para os competidores, a vaquejada de mourão é uma alternativa de reprodução social e uma oportunidade de ascensão econômica.

A vaquejada de mourão é um meio de vida pra muitos vaqueiros, profissionais que recebem seus salários e sobrevivem das vaquejadas e dos circuitos. É uma coisa que parte mais para o lado econômico. Gira muito dinheiro em torno disso (ARM, povoado Lagoa do Rancho, 2015).

As corridas são subdivididas nas categorias: aspirante, constituída por iniciantes; amador, formada por vaqueiros com habilidade superior à do iniciante; e profissional, que agrupa os cavaleiros mais experientes. O capital investido nas premiações varia de acordo as categorias, situado, predominantemente, entre R\$10.000 e R\$ 50.000. Os valores das inscrições alternam, majoritariamente, entre R\$ 200 e R\$ 1.000 e também estão em conformidade com o tipo de categoria e as premiações das vaquejadas, conjuntura que exclui a participação de pequenos agricultores e vaqueiros de classe baixa.

Quando confrontados os elementos e as práticas que compõem as corridas de mourão e as pegadas de boi no mato, notam-se mais diferenças do que semelhanças. A caatinga cede espaço para a arena de areia; arquibancadas são construídas para o público; a iluminação do local permite que as competições adentrem a noite e a madrugada; predominam as reses da raça nelore em substituição ao gado “pé duro”; ao invés dos rústicos cavalos, são utilizados equinos resultantes de melhoramento genético, como os cavalos da raça quarto de milha; os locutores não possuem a arte do aboio; não se vê vaqueiros com seus trajes de couro; e os confortáveis *trailers* com cômodos climatizados e suítes são ambientes de descanso desfrutados por muitos cavaleiros e suas famílias. Apesar da presença de uma massa relevante de espectadores de diferentes classes sociais, a corrida de mourão é uma festa produzida e usufruída, sobretudo, pela elite, compondo territórios de segregação social.

A importância econômica da festa, apresentando-se enquanto um “grande negócio” para empresários e fazendeiros, estimulou sua expansão para os centros urbanos e, inclusive, para outras regiões do país. Vaqueiros entrevistados durante as pesquisas de campo relataram que já participaram ou têm conhecimento de vaquejadas que ocorrem em outros estados do Nordeste e, também, do Sudeste, Centro-oeste e Norte do Brasil.

Apesar da espetacularização e elitização da festa, observa-se que a vaquejada de mourão emerge como uma nova tradição intrínseca à identidade de grupos sociais do Sertão, sobretudo para aqueles cujas famílias mantiveram, até recentemente, poderio local pautado na concentração fundiária ou experimentaram nas últimas décadas ascensão econômica com o fortalecimento de atividades da agropecuária. Para esses grupos, as competições configuram um novo estilo de vida. Influenciados por gerações passadas, nessas festas adolescentes competem e almejam tornar-se grandes profissionais das vaquejadas de mourão.

As festas tradicionais de Porto da Folha traduzem ainda a relação entre religiosidade e fé na afirmação da identidade sertaneja. Essas manifestações reanimam os lugares e são, para homens e mulheres, refúgios de renovação material e espiritual.

5.2.2 Homens e mulheres de fé: valores e devoção na redefinição das ruralidades

Religião e sagrado são ideias associadas, ambas manifestam-se no espaço (ROSENDAHL, 2002). A manifestação do sagrado é designada pelo termo hierofania, que etimologicamente significa a revelação de algo sagrado. Essa representação ocorre em objetos, lugares, animais ou mesmo em pessoas, desde que nela esteja embutida uma

sacralidade. Tal fenômeno distingue de qualquer realidade cotidiana, não representa algo do nosso mundo e configura-se como misterioso.

A manifestação do sagrado costuma ocorrer em festividades de devoções. Conforme Claval (2001), as festas que marcam os tempos de vida coletiva, como as religiosas, são organizadas em datas fixas e representam acontecimentos de expressividade do lugar.

Bonjardim e Almeida (2013) mencionam que em Sergipe o ápice da manifestação simbólica atrelada à Igreja Católica é a festa do padroeiro, cujos fiéis se voltam para a invocação do sagrado, demonstram a sua fé e reforçam experiências compartilhadas historicamente pelos grupos sociais.

Rosendahl (2006) enfatiza que o movimento de romanização do catolicismo no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, que incluía a substituição das práticas religiosas tradicionais, pelas novas devoções da Igreja oficial, foi eficaz apenas nas paróquias urbanas, predominando nos espaços rurais as manifestações do catolicismo popular, regidas por agentes religiosos leigos, em decorrência da escassa existência de sacerdotes.

Nesse ínterim, Mendes (2008), ao estudar comunidades rurais do município de Catalão/GO, ressalta a resistência de práticas culturais e manifestações religiosas atreladas ao catolicismo popular, como as festas de santos, as procissões, os batismos na fogueira de São João e as relações de compadrio. Ainda a respeito dessa temática, Andrade (2008) ressalta a influência dos preceitos tradicionais do catolicismo popular na redefinição das relações sociais e valores morais, bem como, na constituição da identidade da população residente na comunidade Tenda do Moreno, Uberlândia/MG.

O isolamento de comunidades em Porto da Folha até a década de 1970 devido às precárias estruturas de comunicação, além da inconstante presença de padres, proporcionou a autonomia entre os habitantes residentes no campo na realização de rituais tradicionais, como ofícios, novenas, batismos e a organização de festas em louvor aos santos padroeiros.

Apesar da expansão das redes de informação e comunicação e da territorialização da Igreja no município, a ausência de imposições e proposições clericais durante décadas propiciou o desenvolvimento de práticas, costumes e expressões de fé fundamentadas nas convicções e percepções dos grupos sociais que formavam as comunidades rurais.

Soma-se a isso, a concepção religiosa da Teologia da Libertação difundida até a década de 1990 por sacerdotes. Em defesa da justiça social, esses religiosos aproximaram-se de grupos excluídos – lavradores, sem terra e comunidades tradicionais –, atrelando a literatura católica e bíblica ao cotidiano dos sujeitos.

Tais condições propiciaram a formação de costumes locais entremeados à cultura-religiosa popular: em respeito a dias santos, agricultores ausentam-se de suas atividades diárias; enquanto louvam, agradecem pela chuva que caiu no Sertão; e se a colheita foi farta, a retribuição à divindade é com muita comida, brincadeira, dança e fogueira para homenagear.

Na vida social e cultural dos habitantes, as marcas do sagrado estão intrínsecas na atribuição de nomes de santos a localidades, estabelecimentos, feições naturais e indivíduos, no erguimento de cruzeiros em pontos elevados do relevo, na construção de casas de oração à margem das estradas em memória aos mortos em acidentes, na edificação de estátuas de santos, na elevação de capelas, na manutenção dos ofícios, novenas e benditos populares e nas benzedeadas que curam os males do ar e do olho gordo com rezas e ervas medicinais.

Mais representativas são as festas dos santos padroeiros realizadas na paróquia e capelas situadas no espaço rural e urbano, as devoções aos santos do ciclo junino (Santo Antônio, São João e São Pedro) e as comemorações do calendário litúrgico, destacando-se a Semana Santa e o Natal. Todavia, compreender a simbologia de todas as manifestações cultural-religiosas ultrapassaria os limites do objeto de análise desse estudo. Desse modo, este trabalho limitar-se-á às comemorações religiosas que incorporam elementos do cotidiano rural e das estruturas sociais e econômicas do território (Quadro 8). Assim como as demais representações, tais manifestações contribuem para a redefinição das ruralidades.

Quadro 8 – Porto da Folha/SE, Relação das Comemorações Religiosas com Manifestações e Costumes Rurais, 2015-2016

Festividades	Manifestações/Práticas Populares	Período/Localidade
Festa de São José	Início do ciclo de cultivo da terra; Apresentação de Banda de Pifanos; Procissões; Ofícios; Pagamento de promessas.	16 a 19 de março/Povoado Lagoa do Rancho
Quaresma e Semana Santa	Abstinência da carne; Jejum; Alimentação a base de pescados; Restrição de atividades; Uso de vestimentas pretas como símbolo de luto; Procissão de Ramos; Via Sagra; Ofícios.	40 dias após o carnaval/Todo o município
Festejos Juninos	Festa da Colheita; Alimentação a base de derivados do milho e da mandioca; Musicalidades e danças ritmadas pelo forró; Uso de vestimentas de tecidos de chita e xadrez; Brincadeiras tradicionais; Ornamentação das ruas, estabelecimentos comerciais e repartições públicas; Costume de acender fogueiras e soltar fogos de artifício; Relações de compadrio.	13, 23, 24, 28 e 29 de junho/Todo o município
Festa de Santa Luzia	Restrição de atividades; Leilão; Oferenda de animais; Procissões; Ofícios; Novenas; Pagamento de promessas.	1 a 13 de dezembro/Povoado Lagoa da Volta

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

A devoção a São José é uma tradição dos agricultores do Nordeste brasileiro, sobretudo entre os sertanejos, que confiam ao santo à graça da chuva no semiárido. Rachel de Queiroz (1993[1930]) apresenta nos diálogos do romance “*O Quinze*” o temor do homem do Sertão com relação à seca e a intermediação a São José para a ocorrência de chuvas: “Tenho fé em São José que ainda chove! Tem-se visto inverno começar até em abril” (QUEIROZ, 1993[1930], p.7); “O compadre já soube que a Dona Maroca das Aroeiras deu ordem pra, se não chover até o dia de São José, abrir as porteiras do curral?” (QUEIROZ, 1993[1930], p.11).

O dia de São José, 19 de março, é considerado sagrado entre os agricultores tradicionais. É uma data que o sertanejo aguarda com fé pelas “bênçãos de águas do céu”, mas, se, para a aflição do agricultor, não vem a chuva, passa-se, segundo Andrade (2005), a se prevenir para uma provável estiagem. A música “*A Triste Partida*”, de composição de Patativa do Assaré e cantada por Luiz Gonzaga, demonstra em seus versos o desespero do sertanejo com o prolongamento da estiagem, que recorre as últimas esperanças ao santo milagreiro.

Sem chuva na terra/ Descamba Janeiro,/ Depois fevereiro/ E o mesmo verão/
Meu Deus, meu Deus/ Entonce o nortista/ Pensando consigo/ Diz: "isso é
castigo/ Não chove mais não"/ Ai, ai, ai, ai/ Apela pra Março/ Que é o mês
preferido/ Do santo querido/ Sinhô São José/ Meu Deus, meu Deus/ Mas
nada de chuva/ Tá tudo sem jeito/ Lhe fuge do peito/ O resto da fé/ Ai, ai, ai,
ai (GONZAGA, 1964).

O período da estação chuvosa no semiárido, quando ocorre, costuma iniciar a partir de meados do mês de março. O sertanejo, cuja cultura está embasada em valores religiosos, associa as alterações do clima a São José, que passa a ser venerado como protetor do agricultor. A associação do dia do santo às condições climáticas é uma manifestação cultural do homem religioso, que visualiza a natureza não apenas como um bem natural, mas também, carregada de valores sagrados e simbólicos (ROSENDAHL, 2002; 2012).

É no dia 19 de março que o sertanejo invoca o santo e, em uma demonstração de fé, semeia a terra e planta o milho para comer na noite de São João. Caso as chuvas sejam promissoras, o mês de junho será de fartura no Sertão. Por esse motivo, muitos sertanejos fazem referência a São José como o primeiro santo do ciclo junino.

Se plantar no dia de São José, tem milho maduro em dia de São João, isso é certo, mas se não vier à chuva não temos milho no dia de São João. É por isso que os pais dizem: o santo bom e padroeiro é São José, porque ele é o

patrono da família e do agricultor, choveu tem milho. Até hoje tem gente que planta, porque tem pessoas que tem muita fé, que o nordestino e o trabalhador têm muita fé, planta só que às vezes a chuva falta e acaba perdendo a plantação. Isso é um negócio que continua vivo, as experiências de Senhor São José do mês de março continua viva e não é nada que inventaram, é que acontece mesmo (JV, povoado Lagoa do Ranho, 2016).

A introdução de sementes transgênicas de milho no território, mais resistentes ao prolongamento das estiagens, alterou práticas culturais como a simbologia do trabalho na terra no dia de São José. Alguns agricultores reportaram que as modificações técnicas na cadeia produtiva do milho possibilitou o adiamento da semeadura.

A veneração ao santo é realizada através de celebrações litúrgicas e procissões. No povoado Lagoa do Rancho, além das comemorações no dia do santo, celebra-se o tríduo de São José, período de três dias festivos que antecedem o 19 de março.

A organização da festa cabe ao pároco e aos membros da comunidade. Os devotos rememoram que nas primeiras festividades os moradores empenhavam-se na realização de leilões¹⁰, dramas¹¹, pescarias¹² e feirinhas¹³ com a finalidade de angariar recursos para custear as despesas.

Atualmente, a mobilização dos moradores acontece de diversas maneiras: alguns oferecem a força de trabalho e as habilidades na ornamentação da igreja, do andor e do palanque onde são celebradas as missas. Os movimentos da igreja dedicam-se à aquisição de ofertas junto à população local. Os dramas, as feirinhas, as pescarias e os leilões não são mais realizados, mas, o sentimento coletivo de solidariedade e doação fundamentados nas relações de sociabilidade permeia a comunidade, que possui um propósito comum: homenagear de forma brilhante o Senhor São José.

A ressignificação e reinvenção de práticas simbólicas são um comportamento intrínseco a toda cultura. Hobsbawm (2012, p.12) assevera que a adaptação existe para “conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”. As modificações refletem a condição de dinamicidade da cultura, sujeita à substituição e/ou incorporação de novos elementos, que, por sua vez, complementam outros já existentes.

¹⁰ Manifestação cultural que consiste na prática de leiloar objetos, alimentos e animais domésticos do campo, doados pela população local.

¹¹ Encenações teatrais combinadas com cânticos apresentadas por jovens da comunidade aos fiéis.

¹² Brincadeira tradicional, cujos participantes com o uso de uma vara de pesca retiram peixes falsos construídos de papel e colocados numa área coberta de areia. Assim que pesca, o brincante recebe como retribuição um prêmio (iguarria, doce, brinquedo).

¹³ Comercialização de iguarias e doces tradicionais.

Em decorrência das comemorações, espaços profanos são estruturados para atender os devotos e visitantes. Bares avançam sobre as ruas, onde são comercializadas bebidas e realizadas serestas à noite. Em espaços próximos à igreja, parques de diversão atraem a presença das crianças e dos adolescentes.

Nas celebrações e cortejos com a imagem do santo, movimentos da igreja e segmentos das comunidades são homenageados. Na noite dos agricultores e vaqueiros, a *Banda de Pífano Flauta Dourada São José*, da comunidade Deserto, saúda o padroeiro com cânticos e danças. Em homenagem ao trabalhador rural, durante o cortejo a imagem leva uma miniatura do chapéu de palha, e uma carroça de jumento, ornamentada com símbolos do homem do campo, carrega o andor (Foto 67). No dia 19, quando o agricultor semeia a terra, é realizada a maior procissão (Foto 68), considerada pelos devotos o ápice da festa. Nesse momento os fiéis de diversas comunidades se resguardam, fazem suas preces, agradecem as graças alcançadas e realizam o pagamento de promessas andando descalço, vestindo-se de branco e soltando foguetes. São as simbologias do catolicismo popular que resistem ao tempo e reavivam a história da comunidade.

Foto 67 – Homenagem ao agricultor na Festa de São José, povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Foto 68 – Procissão na Festa de São José (ao lado, estátua em homenagem ao santo), povoado Lagoa do Rancho



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2016.

Participar da festa é reafirmar uma identidade construída historicamente pelos antepassados dos devotos. Em cada expressão de fé, sertanejos e sertanejas purificam a alma e o corpo, enquanto, sem perder a esperança, aguardam a chegada das chuvas no Sertão.

As comemorações a São José são realizadas num período de resguardo do homem religioso. Trata-se do tempo de quaresma, período de reflexão e abstinência que modifica a dinâmica cotidiana das comunidades.

Homens e mulheres, seguindo a tradição de seus antepassados ou por penitência, usam vestimentas pretas na Semana Santa ou toda a Quaresma como símbolo de luto pela paixão de Jesus Cristo. No domingo que antecede a Sexta-feira da Paixão, fiéis iniciam a Semana Santa, rememorando passagens bíblicas com a Procissão de Ramos. Costuma-se levar à frente do cortejo um jovem montado num jumento representando Jesus. Logo atrás, vêm os devotos trazendo nas mãos ramos de plantas medicinais, que são bentos pelo pároco ou celebrante durante a celebração religiosa. As ervas são conservadas pelas famílias e convertidas em chás e lambedores para cura de males que, por ventura, acometam os indivíduos.

A partir da Quarta-feira Santa, a alimentação do sertanejo é nitidamente modificada. Assim como constatado por Menezes (2014) ao analisar as comidas nas manifestações populares do catolicismo em Sergipe, no almoço e na janta observa-se a abstinência da carne vermelha, substituída por pescados que, no preparo, costumeiramente são regados ao leite de coco. O prato é composto ainda por arroz e feijão também incrementado ao leite de coco. Como acompanhamento ou sobremesa, consome-se a umbuzada, elaborada a partir da mistura da polpa cozida do umbu ao leite bovino e ao açúcar. O ato de comer umbuzada no período, além do fator cultural, é influenciado pela frutificação natural do umbuzeiro que ocorre, coincidentemente, na Quaresma.

O jejum também é realizado na Quarta-feira e Quinta-feira Santas e na Sexta-feira da Paixão. A prática caracteriza-se pela abstinência do alimento pela manhã e entre o almoço e o jantar. Foram identificadas pessoas que, como demonstração de penitência, promessa e intenção, fazem o jejum durante todo o dia da Sexta-feira da Paixão.

Durante os três dias de resguardo, ocorrem celebrações religiosas que retratam os últimos momentos que antecedem a crucificação de Cristo. Na quarta, a Via Sacra é realizada junto à Procissão do Encontro, que em um cortejo, traz as mulheres levando o andor com a imagem de Maria, mãe de Jesus, e em outra procissão, os homens com o andor da imagem de Bom Jesus dos Passos. Na quinta, ocorre a encenação da Santa Ceia, que em algumas localidades conta com a participação de homens travestidos com vestimentas que recordam os doze apóstolos e Jesus. Na Sexta-feira da Paixão, o cortejo de Jesus ao Calvário é rememorado nas ruas com a Via Sacra. No retorno para as igrejas e capelas, ocorre a vigília em meio a cânticos populares entoados até a meia noite, quando é iniciado o ofício. Terminada as orações, já na madrugada do sábado, os fiéis costumam quebrar o jejum comendo mungunzá e arroz doce.

As restrições da Sexta-feira da Paixão implicam em abdicar de atividades domésticas, do campo e comerciais. Com exceção da comida, famílias tradicionais suspendem os afazeres

da casa, e os agricultores deixam o gado livre no pasto, retirando apenas o leite suficiente para as crianças e enfermos. Muitos comerciantes também fecham as portas dos seus estabelecimentos em respeito ao dia de luto. Recomenda-se não praticar jogos de azar, pois, segundo a literatura bíblica, as vestes de Jesus foram repartidas pelos soldados romanos e lançaram a sorte sobre sua túnica. Evitam-se ainda xingamentos e castigos físicos em aversão aos insultos e agressões que Cristo sofreu nas horas que antecederam sua morte.

Com o fim da Semana Santa, os agricultores e trabalhadores liberais aguardam o mês de São João¹⁴, quando se comemora a festa da colheita e da fartura com muita comilança e fogueira para homenagear os santos juninos: Santo Antônio, São João e São Pedro. Apesar da invocação religiosa, os festejos destacam-se pela sobreposição de manifestações profanas a elementos sagrados. Em todo o Nordeste brasileiro, essa é maior festa, motivando uma nítida mudança na organização do espaço. Menezes (2014) destaca que em Sergipe as ruas, estabelecimentos comerciais e repartições públicas ganham um colorido singular com bandeirolas e balões. Nas cidades que contemplam investimentos públicos para os festejos, grandes arraiás são erguidos para receber a apresentação de quadrilhas e os milhares de forrozeiros que aglomeram os espaços de dança para assistir aos músicos de forró de renome regional e nacional.

A apropriação dos festejos pelo capital modificou a lógica simbólica de alguns eventos, configurando-se como espaços de segregação social. Visando à turistificação da festa, o poder público, a partir de incentivos financeiros, estimulou a criação das chamadas cidades do forró, que atraem turistas e visitantes do estado, do país e do exterior. Em Sergipe sobressaem o Forró Caju e a Vila do Forró em Aracaju, o Forró Siri em Nossa Senhora do Socorro, a Festa do Caminhoneiro, que se sobrepôs à Festa de Santo Antônio em Itabaiana, o São Pedro em Capela, e os tradicionais festejos juninos de Estância.

A concentração de investimentos públicos e privados em poucos municípios e a espetacularização dos eventos contribuíram para a redução dos tradicionais arraiás em muitos municípios do estado, fato constatado no recorte espacial analisado. Todavia, mantêm-se símbolos dos festejos em comunidades rurais e urbanas como forma de preservar a tradição da cultura junina.

Em Porto da Folha, as manifestações iniciam no dia 13 de junho em homenagem a Santo Antônio. Na comunidade Linda Flor, que tem o santo como padroeiro, e entre famílias

¹⁴ Os agricultores tradicionais e antigos moradores do município denominam o mês de junho de São João. Trata-se de uma homenagem simbólica ao principal santo junino. Fato semelhante ocorre com o mês de julho, denominado Santana para homenagear Sant'Ana, cuja festa é realizada no mês de julho.

tradicionais – geralmente, as que possuem algum membro que leva nome do santo – são realizadas novenas durante as nove últimas noites que antecedem a comemoração festiva, e costuma-se ainda acender a fogueira em honra ao santo na frente das residências.

É comum também a entrega de pãezinhos nas igrejas após celebrações religiosas alusivas ao dia do santo. Conforme a tradição, o alimento é conservado junto à farinha de mandioca – alimento comumente presente nas refeições do sertanejo – para que nunca falte a comida para a família.

Dentre os santos do ciclo junino, o que possui menor representatividade nas manifestações culturais é Santo Antônio, com exceção da localidade que o tem como padroeiro. Os principais símbolos dos festejos estão concentrados, sobretudo, nas noites de São João, comemoradas em 23 e 24 de junho, respectivamente, a véspera e o dia em que, conforme a tradição litúrgica, nasceu o santo.

Nas cozinhas as mulheres elaboram diversas iguarias e doces caseiros, ofertados à noite na ceia: milho cozido, pamonha, canjica, mugunzá, arroz doce, manauê de arroz, bolos de milho, pubá, fubá, macaxeira e leite, doces de banana, mamão e leite, cocada, mudinha e bala de leite. Nas feiras-livres são adquiridos: beiju, sarioio, pé de moleque, malcasado, saquarema, queixada, amendoim cozido, laranjas e quebra-queixo. Nas brasas da fogueira são assados: milho, queijo coalho e carnes vermelhas, comumente acompanhadas por farofa. Em decorrência do *marketing* e da expansão do mercado de bebidas, também foi constatado nas ceias o elevado consumo de cervejas e refrigerantes. Em contrapartida, nota-se o reduzido consumo de bebidas artesanais como o quentão, os licores de frutas e as cachaças incrementadas com cascas de pau, folhagens e raízes retiradas da caatinga.

A diversidade de comidas inseridas na culinária nordestina e a comilança são elementos que resistem nos festejos juninos. Maciel (2005, p.50) evidencia que a alimentação possui uma dimensão além do fator biológico: “o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar”. Trata-se de significados enraizados na cultura que transformam a comida num marcador identitário. Para Menezes (2014), o consumo de comidas, sobretudo as derivadas do milho e da mandioca, é uma característica dos festejos juninos no Nordeste brasileiro.

Muitas combinações alimentares têm como base produtos do próprio território, demonstrando que “a comida é, por definição, mais diretamente ligada aos recursos do lugar” (MONTANARI, 2008, p.135-136). O milho, alimento cultivado nas lavouras, é a base de iguarias como a canjica, a pamonha e o bolo. O leite bovino, componente fundamental na composição de praticamente todas as comidas, é o principal produto do território, associado

diretamente à cultura pastoril do sertanejo. Logo, essas iguarias são elaboradas com os recursos do território.

A tradição de acender a fogueira em homenagem ao santo ainda é preservada por muitas famílias (Foto 69). Próximo aos fogaréus, elas consomem as iguarias, enquanto as crianças estouram os fogos de artifício. Além disso, são realizados os batismos e a consagração das relações de compadrio (Foto 70).

**Foto 69 – São João em família,
comunidade Estreito**



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

**Foto 70 – Batismo na fogueira, povoado
Lagoa do Rancho**



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Durante as entrevistas, agricultores e antigos moradores retrataram o ritual da consagração do batismo. Entre as brasas da fogueira, padrinhos e afilhados dão as mãos, um defronte ao outro, quando o padrinho menciona os seguintes versos: *São João dormiu/ São Pedro acordou/ Maria será minha afilhada/ Que São João mandou*. Na sequência o afilhado responde: *São João dormiu/ São Pedro acordou/ José será meu padrinho/ Que São João mandou*. Afilhado e padrinho, ainda de mãos dadas, dão um giro de 90° na fogueira, de modo que a nova e a antiga posição sinalizem o formato de uma cruz. Depois repetem os mesmos dizeres e ao final pulam, de um lado ao outro, sobre a fogueira. O mesmo rito é realizado pela madrinha com o afilhado e entre os compadres. Nesse último caso, mudam-se apenas os nomes e as atribuições: *São João dormiu/ São Pedro acordou/ José será meu compadre/ Que São João mandou; São João dormiu/ São Pedro acordou/ Manoel será meu compadre/ Que São João mandou*. Apesar de não ser reconhecido pela Igreja Católica, no batismo de fogueira estão imbricados sentimentos de respeito e seriedade, valores perpetuados por afilhados, padrinhos e compadres.

A memória ao “definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p.3). Para além do “termo de consideração”, a relação de compadrio no

batismo de fogueira remete a uma memória coletiva que, ao ser perpetuada por diversas gerações, configura elemento de autenticidade do território e afirmação da identidade.

Destaca-se ainda nos festejos juninos a valorização por roupas de tecidos de chita e xadrez, uma referência às antigas vestimentas de homens e mulheres do campo. As comemorações são acompanhadas por danças e músicas no ritmo forró. Grupos familiares e amigos empenham-se na construção de arraiás nas ruas, onde ocorre a apresentação de trios de forró pé de serra e grupos que encenam as quadrilhas, manifestação cultural nordestina. Na comunidade Ranchinho, cujo padroeiro é São João, as noites juninas também são celebradas com manifestações do catolicismo, a partir de programações festivas que incluem a realização de novenas, missas e procissões.

Nos dias de São Pedro, 28 e 29 de junho, as manifestações da comilança, a construção das fogueiras, os forrós e os batismos são reproduzidos novamente, contudo, em menor intensidade quando comparado ao São João. A exceção é a Rua Nova, situada na sede do município, e as comunidades Pedro Leão e Ilha de São Pedro, que têm capelas cujo santo é padroeiro. No aldeamento Xokó, os indígenas convertidos ao catolicismo reverenciam entre ritos cristãos e animistas seu patrono, que na cultura ribeirinha também é invocado como protetor dos pescadores e navegantes.

Outra manifestação cultural que altera a rotina do homem do campo é a Festa de Santa Luzia, comemorada no povoado Lagoa da Volta. As celebrações religiosas iniciam no 1º de dezembro com trezenas que se prolongam até o dia 13 do referido mês, quando é comemorado o dia da santa.

Realizada ciclicamente no mês natalino, a festividade é comumente referenciada pelos moradores da localidade e comunidades circunvizinhas, como o Natalzinho da Lagoa da Volta, termo alusivo ao ludismo do evento, que conta com a espacialização na praça da matriz de parques de diversão e barracas de guloseimas. Esse fato decorre ainda da centralidade que a sede do município exerce na promoção do circuito natalino.

Almeida, Oliveira e Vargas (2011), ao analisarem as manifestações do ciclo natalino nos estados de Sergipe, Ceará e Goiás, constataram que o período festivo abrange o nascimento de Cristo e a visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus. Todavia, ressaltam que em muitos municípios as festas de alguns santos padroeiros, celebradas nos meses de dezembro e janeiro, também são incluídas no ciclo de comemorações do Natal. Esse fato é evidenciado na Festa de Santa Luzia.

Tementes e em respeito à santa, fiéis não realizam atividades domésticas no dia de sua festa, e as costureiras e bordadeiras, cujos ofícios requerem a boa utilização dos órgãos da

visão, ausentam-se de suas atividades. Agricultores devotos também dispensam o exercício das atividades agrícolas, realizando apenas o necessário.

Dia de hoje eu mesmo num faço nada, porque é a Festa de Santa Luzia. A gente tem a vista boa, né? Por que a gente num pode parar um dia sem bordar? Eu também bordo. Ela nos dá a nossa vista boa, todinha, porque um dia só a gente num pode parar? Aí hoje a gente deve parar de levar roupa. Nem lavo roupa, nem varro o terreiro, principalmente, bordar. Ela é muito, muito, muito milagrosa, principalmente, com a visão. Em respeito, dia de hoje, tem que deixar liberar. Eu conheço muita gente que num borda, num costura. O meu esposo, dia de hoje não vai apanhar palma, já apanhou ontem, pra hoje num apanhar. Hoje é só pra dá ao gado, porque tem que dá comida, né? Mas, tem que apanhar ontem, hoje num bota carro de boi pra apanhar palma (MC, comunidade Linda Flor, 2015).

Para Rosendahl (2002), esta é uma particularidade do sagrado: à medida que é atraente, ele também é temido pelas pessoas. A relação entre o devoto e a divindade é marcada pela bem-aventurança, pela paz espiritual, mas ainda, pelo mistério e pelo imprevisível. Se a tradição determina preservar um costume em respeito ao sagrado, o recomendável é obedecer: o contrário pode desencadear situações inesperadas ou indesejadas, seja no espaço terreno ou transcendental. Na concepção de Claval (2001), os valores são estruturados por crenças e normas abstratas de comportamento, que estão sob o domínio da religião ou da metafísica.

Agraciados pelas benções de Santa Luzia, fiéis são convictos da necessidade de pagamento da promessa a partir da oferta ou do sacrifício prometido. As graças alcançadas, geralmente, são recompensadas com a doação de aves domesticadas (pato, peru, galinhas de capoeira), caprinos, ovinos e bovinos. A expressão cultural consiste na oferenda de animais com “olhos vivos”, uma alusão aos olhos que foram extraídos da santa. Conhecedor da tradição histórica de Santa Luzia, o sertanejo a adapta às condições e à realidade do seu meio e do seu cotidiano, retribuindo as graças alcançadas com o fruto do seu trabalho.

Os animais, juntamente com donativos (cestas básicas, bebidas, queijo, doces e utensílios domésticos) ofertados pela comunidade, são leiloados defronte à matriz (Foto 71). O leilão tem por finalidade adquirir recursos financeiros para custear a festa. Os prêmios são oferecidos pelo pregoeiro (leiloeiro) em meio a versos de rima e arrematados pelos participantes: fiéis e visitantes. Para além das festas religiosas, os leilões são organizados por famílias como um momento de lazer, sociabilidade e solidariedade entre amigos, haja vista que também têm como propósito ajudar famílias carentes, pessoas enfermas e na construção de estabelecimentos comunitários.

Assim como nas comemorações de santos padroeiros do município, a procissão do dia da santa é o marco central da festa (Foto 72). Todos exaltam louvores e agradecimentos à padroeira. Alguns vestidos de branco e/ou descalços seguem o cortejo junto ao andor como pagamento de promessa e símbolo de penitência pela cura dos males da visão.

Foto 71 – Leilão na Festa de Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Foto 72 – Procissão na Festa de Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta



Autor: GONÇALVES DA SILVA, J. N. 2015.

Após a procissão, o encerramento da festa religiosa é realizado com missa campal e seguida pelos estouros de fogos de artifício. Famílias, amigos e visitantes finalizam as comemorações em bares e no clube comunitário, onde ocorrem serestas e a apresentação de músicos locais e regionais.

Em meio a simbologias de fé religiosa e paganismos, o homem do Sertão reforça a sua identidade e legitima ruralidades do território. A resistência de costumes e tradições no campo, diante das constantes transformações técnicas e socioprodutivas, reforça a sua condição heterogênea, multidimensional e multiterritorial (SAQUET, 2009; 2011). Esses processos refletem a hibridização de ações e objetos nos territórios rurais e urbanos, na medida em que também refutam os postulados que defendem a supremacia de relações meramente produtivistas e a fragmentação de cimentos sociais e culturais historicamente territorializados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração de inovações socioprodutivas no espaço rural do município de Porto da Folha está fundamentada, basicamente em dois elementos centrais: a modernização de setores produtivos da agricultura familiar e o avanço de atividades não agrícolas desempenhadas por agricultores e/ou trabalhadores liberais.

A reorganização das cadeias produtivas pautada no avanço de tecnologias agropecuárias foi fomentada pelo acesso ao crédito agrícola por meio de políticas públicas e incentivos bancários. No tocante à pecuária, as principais transformações ocorreram a partir da década de 1980. Com a perspectiva de fortalecimento da cadeia produtiva do leite, médios e grandes pecuaristas, aderiram ao cruzamento racial de bovinos a partir de matrizes holandesas com o objetivo de elevação da produtividade da matéria-prima. Posteriormente, os bovinos são repassados a partir das redes de troca, venda e sociabilidade, e passam a ser acessíveis aos agricultores familiares, que se dedicam à bovinocultura leiteira.

O acesso às técnicas de extensão rural também viabilizou a elevação da produtividade do leite. Nesse contexto, destacam-se modificações na dieta nutricional dos bovinos, alimentação confinada, inspeção sanitária e, recentemente, experimentações de inseminação artificial e uso de ordenha mecânica. Por sua vez, essas inovações coexistem com práticas tradicionais arraigadas ao território e reproduzidas pelas antigas gerações familiares. Predomina ainda o emprego da ordenha manual e da criação extensiva em pasto.

No tocante à agricultura, as transformações também foram significativas nas últimas décadas. Ancorada na mecanização e na quimificação do processo produtivo, os incentivos públicos e institucionais voltaram-se ao monocultivo do milho, que reduziu substancialmente a diversificação de cultivos como: feijão, fava, mandioca, abóbora, dentre outros alimentos inerentes à dieta nutricional do sertanejo.

A modernização da agricultura alicerçada no pacote tecnológico da Revolução Verde não se traduz em efeitos eminentemente positivos à agricultura familiar. Nota-se entre agricultores a perda da autonomia no processo produtivo e a dependência ao mercado fornecedor de insumos agrícolas. Os riscos do uso inadequado dos agroquímicos também ameaçam a conservação dos recursos naturais e a integridade física dos produtores.

Porém, foram identificados agricultores vinculados aos assentamentos rurais, associações e comunidades tradicionais que propagam o paradigma da agroecologia. A produção sustentável e a comercialização de alimentos contribuem para a conservação dos

recursos naturais e a garantia da segurança alimentar das famílias rurais, e fomenta a geração de renda no campo, fundamental na reprodução socioeconômica dos agricultores.

Diante do exposto, sugere-se a integração entre segmentos da agricultura familiar, entidades públicas, organizações associativas, movimentos sociais e órgãos de extensão rural na promoção de políticas e ações que fomentem o desenvolvimento de modelos alternativos de produção como a agroecologia. É preciso incentivar uma modernização pautada na redução do consumo de insumos e que, por sua vez, estimule a geração de trabalho no campo. As unidades de produção familiar devem se aproximar de atividades alicerçadas na gestão eficaz dos recursos naturais e que sejam socialmente mais justos, ou seja, assegurem a autonomia dos produtores e a manutenção do tecido social rural.

Vale ressaltar ainda, a importância da garantia de condições de mercado seguro aos agricultores familiares, como o estímulo ao fornecimento dos produtos agrícolas às repartições públicas e às escolas. As feiras-livres, manifestação econômica e social difundida no Nordeste brasileiro, também constitui importante nicho de comercialização da produção familiar.

Também é fundamental a superação de problemáticas no que diz respeito à deficiência da infraestrutura hídrica, que compromete o fortalecimento social e econômico dos agricultores. O desenvolvimento e a expansão de tecnologias de convivência com o semiárido, como o reaproveitamento e armazenamento de água por meio de cisternas, o cultivo de espécies vegetais resistentes ao clima semiárido destinadas à alimentação dos animais e o uso do potencial solar na geração de energia, consistem alternativas que, somadas a outras ações, podem contribuir para a melhoria das condições de vida no Sertão.

Apesar das contradições embutidas na política social, econômica e agrícola no Brasil, deve-se enfatizar que nas últimas décadas a promoção de políticas de seguridade social, redistribuição de renda e incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar contribuiu para a dinamização socioeconômica do campo. Tal contexto é refletido na melhoria da infraestrutura domiciliar, produtiva e informativa dos agricultores.

A elevação do poder aquisitivo das famílias rurais estimulou a expansão no campo de setores comerciais e prestadores de serviços, anteriormente limitados aos centros urbanos. O acesso aos bens de consumo reflete, em certa medida, a melhoria da qualidade de vida da população, permitindo afirmar que, nos âmbitos social e econômico, emerge a configuração de um novo rural, um novo Sertão, que se contrapõe ao discurso reproduzido pela grande mídia e, inclusive, no espaço acadêmico que, não raro, remete o território sertanejo à condição de atraso, miserabilidade e desvio social. As contradições retratadas nesses conteúdos não

contribuem para a superação das problemáticas que atingem o Sertão, pelo contrário, fomentam a estigmatização de estereótipos sobre o território e os grupos sociais.

A execução de atividades não agrícolas são práticas recorrentes entre membros das famílias rurais. Trata-se de estratégias protagonizadas com a finalidade de elevação e complementação da renda que refletem a busca por alternativas de permanência no campo. Arelado ao desenvolvimento da bovinocultura leiteira, consolidam-se as atividades em torno da produção agroalimentar de derivados de leite, responsáveis pela geração de trabalho e pela reprodução social de famílias residentes no rural. Nesse ínterim, vale ressaltar a relevância na preservação do patrimônio imaterial enraizado na produção agroalimentar do queijo coalho caseiro desempenhado por mulheres sertanejas. O protagonismo dos agricultores associados do povoado Lagoa da Volta também impulsiona a produção de farinha de milho, que consiste renda extra para os membros inseridos nas etapas do processo produtivo do alimento.

A adesão ao trabalho não agrícola junto ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, configura estratégia de manutenção do tecido social rural diante da redução do trabalho agrícola, como consequência da modernização de segmentos da agricultura. É preciso que as políticas públicas reconheçam a diversidade da multifuncionalidade e da pluriatividade da agricultura familiar. O estímulo à organização dos agricultores em torno de cooperativas beneficiadoras de alimentos, a exemplo do leite e do milho, consiste uma alternativa de geração de renda e trabalho no campo que reduziria o desemprego e o êxodo rural.

A exploração responsável dos patrimônios ecológico, natural e cultural disponíveis no território também conformam estratégias de geração de renda. Essas novas ruralidades são vislumbradas por turistas, sobretudo provenientes dos centros urbanos, como bens de consumo. A construção de roteiros turísticos que envolvam a coparticipação do poder público, segmentos da agricultura familiar e setores do comércio pode contribuir para o desenvolvimento local.

As transformações socioeconômicas advindas no rural coexistem com práticas e manifestações culturais que fundamentam a identidade territorial dos grupos sociais. Trata-se da configuração espacial heterogênea que se traduz na convivência num mesmo território de novas ruralidades e ruralidades tradicionais formuladas e reproduzidas em temporalidades distintas. Essa dinâmica contrapõe-se aos postulados que defendem a fragmentação da cultura com a globalização.

A identidade territorial constitui o principal elemento de diferenciação cultural dos grupos sociais do município. Nesse contexto, sobressai, dentre as manifestações identitárias

dos buraqueiros, a incerta – e não menos instigante – origem dos galegos, a singularidade de sua linguagem e as festividades em torno dos Nataizinhos. No tocante aos beradeiros, as expressões culturais que dinamizam seu modo de vida são reguladas pela vivência às margens do rio São Francisco, a devoção a Bom Jesus dos Navegantes, as atividades econômicas em torno da pesca e da navegação fluvial, além da culinária constituída principalmente por pescados.

Destaca-se ainda a resistência das identidades quilombola, no Mocambo, e Xokó, na Ilha de São Pedro. A legitimidade cultural desses grupos sociais e a autodiferenciação foi imprescindível no processo de luta e conquista de suas terras. Suas atividades econômicas estão centradas no trabalho coletivo da terra e na pesca. Existe ainda o usufruto sustentável da caatinga, de onde retiram as ervas utilizadas na cura de doenças físicas e dos males espirituais. Para os Xokós, a mata também resguarda os mistérios de seus deuses e de seus ancestrais.

No interior do Sertão e do município de Porto da Folha, a figura emblemática que se destaca é o vaqueiro, cujas atividades desempenhadas estão atreladas à pecuária extensiva. Reconhecido enquanto homem corajoso e valente, o vaqueiro é o personagem central das pegas de boi no mato, manifestação cultural que consagra suas façanhas e feitos heroicos.

A diversidade de festividades também contribui na configuração cultural do território. Alicerçada na dinâmica da pecuária, sobressaem as vaquejadas no mato, que remetem à saga do vaqueiro na captura do gado bravo na caatinga. Sobressaem ainda as cavalgadas e as corridas de argola, promovidas por agricultores, grupos de recreação e vaqueiros que veem na tradição o significado de sua existência. As corridas de mourão, festa reinventada a partir das vaquejadas no mato, também reportam às atividades da pecuária. A espetacularização e elitização do evento constituem elementos que não atraem a participação dos vaqueiros tradicionais. Entretanto, já se identifica a relação identitária de indivíduos dos territórios rurais e urbanos com a festa.

Os valores e tradições religiosas também configuram importantes expressões na definição da cultura sertaneja. As festas de santos padroeiros traduzem elementos identitários do Sertão. Nas comemorações a São José, o homem do campo semeia a terra, acreditando nas bênçãos divinas de chuvas por intercessão do santo. Na Festa de Santa Luzia, bordadeiras, costureiras e agricultores tradicionais ausentam-se de suas atividades tementes à santa, protetora da visão. Como pagamento de promessa, fiéis oferecem animais de “olhos vivos”, como retribuição as graças alcançadas por intermediação da santa. Na Quaresma, homens e mulheres do campo também se resguardam de suas atividades. Seguindo a tradição dos

antepassados e recomendações clericais, privilegia-se comidas à base de pescados e abstém-se do consumo da carne.

A comilança são marcas dos festejos juninos. A Festa da Colheita, que rende homenagens a Santo Antônio, São João e São Pedro, apresenta como expressões culturais o consumo de iguarias derivadas do milho e da mandioca, as relações de compadrio na fogueira, a ornamentação das ruas com balões e bandeirolas e as danças e músicas ritmadas pelo forró.

Para além das dimensões social e econômica, é preciso garantir, junto aos grupos sociais, a valorização e a manutenção do patrimônio cultural embutido nos costumes e nas tradições que afirmam a força das ruralidades sertanejas na composição do território. Logo, as análises acerca do espaço rural devem transcender o discurso funcionalista e a lógica meramente produtivista e abranger as diferentes representações simbólicas na definição da organização social e da identidade dos grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ABREU, João Capistrano Honório de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. 2 ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p.47-74.

_____. OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. VARGAS, Maria Augusta Mundim. A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. **Revista Geográfica de América Central**, Número especial EGAL, Costa Rica, p.1-16, 2011.

_____. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 918, 2011, p.1-12. Disponível: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-919.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas, SP: Papirus, 1988.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Rodrigo Borges de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p.166-203.

BEBER, Ana Maria Costa; MENASCHE, Renata. O turismo na pousada Fazenda do Amor e as transformações nos modos de vida. **Revista SODEBRAS**, Florianópolis/SC, v. 10, nº. 114, p.63-67, 2015.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA, Maria Geralda. Hierofanias territorializadas: a Igreja Católica em Sergipe, Brasil. Cuadernos de Geografia: **Revista Colombiana de Geografia**, Bogotá-Colômbia, v. 22, n. 1, p.69-79, ene.-jun. 2013.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; SCHNEIDER, Sergio; HAAS, Jaqueline Mallmann. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.465-482.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em Geografia Cultural – Algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p.157-179.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível: <www.mda.gov.br>. Acesso: 22 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996** (Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso: 22 ago. 2015.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006** (Regulamento as Diretrizes da Agricultura Familiar). Disponível:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso: 22 ago. 2015.

_____. **Ministério da Integração Nacional**. Disponível: <www.mi.gov.br>. Acesso: 22 ago. 2014.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005** (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS), 2005.

_____. **Lei nº 12.424, de 16 de julho de 2011** (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), 2011.

_____. **Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011** (Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos), 2011.

_____. **Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011** (Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos), 2011.

_____. **Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 (PNAE)**. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013.

_____. **Lei nº 12.870, de 15 de outubro de 2013** (Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12870.htm>. Acesso: 21 jun. 2015.

_____. **Observatório da Seca**. Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriiodaseca/equipamentos.html>>. Acesso: 15 jul. 2014.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades e urbanidades no circuito italiano de turismo rural, município de Colombo-PR. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. (Org.) Uberlândia: Assis, 2008. p. 213-249.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.53-75, outubro de 1988.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p.165-185, 2006.

CARVALHO, Horacio Martins de. Oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. p.95-112.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999 (1954).

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. Campinas/SP: Ceres, 2004. p.17-32.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. Traduzido por Lorena Francisco de Souza e revisado por Maria Geralda de Almeida. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p.17-46.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 5. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.67-208.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelinoi. CORRIJO, Beatriz Rodrigues. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.33-46.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe** – Desigualdade e persistência da agricultura familiar. São Cristóvão, NPGeo, 1996.

DUQUE, Ghislaine. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; ROMANATTO, Maria José. SOUZA, Anderson Rafael Bento de. A cidade e o campo em seus limites, o rural e o urbano em suas interações. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. (Org.) Uberlândia: Assis, 2008. p. 201-216.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. **Atlas escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa – PB: Editora Grafset, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZAGA, Luiz. **A Triste Partida**. RCA/BMG, 1964.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999a.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP, 1999b.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

HAESBAERT, Rogerio da Costa. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p.169-190.

_____. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, IX., 2001. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP/EGAL, 2005.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric John Ernest; RANGER, Terence Osborn. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p.7-26.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados populacionais, econômicos, agropecuários e fundiários de Porto da Folha/SE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária em Porto da Folha/SE**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (1899).

LA BLACHE, Paul Vidal de. Nossos Clássicos: I Geografia Geral – Os Gêneros de Vida na Geografia Humana, **GEOgraphia**, Ano 7, n. 13, 2005 (1911), p.113-130. Versão original: Annales de Geographia, n. 111, ano XX, tomo XX, 15 de maio de 1911. Tradução: Maria Regina Sader e Simone Batista. Revisão: Rogério Haesbaert.

_____. A Geografia na Escola Primária. In: REZENDE, Eduardo Coelho Morgado; FERREIRA, Ricardo Vicente (Org.). **A Geografia fora da sala de aula**. São Paulo: Nêcrópolis, 2008 (1943). Publicado originalmente no Boletim Geográfico n. 1 – Abril de 1943.

LIMA, Helton Souto. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p.143-149.

LOPES, Dulcelaine Lucia et. al. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p.131-134.

LOPES, Izabel Maria Lobato. **As fotografias na construção das concepções de emigração: um estudo com alunos do 2º ciclo do Ensino Básico**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, área de Especialização em Supervisão Pedagógica na Educação em História e Ciências Sociais. 2012. 128 f. Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, 2012.

MACHADO, Vavá; MARCOLINO, Arlindo. **O Acordar do sertanejo**. Disponível: <<http://www.letras.com.br/#!/vava-machado-e-marcolino/o-acordar-do-sertanejo>>. Acesso: 23 dez. 2015.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.49-56.

MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro José Prudêncio (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p.159-185.

MALAGODI, Edgard Afonso. **Rediscutindo a viabilidade**. Campina Grande: CH-UFPB/ Grupo de Pesquisa sobre Produção Familiar, 1998.

MARAFON, Glaúcio José. Principais transformações em curso no espaço rural na atualidade. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, p.69-84, 2011a.

_____. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaúcio José (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011b. p.155-167.

_____. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., 2014, p.1-13.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Ano 13, nº. 22, v. 2, p. 290-322, 2011.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p.137-165.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Geralda de. Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano, **Vivência**, n. 34, p. 181-193, 2008.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVEZ, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p.129-146.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

_____. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, , p.31-58, jul/dez. 2013.

_____. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia/GO, v. 8, n. 2, p.274-289, ago/2014.

_____. **Queijo artesanal**: configurações territoriais: experiências escalares do global ao local (o caso de Sergipe). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.49-66.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 20, p.113-143, abril 2003.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de. A política habitacional brasileira e a habitação rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VII. **Anais**, Santa Cruz do Sul/RS, UNISC, 2015, p.01-22.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido do lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. p.03-16.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p.121-129, abril 2009.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sergio. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.205-200.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira. **Clima, geografia e agrometeorologia**: uma abordagem interdisciplinar. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Disponível: < www.pnud.org.br >. Acesso: 11 dez. 2015.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p.03-15, 1989.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 68 ed. São Paulo: Siciliano, 1993 (1930).

QUEIROZ NETO, Exzolvildres; PIANA, Madeleine; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Faces do Brasil: múltiplas dimensões de ruralidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 131-160, fev. 2011. Disponível: <file:///C:/Users/Natan/Downloads/12113-54909-1-PB.pdf>. Acesso: 22 out. 2014.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. BOUCHER, François. CERDAN, Claire. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis/SC, v. 4, n. 1, p.107-135, 2006.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

_____. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 119-153.

_____. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza-CE, n. 2, p.45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>>. Acesso: 28 jun. 2012.

SABOURIN, Eric P. Viabilidade da Agricultura Familiar Nordestina e Globalização: Mitos e Desafios. **Política & Trabalho**, João Pessoa-PB, p.25-39, 2000. Disponível: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6447/4023>>. Acesso: dez. 2015.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 215-239.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido – Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala européia. Programa de Seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais: métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 out. 1996. p. 1-9 (Tradução do original italiano por Ângela Kageyama).

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Sávio. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelinoni. CORRIJO, Beatriz Rodrigues. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.15-32

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.157-186.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sávio. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p.73-94.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Gláucio José. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.209-226.

_____. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. **Campo-território**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p.1-30, jun. 2014. Disponível: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26896/14606>>. Acesso: 27 jul. 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.443-463.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação da miséria – Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. 1981. 256f. Dissertação de Mestrado (mimeografiada), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1981.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em Conflitos no Alto Sertão Sergipano**. 2014. 582 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

TELES, Tércia Ataíde França. **Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolingüística**. Disponível: <http://cetrans.com.br/artigos/Tercia_Ataide_Franca_Teles.pdf>. Acesso: 26 out. 2015.

TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p.67-82, jan./abr. 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidad Estructural de la Agricultura familiar em el Brasil. **Revista Cepal**, Santiago de Chile, n. 111, p.103-121, diciembre 2013. Disponível: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37370/S2013656_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14 ago. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p.31-44.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2002. p.39-52.

WILKINSON, John. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008. p.125-150.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec/EDUNB, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Aplicado aos Agricultores Familiares

Autor: José Natan Gonçalves da Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

1 – Identificação:

- 1.1. Nome: _____
 1.2. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____
 1.4. Localidade: _____
 1.5. Procedência: _____
 1.6. Telefone: _____

2 – Sobre o estabelecimento e atividades agrícolas:

2.1. Processo de acesso a terra:

- () Compra () Herança () Doação de parente ou amigo () Assentado de reforma agrária
 () Demarcação de comunidade tradicional: () Indígena () Quilombola () Outros: _____

2.2. Os pais eram agricultores? () Sim () Não Relate como conseguiram ter acesso a terra?

2.3. Como você se autodeclara?

- () Lavrador () Agricultor () Agricultor familiar () Camponês () Outro? _____

2.4. Área da propriedade: _____ Pastagens: _____ Lavoura: _____

2.5. Principal atividade agrícola: _____

2.6. Atividades da pecuária:

- () Pastagens: () Palma: _____ () Capim: _____

- () Bovinocultura () Caprinocultura () Ovinocultura () Suinocultura () Avicultura

- () Criação de cavalos () Piscicultura () Produção de queijo () Outros? _____

2.7. Atividades da agricultura:

- () Milho () Feijão () Fava () Abóbora () Maxixe () Mandioca () Macaxeira () Farinha
 () Outros? _____

(Caso responda que produz somente milho) Porque somente produz o milho e deixou de produzir os outros alimentos? _____

2.8. Destino da produção agrícola:

- () Consumo familiar e estabelecimento () Mercado

2.9. Comercialização da produção agrícola:

- () Feira-livre () Atravessador () Agroindústria () Cooperativa

- () Diretamente ao consumidor () Outros: _____

2.10. Adere a financiamento agrícola? () Sim () Não

2.11. Agentes financeiros:

- () Bancos – Especificar: _____

- () Cooperativas de crédito – Especificar: _____

- () Comerciantes de matéria prima ou atravessadores – Especificar: _____

- () Fornecedores de insumos ou equipamentos – Especificar: _____

- () Organização não governamental – Especificar: _____
 () Agente privado – Especificar: _____
 () Parentes e amigos () Outros: _____
 2.12. Possui acesso ao Pronaf? () Sim () Não
 2.13. Qual o destino dos recursos do Pronaf? _____

3 – Grupo familiar e residência:

- 3.1. Chefe da família: _____
 3.2. Números de membros familiares: _____
 3.3. Local de residência:
 () Estabelecimento () Zona rural do município – Especificar: _____
 () Zona urbana do município () Zona rural de outro município – Especificar: _____
 () Zona urbana de outro município – Especificar: _____

4 – Características associativas e organizacionais:

- 4.1. Contrata trabalhador rural? () Sim () Não
 4.2. Quais serviços são realizados pelo contratado?
 () Lida com a lavoura () Lida com o gado () Manutenção do estabelecimento (fazer cerca, tirar lama de tanque, etc) () Tratorista
 4.3. Nome (ou apelido) do tratorista: _____ Localidade: _____
 4.4. Porque utiliza o trabalho do tratorista ao invés do trabalhador rural (alugado)? _____

4.4. A contratação ocorre em período:

- () Integral () Temporário () Sazonal
 4.5. Porque contrata trabalhador rural? _____

4.6. O agricultor está integrado a:

- () Associação – Especificar: _____
 () Cooperativa – Especificar: _____
 () Organização não governamental – Especificar: _____
 () Sindicato – Especificar: _____
 () Movimento social – Especificar: _____

5 – Base tecnológica produtiva:

- 5.1. Possui orientação técnica? () Sim () Não
 5.2. Entidade fornecedora da orientação técnica:
 () Bancos – Especificar: _____
 () Cooperativas de crédito – Especificar: _____
 () Comerciantes de matéria prima ou atravessadores – Especificar: _____
 () Fornecedores de insumos ou equipamentos – Especificar: _____
 () Organização não governamental – Especificar: _____
 () Agente privado – Especificar: _____
 () Parentes e amigos () Outros: _____
 5.3. Frequência da orientação técnica: () Ocasionalmente () Regularmente
 5.4. Maquinários e equipamentos agropecuários:
 (Baixa tecnologia)
 () Enxada manual () Foice manual () Machado () Arado de tração animal
 () Sementes crioulas
 (Alta tecnologia)

- () Arado mecânico () Roçadeiras mecânica () Semeadeiras mecânica
 () Semeadeira manual () Colheitadeiras () Pulverizador manual
 () Pulverizador mecânico () Adubadeiras mecânica () Ceifadeira ou Picadeira de forragem
 () Agrotóxicos () Irrigação () Inseticidas () Adubos e corretivos: () natural () artificial
 () Controle de pragas () Conservação dos solos () Milho transgênico () Herbicidas
 5.5. Infraestrutura hídrica, elétrica e informativo:
 () Acesso a água potável () Cisterna () Reservatório () Energia elétrica () Energia solar () Internet () Outros? _____
 5.6. Meios de transporte utilizados nas atividades agrícolas:
 5.6.1. Tração animal: () Equinos, muares e asininos () Caçua () Carro de boi () Carroça
 5.6.2. Tração mecânica: () Caminhão () Caminhonete () Utilitários () Automóveis
 () Reboques () Motocicletas () Bicicleta () Aeronave de uso agrícola () Embarcações
 5.7. Utensílios domésticos:
 () Geladeira () Televisão () Computador/notebook () Celular () Rádio ou som
 () Fogão a gás () Fogão a lenha () Fogão a carvão () DVD () Ar condicionado
 () Ventilador () Liquidificador () Micro-ondas () Batedeira () Cafeteira () Parabólica
 () Casa de alvenaria () Casa de taipa () Máquina de lavar () Tanque de lavar

6 – Sobre as atividades agrícolas e não agrícolas:

6.1. Algum membro da família integrado as atividades agrícolas do estabelecimento exerce atividade agrícola fora do estabelecimento agropecuário? () Sim () Não Quantos? _____
 Quais atividades? _____

6.2. Essas atividades são realizadas em período:

() Integral () Temporário () Sazonal

6.3. Porque exerce atividade agrícola fora do estabelecimento? _____

6.4. Algum membro da família integrado as atividades agrícolas do estabelecimento exerce atividade não agrícola fora do estabelecimento agropecuário? () Sim () Não Quantos? ____
 Quais atividades? _____

6.5. Essas atividades são realizadas em período:

() Integral () Temporário () Sazonal

6.6. Porque exerce atividades não agrícolas fora do estabelecimento? _____

6.4. Algum membro da família não está integrado às atividades agrícolas do estabelecimento, mas exerce atividade agrícola fora do estabelecimento agropecuário? () Sim () Não Quantos? ____
 Quais atividades? _____

6.5. Essas atividades são realizadas em período:

() Integral () Temporário () Sazonal

6.6. Porque se desvinculou das atividades agrícolas do estabelecimento e busca atividades agrícolas fora do estabelecimento? _____

6.4. Algum membro da família não está integrado às atividades agrícolas do estabelecimento, mas exerce atividade não agrícola fora do estabelecimento agropecuário? () Sim () Não Quantos? ____
 Quais atividades? _____

6.5. Essas atividades são realizadas em período:

() Integral () Temporário () Sazonal

6.6. Porque se desvinculou das atividades agrícolas do estabelecimento e busca atividades não agrícolas fora do estabelecimento?_____

6.7. Quais atividades não agrícolas são realizadas dentro do estabelecimento?_____

6.8. Quais atividades são realizadas, predominantemente pelos homens e mulheres?_____

7 – Perspectivas:

7.1. Quais as principais transformações observadas no espaço rural e na dinâmica produtiva do estabelecimento?_____

7.2. As relações de trabalho e a vida no campo se tornaram melhores ou piores. Justifique?_____

7.3. Quais as suas perspectivas para viver no campo?_____

7.4. Quais as principais dificuldades enfrentadas?_____

7.5. Os membros da família pretendem continuar no campo? () Sim () Não Porque?_____

8 – Práticas tradicionais, modo de vida e identidade rural:

8.1. Qual o significado de viver no campo?_____

8.2. Retratar como se dava o trabalho na terra no passado._____

8.3. Houve mudanças nas tradições, nos valores e no modo de vida. _____

8.4. Observando a natureza, a vegetação e os animais, vocês deduzem se irá chover ou não? Relate?_____

8.4. Quais festividades e atividades de lazer você frequenta?_____

8.5. Relate como as mesmas acontecem hoje e como aconteciam no passado. _____

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Aplicado aos Comerciantes

Autor: José Natan Gonçalves da Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO

1 – Identificação:

- 1.3. Nome: _____
- 1.4. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____
- 1.7. Localidade: _____ Telefone: _____
- 1.8. Procedência: _____
- 1.9. Atividades comerciais ou de serviços: _____

2 – Sobre a atividade:

- 2.1. Qual a principal atividade econômica? _____
- 2.2. Possui relação familiar com atividade agrícola? () Sim () Não
- 2.3. Exerce atividade agrícola? () Sim () Não Quais? _____
- 2.4. (Caso a resposta seja não) Porque se desvinculou das atividades agrícolas? _____
- 2.5. Porque buscou essa atividade não agrícola? _____
- 2.6. (Caso a resposta seja sim) A complementaridade entre atividades agrícolas e não agrícolas contribui para o aumento da renda familiar? () Sim () Não Porque? _____
- 2.7. Trabalham na atividade ou serviço:
- () Somente a família () Somente trabalhador não membro da família
- () Família e trabalhador não membro da família
- 2.8. Algum dos membros inseridos na atividade exerce outra atividade econômica?
- () Sim () Não Qual? _____
- 2.9. Quantos postos de trabalho são gerados? Familiar: _____ Não Familiar: _____
- 2.9. Qual a procedência dos membros inseridos na atividade?
- () Zona rural – Especificar: _____ () Zona urbana – Especificar: _____

3 – Relação atividade, consumidor e atravessadores:

- 3.1. Qual a procedência dos principais consumidores?
- () Comunidade local () Comunidades adjacentes – Especificar: _____
- 3.2. Os consumidores se tratam, predominantemente de:
- () Agricultores () Trabalhadores não integrados a atividades agrícolas
- 3.3. Possui relação de proximidade e confiabilidade com os consumidores? () Sim () Não
- 3.4. Possui relação de proximidade e confiabilidade com os representantes? () Sim () Não
- 3.5. Algum produto ofertado é proveniente do município? () Sim () Não
- 3.6. (Caso a resposta seja sim) Cite-os: _____
- 3.7. Algum produto ofertado é proveniente de outro município, região ou país?
- () Sim () Não
- 3.8. (Caso a resposta seja sim) Cite os lugares: _____

3.9. Quais os principais produtos comercializados? _____

4 – Perspectivas:

4.1. Quais as principais transformações observadas no espaço rural ou na comunidade onde vive? _____

4.2. Você percebe alguma perspectiva de fortalecimento da atividade? () Sim () Não
Por quê? _____

4.3. O que contribuiu para o fortalecimento da atividade? _____

4.4. Os integrantes da família pretendem continuar exercendo a atividade? () Sim () Não
Por quê? _____

4.5. Porque a escolha de permanecer no campo? _____

4.6. Houve mudanças nas tradições e no modo de vida no campo. _____

4.7. Quais festividades e atividades de lazer você frequenta? _____

4.8. Relate como as mesmas acontecem hoje e como aconteciam no passado _____

4.9. As festividades impulsionam o comércio? _____

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Aplicado nas Indústrias e Fabriquetas

Autor: José Natan Gonçalves da Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

1 – Identificação:

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____

1.4. Localidade: _____ 1.5. Telefone: _____

1.6. Procedência: _____

2 – Sobre a atividade:

2.1. Empresa: _____

2.2. Ano da instalação: _____

2.3. Atividades desenvolvidas: _____

2.4. Há relação com a agropecuária ou extrativismo? () Sim () Não

2.5. O que motivou o desenvolvimento da atividade? _____

2.6. Tipos de produtos industrializados? _____

2.7. Procedência da matéria-prima? _____

2.8. Quem são os fornecedores? _____

2.9. Remuneração: _____

2.10. Forma de pagamento dos fornecedores e empregados? _____

2.11. Carga horária trabalhista dos empregados? _____

2.12. Destino da produção? _____

2.13. Trabalham na atividade ou serviço:

() Somente a família () Somente trabalhador não membro da família

() Família e trabalhador não membro da família

2.14. Os membros inseridos na atividade exerce atividade agrícola?

() Sim () Não

2.15. Quantos postos de trabalho são gerados? Formais: _____ Informais: _____

2.16. Qual a procedência dos membros inseridos na atividade?

() Zona rural – Especificar: _____ () Zona urbana – Especificar: _____

3 – Perspectivas:

3.1. Você percebe alguma perspectiva de fortalecimento da atividade? () Sim () Não

Por quê? _____

3.2. A atividade industrial será mantida? () Sim () Não

Por quê? _____

3.3. Por que a escolha do município para a instalação da indústria? _____

3.4. O poder público contribui para o desenvolvimento da atividade? () Sim () Não

Por quê? _____

3.5. Há isenção de impostos? () Sim () Não Período da isenção de impostos? _____

3.6. A atividade contribui para o desenvolvimento local? () Sim () Não

Por quê? _____

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Aplicado aos Organizadores, Participantes e Brincantes de Festas Tradicionais

Autor: José Natan Gonçalves da Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

1 – Identificação:

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____

1.4. Localidade: _____ 1.5. Telefone: _____

1.6. Procedência: _____

2 – Quando você começou a participar dessa festa/manifestação?

3 – Existiu alguém que lhe incentivou a realizar ou participar da festa?

4 – Qual a importância dessa festa para sua vida?

5 – Relate como a festa ocorre: os dias comemorativos, os costumes, as manifestações.

6 – Você já fez alguma promessa ou penitência e foi atendido? Relate o motivo da promessa e como a mesma foi paga (somente para participantes de manifestações religiosas).

7 – Retratar um momento ou acontecimento que marcou sua vida durante alguma festa.

8 – Você acredita que a festa será preservada no futuro?

9 – A população local valoriza a ocorrência da festa?

10 – De que forma a população local contribui para a preservação da festa?

11 – Existe incentivo do poder público na organização e promoção da festa?

12 – Você acha importante a participação do poder público na promoção da festa? Por quê?
